

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE
DO NORTE

ANA RAFAELLA ALVES PEREIRA

**ESTUDO DO TÓPICO DISCURSIVO COMO ESTRATÉGIA ARGUMENTATIVA
NO PROJETO POLÊMICAS EM DEBATE**

MOSSORÓ

2019

ANA RAFAELLA ALVES PEREIRA

**ESTUDO DO TÓPICO DISCURSIVO COMO ESTRATÉGIA ARGUMENTATIVA
NO PROJETO POLÊMICAS EM DEBATE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ensino - POSENSINO - associação entre a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA) e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFRN), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ensino.

Linha de pesquisa 2: Ensino de Línguas e Artes

Orientadora: Professora Dra. Elaine Cristina Forte-Ferreira.

MOSSORÓ

2019

FICHA CATALOGRÁFICA
Biblioteca IFRN – Campus Mossoró

- P 436 Pereira, Ana Rafaella Alves.
 Estudo do tópico discursivo como estratégia argumentativa no Projeto Polêmicas em Debate / Ana Rafaella Alves Pereira – Mossoró, RN, 2019.
 145 f.
- Dissertação (Mestrado em Ensino) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Universidade Estadual do Rio Grande do Norte, Universidade Federal Rural do Semiárido, 2019.
 Orientadora: Dra. Dra. Elaine Cristina Forte- Ferreira.
1. Tópico discursivo 2. Gênero oral 3. Debate 4. Ensino
 5. Argumentação I. Título.
- CDU: 808.53:37.02

ANA RAFAELLA ALVES PEREIRA

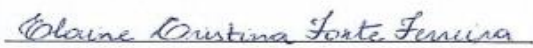
**ESTUDO DO TÓPICO DISCURSIVO COMO ESTRATÉGIA ARGUMENTATIVA
NO PROJETO POLÊMICAS EM DEBATE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ensino (POSENSINO), da associação entre a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), a Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA) e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFRN), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ensino.

Orientadora: Professora Dra. Elaine Cristina Forte-Ferreira.

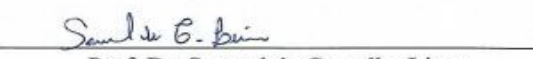
APROVADA EM 03/07/2019

BANCA EXAMINADORA


Prof.ª. Dra Elaine Cristina Forte-Ferreira
Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA)


Prof. Dr. Vicente de Lima Neto
Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA)


Prof. Dr. José Ribamar Lopes Batista Júnior
Universidade Federal do Piauí (UFPI)


Prof. Dr. Samuel de Carvalho Lima
Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN)

Dedico este trabalho a Deus, o autor da minha fé. Aos meus pais e ao meu esposo Luiz Júnior, que sempre acreditaram em mim e não mediram esforços para que eu pudesse vencer mais uma etapa da minha vida.

AGRADECIMENTOS

Após uma intensa jornada de dois anos, agora é chegada a hora de agradecer aqueles que me ajudaram a tornar possível a realização do meu desejo de cursar um mestrado. Assim, a presente dissertação não poderia ter chegado à conclusão sem a misericórdia de Deus. Por isso, agradeço a Ele em primeiro lugar por ter me dado sabedoria e discernimento para que eu pudesse concluir mais esta etapa da minha vida.

Agradeço a Ele por ter colocado em meu caminho a professora e doutora Elaine Cristina Forte Ferreira, a quem tenho a honra de tê-la como minha orientadora. Sou bastante grata a Elaine pela parceria durante todo esse tempo, pela dedicação e orientação com a minha pesquisa. Agradeço-a pela contribuição na minha vida profissional. Tenho certeza que me tornei uma professora melhor graças aos seus ensinamentos.

Agradeço ao meu querido esposo, José Luiz Junior, por ser tão importante na minha vida, sempre me incentivando e auxiliando quando mais preciso. Agradeço pelo amor, ajuda, sonhos compartilhados e pela celebração de mais essa vitória alcançada.

Aos meus pais, Francisca e Aluizio que nunca mediram esforços para que eu pudesse crescer profissionalmente. Pelas orações e todo amor e cuidado a mim dirigidos.

Aos meus irmãos, Nilson, Nilton, Alisson, Júnior e em especial a minha irmã Sara Ismaelita, que sempre está presente em todos os momentos, comemorando comigo as minhas vitórias. Agradeço a minha irmã pelas orações e pela amizade e parceira de vida.

A minha família Alves que sempre oram por mim, em especial a tia Elcilene. Aos meus sobrinhos que amo muito e a minha prima Fredina Aline sempre tão presente, compartilhando comigo momentos muito especiais.

A amiga Diana Amélia que apesar da distância física sempre está perto, me ouvindo, orientando e torcendo por mim. Pelo carinho de sempre e por ser uma pessoa tão especial para mim, serei sempre grata. Só tenho a agradecer a Deus pela sua vida.

Aos meus amigos do mestrado a quem tive a honra de conhecê-los e conviver durante os dois anos de mestrado. A minha querida linha 2 que compartilhou comigo os momentos difíceis e alegres nesta caminhada e contribuíram ou auxiliaram na elaboração do presente estudo. Obrigada Hilma, Juliana, Luana, Agápito, Gibson, João Batista e em especial a Érika Guimarães que se tornou tão próxima desde a pré-seleção do Pós-ensino. Agradeço de coração pela amizade, paciência, atenção e força que prestaram a mim nos momentos que mais precisei.

Aos meus amigos de perto e de longe por serem tão importantes na minha vida, em especial ao amigo Adalberto por compartilhar comigo conhecimentos e estar presente em vários momentos da minha vida desde a graduação.

Agradeço aos meus professores do mestrado, em especial aos professores da linha 2: Elaine, Neto, Sandra, Samuel e Verônica por compartilharem conosco seus conhecimentos. A todos que fazem o Pós-ensino. Ao grupo de pesquisa Glinet/orale pelas preciosas discussões que só acrescentaram ao meu trabalho.

Agradeço ao professor Ribamar pela disponibilidade em contribuir com esta pesquisa, por ser tão acessível tornando possível o trabalho com o corpus referente ao Projeto Polêmicas em debate. Meu agradecimento por ter aceitado também fazer parte da banca. Obrigada aos demais membros da banca, os professores, Vicente de Lima Neto e Samuel de Carvalho por trazerem contribuições valiosas para este trabalho.

A todos que contribuíram e torceram pela realização do meu sonho de cursar o mestrado, meu muito obrigada!

O Senhor é a minha força e o meu escudo; nele
o meu coração confia, e dele recebo ajuda.
Meu coração exulta de alegria, e com o meu
cântico lhe darei graças.

Salmos 28.7

RESUMO

O estudo do tópico discursivo possibilita o conhecimento de que a identificação do tópico de um texto é essencial para sua compreensão. No momento da interação, os interlocutores podem manter o tópico, mudar ou retomar o assunto que se fala. Com isso, esta pesquisa é centrada no ensino do tópico discursivo como estratégia argumentativa no projeto Polêmicas em debate. Esse projeto tem promovido o ensino de língua portuguesa há sete anos e tem como objetivo debater temas polêmicos que circulam na sociedade. Assim, utilizam o debate de fundo controverso para viabilizar os argumentos e a defesa do ponto de vista dos participantes. Logo, acredita-se ser possível realizar o ensino do tópico como estratégia argumentativa a partir do gênero debate nas aulas de língua portuguesa do ensino médio. O objetivo deste trabalho é investigar como se dão as estratégias argumentativas no debate de fundo controverso realizado no projeto Polêmicas em Debate, considerando o desvio e a manutenção do tópico discursivo. Por isso, os estudos do tópico discursivo foram relacionados com os do gênero debate e com as teorias da argumentação. Na intenção de alcançar esse objetivo, as discussões apoiaram-se em Jubran (1993), Pinheiro (2012) e Cavalcante (2012) para estudar o tópico discursivo; em Bakhtin (1997), Marcuschi (2007), Dolz, Schneuwly e Pietro (2004) para abordar a oralidade e os gêneros orais; em Perelman; Tyteca (2017), Koch e Elias (2016) para tratar sobre a argumentação. O ensino do gênero debate possibilita a sistematização da oralidade que pode ser ancorada em diversas estratégias, das quais elegeu-se o tópico discursivo enquanto estratégia argumentativa. A partir dos objetivos específicos busca-se identificar como o desvio do tópico discursivo pode se configurar como estratégia argumentativa de proteção de face dos participantes do debate; e analisar como a manutenção do tópico discursivo pode ser um meio de fortalecer os argumentos apresentados pelos debatedores. A pesquisa é qualitativa e também um estudo de caso embasada em Prodanov (2013), Yin (2001) e Gil (2008), e como percurso metodológico para o alcance dos objetivos, analisou-se as transcrições de dois vídeos dos debates que foram gravados durante o Projeto Polêmicas em Debate no ano de 2017 a partir dos procedimentos elencados na metodologia. Os resultados da análise mostraram que, ao defender sua tese, alguns debatedores utilizaram a manutenção quando fizeram uso de tópicos que mantinham relação direta com o tópico central do debate; e constatou-se a presença do desvio como estratégia de proteção de face quando o debatedor fez uso de tópicos que não mantinham relação direta com o tópico central. Além disso foi analisado o grau de complexidade dos argumentos, dividindo-os em três níveis: baixo, médio e elevado. Desse modo, conclui-se que

é possível o ensino do tópico discursivo através do gênero oral debate que permite o desenvolvimento da língua oral e do raciocínio lógico, bem como das estratégias argumentativas nas aulas de língua portuguesa.

Palavras-chave: Tópico discursivo. Gênero oral. Debate. Ensino. Argumentação.

ABSTRACT

The study of the discursive topic allows the knowledge that the identification of the topic of a text is essential for its comprehension. At the moment of interaction, the interlocutors can keep, change or resume the topic. Thus, this research is centered on the teaching of the discursive topic as an argumentative strategy in the “*Polêmicas em debate*” project. This project has been promoting Portuguese language teaching for seven years and aims to debate controversial themes that circulate in society. Thus, it uses the controversial background debate to enable the arguments and the defense of the participants' point of view. Therefore, it is believed that it is possible to teach the topic as an argumentative strategy based on the debate in Portuguese high school classes. The aim of this study is to research how the argumentative strategies take place in the controversial background debate held in the “*Polêmicas em Debate*” project, considering the deviation and maintenance of the discursive topic. Therefore, studies of the discursive topic were related to those of the debate and the theories of argumentation. In order to achieve this objective, the discussions were supported by Jubran (1993), Pinheiro (2012) and Cavalcante (2012) to study the discursive topic; Bakhtin (1997), Marcuschi (2007), Dolz, Schneuwly and Pietro (2004) to address orality; Perelman e Tyteca (2017), Koch and Elias (2016) to treat about argumentation. The teaching of the debate genre enables the systematization of orality that can be anchored in several strategies, from which the discursive topic was chosen as an argumentative strategy. From the specific objectives the study seeks to identify how the deviation from the discursive topic can be configured as an argumentative strategy for face protection of the debate participants; and analyze how maintaining the discursive topic can be a means of strengthening the arguments presented by the debaters. The research is qualitative and also a case study based on Prodanov (2013), Yin (2001) and Gil (2008). As a methodological path to achieve the objectives, we analyzed the transcripts of two videos of the debates that were recorded during the “*Polêmicas em debate*” project under discussion in 2017 from the procedures listed in the methodology. The results of the analysis showed that, in defending their thesis, some debaters used maintenance when they made use of topics that were directly related to the central topic of the debate. Deviation was found to be a face protection strategy when the debater made use of topics that were not directly related to the central topic. In addition, the degree of complexity of the arguments was analyzed by dividing them into three levels: low, medium and high. Thus, it was concluded that it is possible to teach the discursive topic through the

oral genre debate that allows the development of oral language and logical reasoning, as well as the argumentative strategies in Portuguese language classes.

Keywords: Discursive Topic. Orality. Debate. Teaching. Argumentation.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Quadro tópico	23
Figura 2 - Folder da 6ª edição do Polêmicas em Debate	61
Figura 3 – Quadro tópico 1	87
Figura 4- Resultado da enquete: Deveria ser permitido o trabalho de crianças e adolescentes menores de 14 anos para ajudar no sustento da família?	88
Figura 5 – Quadro tópico 2	124
Figura 6 - Resultado da enquete: O sistema de cotas pode tornar a sociedade mais justa?	125

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Tipos de debate	53
Quadro 2 – Componentes e suas respectivas funções no debate	55
Quadro 3 – Divisão das funções do mediador e debatedor	62
Quadro 4 – Resumo da distribuição dos grupos, com as datas, temas e tempo dos dois grupos.	64
Quadro 5 – Divisão dos blocos dos debates para análise dos dados	65
Quadro 6 – Grau de complexidade dos argumentos	66
Quadro 7 – 3º Bloco do debate: “Deveria ser permitido o trabalho de crianças e adolescentes menores de 14 anos para ajudar no sustento da família?”	72
Quadro 8 – 4º Bloco do debate “Deveria ser permitido o trabalho de crianças e adolescentes menores de 14 anos para ajudar no sustento da família?”	74
Quadro 9 – 5º Bloco do debate “Deveria ser permitido o trabalho de crianças e adolescentes menores de 14 anos para ajudar no sustento da família?”	76
Quadro 10 – Parte 1 do 6º bloco do debate “Deveria ser permitido o trabalho de crianças e adolescentes menores de 14 anos para ajudar no sustento da família?”	79
Quadro 11 - Parte 2 do 6º bloco do debate “Deveria ser permitido o trabalho de crianças e adolescentes menores de 14 anos para ajudar no sustento da família?”	81
Quadro 12 – 7º Bloco do debate “Deveria ser permitido o trabalho de crianças e adolescentes menores de 14 anos para ajudar no sustento da família?”	84
Quadro 13 – 8º Bloco do debate “Deveria ser permitido o trabalho de crianças e adolescentes menores de 14 anos para ajudar no sustento da família?”	86
Quadro 14 – 1º Bloco do debate “O sistema de cotas pode tornar a sociedade mais justa?”	93
Quadro 15 – 2º Bloco do debate “O sistema de cotas pode tornar a sociedade mais justa?”	96
Quadro 16 – Parte 1 do 3º bloco do debate “O sistema de cotas pode tornar a sociedade mais justa?”	99
Quadro 17 – Parte 2 do 3º bloco do debate “O sistema de cotas pode tornar a sociedade mais justa?”	102
Quadro 18 – Parte 1 do 4º bloco do debate “O sistema de cotas pode tornar a sociedade mais justa?”	105

Quadro 19 – Parte 2 do 4º bloco do debate “O sistema de cotas pode tornar a sociedade mais justa?”	109
Quadro 20 – 5º Bloco do debate “O sistema de cotas pode tornar a sociedade mais justa?”	110
Quadro 21 – Parte 1 do 6º bloco do debate “O sistema de cotas pode tornar a sociedade mais justa?”	113
Quadro 22 – Parte 2 do 6º bloco do debate “O sistema de cotas pode tornar a sociedade mais justa?”	116
Quadro 23 – 7º Bloco do debate “O sistema de cotas pode tornar a sociedade mais justa?”	120
Quadro 24 – 8º Bloco do debate “O sistema de cotas pode tornar a sociedade mais justa?”	123
Quadro 25 – Propostas de atividades	131

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 TÓPICO DISCURSIVO E ARGUMENTAÇÃO	20
2.1 O TÓPICO DISCURSIVO	20
2.2 A ARGUMENTAÇÃO NA PERSPECTIVA DA NOVA RETÓRICA.....	26
2.3 A IMPORTÂNCIA DA ARGUMENTAÇÃO PARA O ENSINO	32
2.4 POLIDEZ LINGUÍSTICA E A PRESERVAÇÃO DE FACE	37
3 ORALIDADE E GÊNEROS ORAIS: PERSPECTIVAS PARA O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA	41
3.1 A ORALIDADE E OS GÊNEROS ORAIS EM SALA DE AULA.....	41
3.2 ENSINO DA ORALIDADE.....	44
3.3 O GÊNERO DISCURSIVO: PERCEPÇÃO À LUZ DE BAKHTIN.....	48
3.4 OS DEBATES	50
4 O PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA.....	57
4.1 NATUREZA DA PESQUISA.....	57
4.2 ESTUDO DE CASO	58
4.3 UNIVERSO E CORPUS DA PESQUISA.....	60
4.4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	63
5 ANÁLISE DO TÓPICO DISCURSIVO COMO ESTRATÉGIAS ARGUMENTATIVAS NO GÊNERO DISCURSIVO DEBATE	69
5.1 O TÓPICO DISCURSIVO COMO ESTRATÉGIA ARGUMENTATIVA NO DEBATE DE FUNDO CONTROVERSO.....	69
5.2 UMA PROPOSTA PARA O ENSINO	128
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	134
REFERÊNCIAS	137
APÊNDICE A – Carta de anuência	141
APÊNDICE B – Normas para transcrição de textos orais	142
APÊNDICE C – Normas do Projeto Polêmicas em debate	143

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, pesquisas no campo da Linguística têm sido realizadas e muitas delas têm se direcionado ao funcionamento real da língua, tendo em vista o reconhecimento que a língua tem como prática social no cotidiano do ser humano. Por isso, a interação verbal está sendo considerada a concepção básica da linguagem para muitas pesquisas de estudiosos como Koch (2016), Marcuschi (2007), entre outros.

No nosso trabalho, destacamos a relevância do estudo do tópico discursivo e vimos que muitos estudiosos se dedicam diretamente a esse assunto, como Jubran (1993), Fávero (1999), Cavalcante (2012), Pinheiro (2012). Com base em seus estudos, os autores nos permitiram compreender um pouco mais sobre esse assunto e trazer para o foco da presente pesquisa abordagens significativas sobre o estudo do tópico discursivo relacionando ao ensino.

Tópico é falar acerca de algo, é um elemento estruturador da conversação sobre o qual os interlocutores interagem, mantendo, mudando ou retomando o mesmo assunto de que se fala (FÁVERO, 1999). Logo, a identificação do tópico é importante para a compreensão, tendo em vista que o seu reconhecimento pode evitar ambiguidades e ajudar a identificar expressões comuns a um tópico (CAVALCANTE, 2012).

Sendo assim, consideramos importante falar sobre o tópico nas aulas de língua portuguesa e desenvolver atividades e projetos que promovam o protagonismo dos alunos, para que eles possam ser bem sucedidos não só na escrita, mas também nas atividades orais que envolvam o debate de ideias e a colocação de argumentos. Destacamos, neste trabalho, o projeto Polêmicas em Debate desenvolvido em uma instituição federal que dispõe de ensino médio e técnico integrado na cidade de Floriano, no Piauí. Ele é coordenado por um professor de redação e está inserido no laboratório de leitura e produção textual. O projeto reúne quatro debates sobre temáticas polêmicas que circulam na sociedade e são realizados em dias diferentes durante o ano letivo. O projeto polêmicas em debate não se trata de práticas da oralização da escrita, mas sim de práticas de produção textual oral com o intuito de colocar o aluno em contato com situações reais de comunicação, debatendo assuntos que fazem parte do nosso contexto social.

Vimos nesse projeto uma excelente forma de trabalhar um gênero oral e formal como o debate, que promove o desenvolvimento da oralidade, do raciocínio lógico e das estratégias argumentativas, bem como o conhecimento do tópico presente em cada bloco do debate. Com

isso, acreditamos que o ensino do tópico discursivo como estratégia argumentativa pode ser realizado através do debate, gênero considerado do argumentar.

Após conhecermos o projeto Polêmicas em Debate e o tomarmos como universo da nossa pesquisa, nós decidimos analisar os argumentos apresentados pelos debatedores com a finalidade de comprovar neles estratégias argumentativas como a manutenção do tópico discursivo como forma de fortalecer argumentos no debate; e o desvio do tópico como forma de proteção de face. Essas estratégias foram estabelecidas para elucidar o ensino do tópico discursivo através do gênero debate nas aulas de língua portuguesa no ensino médio. Com isso, apresentamos a importância do ensino do tópico discursivo como estratégia argumentativa através do debate.

Então, esta pesquisa contribuirá para ampliar as discussões existentes por apresentar uma proposta de ensino que traz o estudo do tópico discursivo como estratégia argumentativa a partir do gênero debate, pois, de acordo com Dolz e Schneuwly (2004), o gênero oral debate desempenha um papel importante em nossa sociedade e torna-se necessário na escola, visando o desenvolvimento das capacidades dos alunos para defender oralmente um ponto de vista, uma escolha ou um procedimento de descoberta. O debate desenvolve capacidades fundamentais do ponto de vista linguístico, cognitivo, social, como também do ponto de vista individual.

Sabemos que o momento da defesa de um ponto de vista ou tomada de um posicionamento sobre uma determinada temática no ambiente escolar não é um exercício simples para os alunos, pois geralmente esta argumentação requer um maior grau de formalidade e exposição diante dos demais colegas de sala de aula. Assim, enfatizamos que o conhecimento é fundamental para um desenvolvimento significativo dos argumentos. Para argumentar, é preciso também ter leituras, fazer inferências, saber das questões que circulam na escola e na sociedade.

Sendo assim, a oralidade, prática social interativa, deve ser trabalhada no ambiente escolar visando o desenvolvimento dos alunos na defesa de um ponto de vista. Ela pode ser ensinada através do ensino do tópico discursivo como estratégia argumentativa a partir do debate.

Um dos pontos motivacionais para a realização da nossa pesquisa se deu pelo fato de a oralidade sempre ter sido um desafio para mim enquanto aluna, pois desenvolver uma linha de raciocínio em defesa de um ponto de vista ou apresentar um seminário nunca foi uma tarefa fácil. À medida que fui estudando na graduação e na especialização, pude perceber a necessidade do trabalho com os gêneros orais no ambiente escolar para a formação de uma

geração que aprenda de fato a colocar seu ponto de vista de forma coerente e segura, seja em um debate, seminário ou entrevista de emprego. Logo, percebemos que todos esses gêneros são fundamentais no ensino da oralidade.

Diante disso, vemos que é de extrema importância o trabalho com o gênero oral debate, visando oportunizar aos alunos o desenvolvimento da oralidade. Como o foco da nossa pesquisa é o ensino do tópico discursivo como estratégia argumentativa, será possível, por meio dele, proporcionar aos discentes o conhecimento sobre oralidade, gênero debate e argumentação.

Apesar de a argumentação ser uma característica básica do discurso, os trabalhos sobre argumentação ainda não são abundantes (FIORIN, 2017). É preciso que haja uma discussão mais ampla nos ambientes acadêmicos, em especial no curso de Letras, sobre as bases da argumentação, os tipos de argumentos e as estratégias argumentativas, para que esses estudos possam ser aplicados de forma prática no contexto escolar, de maneira a possibilitar ao aluno o desenvolvimento de competências argumentativas ao utilizar, por exemplo, o gênero oral debate, gênero marcado pela argumentação e refutação em relação a um determinado assunto.

Como o tópico está presente nas práticas sociais, a questão central que norteia nosso trabalho é saber como se dá a utilização do tópico discursivo como estratégia argumentativa no gênero debate? Partimos do pressuposto de que o ensino da oralidade parece não ser realizado da forma devida, apesar das recomendações existentes nos documentos oficiais norteadores da educação, o que causa reflexos nas situações reais que requerem o domínio dos gêneros orais. O trabalho com o tópico discursivo, enquanto estratégia argumentativa, pode se constituir como meio para o ensino sistematizado da oralidade, possibilitando o domínio desta categoria no momento da produção de gêneros argumentativos, como o debate. Portanto, nosso objetivo é investigar como se dão as estratégias argumentativas no debate de fundo controverso realizado no projeto Polêmicas em Debate, considerando o desvio e a manutenção do tópico discursivo.

Com base nessa perspectiva, nosso trabalho tem como primeiro objetivo específico identificar como o desvio do tópico discursivo pode se configurar como estratégia argumentativa de proteção de face dos participantes do debate. Partimos do seguinte questionamento: Como o desvio do tópico discursivo pode se constituir estratégia argumentativa de proteção de face em debates de fundo controverso? Como pressuposto, acreditamos que é possível que o desvio do tópico se configure como estratégia argumentativa de proteção de face, de modo a beneficiar o debatedor na produção do gênero debate.

Nosso segundo objetivo específico é analisar como a manutenção do tópico discursivo pode ser um meio de fortalecer os argumentos apresentados pelos debatedores. Partimos do seguinte questionamento: como a manutenção do tópico discursivo pode se constituir uma estratégia argumentativa para fortalecer argumentos durante o debate de fundo controverso? Como pressuposto, acreditamos que a manutenção do tópico pode ser um meio de fortalecer os argumentos apresentados pelo debatedor, que, ao fazer uso dessa estratégia, pode enfraquecer os fundamentos trazidos ao debate por seu oponente.

Para alcançar esses objetivos apresentados acima, na nossa análise, iremos tomar como objeto de estudo o tópico discursivo. O *corpus* da nossa pesquisa constitui-se das transcrições de dois vídeos dos debates que foram gravados durante o projeto “*Polêmicas em debate*”¹. Para nossa análise, utilizaremos apenas dois vídeos dos debates do ano de 2017 sobre as temáticas do trabalho infantil e do sistema de cotas que estão disponíveis no youtube.com.

Como fundamentação do nosso trabalho, apresentaremos discussões sobre o tópico discursivo, por ser categoria presente em toda e qualquer situação comunicativa, a partir dos estudos de Jubran (1993), Pinheiro (2012) e Cavalcante (2012) na intenção de alcançar nossos objetivos com coerência ao que propomos. Utilizaremos diversos estudiosos como Bakhtin (1997) para abordar o gênero discursivo; Marcuschi (2003, 2007), Gomes (2007), Monteiro-Platin (2008) e Dolz e Schneuwly (2004) para tratar da oralidade e dos gêneros orais, assim como buscamos em Perelman; Olbrechts-Tyteca (2017), Fiorin (2017) para as abordagens sobre a argumentação.

A dissertação está dividida em cinco capítulos. No primeiro capítulo, apresentamos a nossa introdução; no segundo, a fundamentação teórica de nossa pesquisa, que está composta por estudos sobre o tópico discursivo a partir dos estudos de Jubran (1993), Pinheiro (2012) e Cavalcante (2012); Também abordamos sobre argumentação a partir da nova retórica e dos estudos linguísticos. Assim, as abordagens que dizem respeito à argumentação foram feitas a partir de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2017) e Koch e Elias (2016); além disso, trouxemos algumas discussões sobre a polidez linguística e a proteção de face.

No terceiro capítulo, apresentamos alguns estudos sobre a importância da oralidade e dos gêneros orais em sala de aula a partir de Marcuschi (2003, 2007), Dolz e Schneuwly (2004), que há muitas décadas desenvolvem trabalhos sobre gêneros e ensino, e trouxemos

¹ Mais informações sobre o Projeto Polêmicas em debate basta acessar <<https://labproducaotextual.com/projetos-de-leitura/polemicas-em-debate/>>

algumas discussões sobre gênero discursivo a partir dos pressupostos teóricos de Bakhtin (1997), precursor dos estudos sobre a linguagem como interação, e fizemos uma abordagem sobre o gênero oral debate, por ser o gênero de análise. Fizemos as abordagens sobre essas temáticas apoiadas também no que diz a Base Nacional Comum Curricular (BNCC)² (BRASIL, 2017), a qual constitui o documento oficial que norteia o ensino e recomenda a inclusão da oralidade como objeto de ensino-aprendizagem nas aulas de linguagens.

No quarto capítulo, expomos a metodologia utilizada durante a pesquisa a partir dos métodos de abordagem, da delimitação do universo, dos sujeitos da pesquisa, dos instrumentos utilizados, do percurso metodológico para a coleta do *corpus* e dos procedimentos metodológicos para atingir os objetivos desta investigação.

Na sequência, quinto capítulo, apresentamos a análise dos dados coletados, a partir dos procedimentos elencados na metodologia. Por fim, fizemos algumas considerações a respeito da pesquisa realizada, sempre no intuito de incentivar o surgimento de outros estudos sobre a temática aqui explorada, como também de ampliar a discussão sobre ela nos meios acadêmico e escolar.

Após estas considerações iniciais aqui apresentadas, passaremos agora a dissertar no próximo capítulo a fundamentação teórica que embasa o nosso estudo e, na sequência, serão desenvolvidas as demais seções do trabalho conforme anteriormente apresentado.

² A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento que regulamenta quais são as aprendizagens essenciais a serem trabalhadas nas escolas brasileiras públicas e particulares de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio para garantir o direito à aprendizagem e o desenvolvimento pleno de todos os estudantes.

2 TÓPICO DISCURSIVO E ARGUMENTAÇÃO

Neste capítulo, faremos a articulação dos estudos sobre o tópico discursivo com a argumentação, visto que ele se refere ao assunto sobre o qual se fala ou se argumenta. Iniciaremos dissertando sobre o tópico e, em sequência, apresentaremos algumas abordagens sobre a argumentação na perspectiva da nova retórica, destacando elementos importantes para o processo de argumentar como: o orador e o auditório. No tópico seguinte, faremos discussões acerca da importância do ato de argumentar para o processo de ensino aprendizagem, tendo em vista que o aluno utiliza a argumentação em diversas situações do dia a dia, sendo fundamental aprender sobre estratégias argumentativas para defender uma tese, seja em situações informais do cotidiano ou em situações formais no exercício da sua cidadania. Por isso, ainda neste capítulo, faremos uma breve abordagem sobre a polidez linguística e a preservação de faces no sentido de compreender um pouco mais sobre esse termo que estará presente na nossa análise.

2.1 O TÓPICO DISCURSIVO

Sabemos que a fala se constitui como o caráter social da linguagem, no entanto, algumas pessoas não conhecem a sua estrutura organizacional. Devido a isso surge a concepção de que a fala não é organizada. É por isso que ressaltaremos a existência da organização do texto falado através dos tópicos discursivos.

Os estudos da Análise da Conversação permitiram aos estudiosos da linguagem perceber a existência no texto falado, de uma organização com regularidades e possível de ser investigada. A partir daí, os fenômenos linguísticos passaram a ser analisados metodologicamente de forma diferente, já que não existia mais oposição entre a modalidade oral e escrita da língua (NASCIMENTO, 2012).

Logo, a coerência textual na interação verbal e o compartilhamento de conhecimentos tornam-se evidentes quanto à relevância da análise da estrutura organizacional do texto falado. No âmbito textual-interativo, os estudos sobre o tópico discursivo mostram como é produzida essa organização dinâmica e coerente por meio de unidades textuais (NASCIMENTO, 2012).

De acordo com Marcuschi (2003), as conversações iniciam-se com o tópico que originou o encontro. Assim, o tópico é a base para o início de uma interação. A linguagem nos permite interagir em vários ambientes como nas escolas, onde é utilizada para compartilhar

conhecimento e instruir. No dia a dia das pessoas, a linguagem é utilizada para discutir alguns temas, fazer negócios; é essencial nas igrejas, teatros, novelas, jornais, júris entre outros. Portanto, as interações partem de um tópico discursivo que origina o encontro em um determinado ambiente.

A noção de tópico discursivo nos estudos linguísticos no Brasil foi abordada inicialmente por Jubran (1993), nos trabalhos do grupo do texto do Projeto Gramática do Português Culto Falado (PGPF). De acordo com Pinheiro (2012), o tópico discursivo torna-se um elemento essencial na constituição do texto falado, e a estruturação tópica serve como fio condutor. Tópico é falar acerca de algo, é um elemento estruturador da conversação sobre o qual os interlocutores interagem, mantendo, mudando ou retomando o mesmo assunto de que se fala (FÁVERO, 1999).

De acordo com os estudos de Cavalcante (2012), o tópico discursivo, ou o tema central de um texto, não é necessariamente identificável na superfície do texto, pois depende de aspectos discursivos, e não apenas estruturais, organizacionais. Muitos estudiosos da linguagem compreendem o tópico discursivo como aquilo que se está falando num discurso podendo os interlocutores, no momento da conversação, manter, mudar, ou retomar o assunto que se fala.

Vale ressaltar que a construção do sentido de um texto se dá na situação de comunicação na qual os interlocutores estão inseridos. Assim, a identificação do tópico é essencial para a compreensão, pois, através do seu reconhecimento, o interlocutor pode dissociar ambiguidades e compreender expressões comuns a um determinado tópico (CAVALCANTE, 2012).

Em relação à mudança de tópico em um texto, ela pode ocorrer da mesma forma tanto no texto oral como no texto escrito. No entanto, é mais comum os desvios inesperados de um assunto no texto falado. Já no texto escrito pode haver problemas de coesão e coerência textual (CAVALCANTE, 2012).

O tópico discursivo é definido por dois traços básicos: a centração e a organicidade (JUBRAN, 1993 p.35). A centração se refere ao inter-relacionamento entre as unidades de sentido do texto, que convergem para um eixo temático, isto é, para o tópico central. A centração abrange os traços:

a) a concernência – relação de interdependência entre elementos textuais, firmada por mecanismos coesivos de sequenciação e referenciação, que promovem a integração desses elementos em um conjunto referencial, instaurado no texto como alvo da interação verbal;

- b) a relevância – proeminência de elementos textuais na constituição desse conjunto referencial, que são projetados como focais, tendo em vista o processo interativo;
- c) a pontualização – localização desse conjunto em determinado ponto do texto, fundamentada na integração (concernência) e na proeminência (relevância) de seus elementos, instituídas com finalidades interacionais.

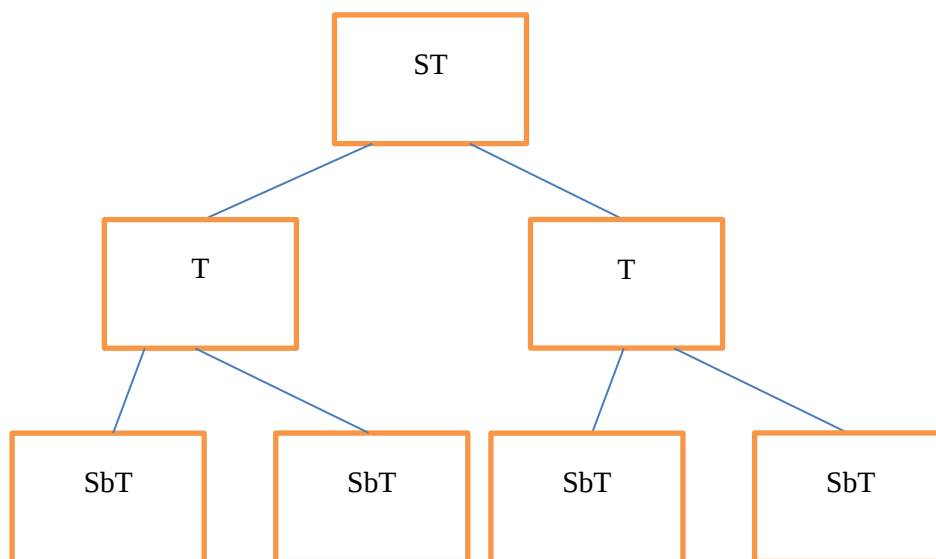
Assim os traços de concernência, relevância e pontualização, caracterizadores da centração conferem à categoria de tópico discursivo critérios para o reconhecimento do estatuto tópico de um fragmento textual. Da aplicação de tais critérios à análise de um texto resulta o seu recorte em segmentos tópicos, compreendidos como unidades textuais que materializam, na superfície linguística do texto, o princípio da centração. Ficam assim particularizadas uma categoria analítica para a identificação e delimitação de unidades de natureza textual – o tópico discursivo, bem como uma unidade concreta de análise - o segmento tópico (JUBRAN, 1993 p. 35-36).

Para Fávero (1999, p. 40), “a centração norteia o tópico de tal forma que, quando se tem uma nova centração, tem-se um novo tópico. A centração está relacionada, portanto, ao conceito de conteúdo e, a partir de suas propriedades, pode-se delinear o que se compreendia por assunto ou tema.

A organicidade é a propriedade através da qual o tópico se apresenta em subtópicos, que possuem entre si uma relação de interdependência em dois planos denominados de vertical e horizontal. No plano vertical, dá-se a relação existente entre o tópico central e os subtópicos a ele subordinados.

Essas relações de interdependência entre os níveis hierárquicos de organização tópica dão origem a Quadros Tópicos (QT), como apresentaremos a seguir.

Figura 1 – Quadro tópico



Fonte: Fávero (1999, p. 47)

No plano horizontal ou linear, a organização dos tópicos se dá na sequência do desenvolvimento do texto, ou seja, na ordem em que tópicos e subtópicos se apresentam. É importante destacar que organização tópica é importante para a construção de sentido do texto, além de estar relacionada ao desenvolvimento argumentativo.

A noção de tópico é de fundamental importância para o entendimento da organização conversacional e é consenso entre os estudiosos que os usuários da língua têm noção de quando estão discorrendo sobre o mesmo tópico, de quando mudam, cortam, criam digressões, retomam, etc (FÁVERO, 1999, p. 39).

O tópico discursivo, portanto, pode ser entendido como o assunto acerca do qual se está falando ou escrevendo e está na dependência de um processo colaborativo, isto é, vem de um processo que envolve participantes num ato interacional na construção da conversação. Ele é essencial na constituição de um texto falado, sendo mais comum perceber os desvios de um assunto. O interlocutor pode, no momento da conversação, manter, mudar ou retornar o assunto que se fala.

Por isso, centraremos nossa análise no tópico discursivo no que se refere aos dois traços básicos de centração e organicidade. Para isso, buscaremos observar nos textos orais referentes ao *corpus* da pesquisa (transcrições de dois debates) o tema central do tópico discursivo e a manutenção e o desvio, pois acreditamos que podem se constituir estratégias favoráveis ou não à construção da argumentação.

O desvio do tópico discursivo pode acontecer por diferentes maneiras, podendo ser pela ênfase em subtópicos, conduzindo o foco dos seus argumentos para outro ponto que não

seja o do tema central do tópico discursivo, essa estratégia pode contribuir para a preservação de face; ou podendo ser pelo estabelecimento de um novo tópico por não querer mais falar sobre o assunto em questão e uma pergunta pode provocar o desvio do tópico em andamento.

Além do desvio de um tópico discursivo, o locutor, ou o debatedor, no caso em um gênero debate, pode se utilizar da manutenção do tópico como estratégia argumentativa, para se obter vantagens e possivelmente ter controle do debate, por se sentir mais preparado para persuadir o interlocutor. Então, a partir do momento que o aluno conhece essas duas estratégias, ele pode construir seus argumentos como considerar mais adequado à situação, aos seus objetivos, ao público alvo, ao contexto, podendo desviar ou manter o tópico discursivo.

Vale salientar que a temática de um texto trata-se de um dos fatores mais importantes para a construção da sua coerência global, principalmente no que se refere à compreensão do texto escrito ou oral. Em suma, a identificação do tópico de um texto é essencial para a sua compreensão, pois um texto confuso, mal elaborado, pode comprometer a sua compreensão.

A importância de estudar a organização do tópico discursivo está no fato de ser um pré-requisito para a organização textual. Por isso, os tópicos e subtópicos precisam estar bem alinhados. Ao trabalhar um texto argumentativo, por exemplo, o professor pode abordar a importância da manutenção de um tópico discursivo para manter a coerência do texto. Determinadas vezes o aluno tem várias ideias sobre o assunto colocado em pauta, porém não consegue organizá-las na forma escrita ou oral.

Além de destacar a importância de estudar a organização do tópico discursivo, queremos destacar que a conversação também exige uma organização em sua base. Sacks, Schegloff e Jefferson (1974 *apud* MARCUSCHI, 2003 p. 15) apresenta cinco características que são constitutivas da conversação.

- a) interação entre pelo menos dois falantes;
- b) ocorrência de pelo menos uma troca de falantes;
- c) presença de uma sequência de ações coordenadas;
- d) execução numa identidade temporal;
- e) envolvimento numa “interação centrada”

Segundo o autor, o momento da interação é um evento em que as expectativas de ambos interlocutores serão mostradas. Além do tema em mente do iniciador da conversa, deve ter também a pressuposição da aceitação do tema pelo outro e, assim, partilharem de conhecimentos em comum.

É importante destacar em relação aos estudos da Análise da Conversa ou Estudo da fala-em-interação seus precursores G. Jefferson, E. E. Schegloff e G. Sacks na década de

1970 onde apresentaram um estudo muito influente, contendo um dos modelos mais conhecidos sobre o sistema de organização dos turnos na conversação. Serve como uma introdução básica aos problemas gerais da Análise da Conversação, mas no Brasil tem como grande expoente o professor Luiz Antônio Marcuschi em 2003 em obra que trata sobre Análise da Conversação. A análise da conversa está voltada para as questões do texto falado e para a passagem da modalidade oral para a escrita da língua.

O artigo *A simplest systematics for the organization of turn-taking for conversation*³, de Sacks, Jefferson, Schegloff (1974) tem como objetivo principal demonstrar que a conversa não é uma ação desordenada e que as pessoas se organizam socialmente através da fala. Eles elencaram características que podem ser encontradas em qualquer conversa, pois para os autores “a tomada de turno parece uma forma básica de organização para a conversa” Vejamos estas características:

- a) a troca de falantes ocorre ou pelo menos ocorre;
- b) em qualquer turno, fala um de cada vez;
- c) ocorrências com mais de um falante por vez são comuns, mas breves;
- d) transições de um turno a outro sem intervalo e sem sobreposição são comuns; longas pausas e sobreposições extensas são a maioria;
- e) a ordem dos turnos não é fixa, mas variável;
- f) o tamanho do turno não é fixo, mas variável;
- g) a extensão da conversação não é fixa nem previamente especificada;
- h) o que cada falante dirá não é fixo nem previamente especificado;
- i) a distribuição dos turnos não é fixa;
- j) o número de participantes é variável.
- l) a fala pode ser contínua ou descontínua;
- m) são usadas técnicas de atribuições de turnos;
- n) são empregadas diversas unidades construidoras de turno: lexema, sintagma, sentença, etc.;
- o) certos mecanismos de reparação resolvem falhas. (SACKS, SCHEGLOFF e JEFFERSON, 2003, p. 14-15).

Sacks, Schegloff e Jefferson (2003⁴ *apud* MARCUSCHI, 2003, p. 17) diz, baseado em que a tomada de turno pode ser considerada um item elementar para a organização estrutural da conversa. Essas informações, no nosso ponto de vista, são necessárias para que o debate transcorra da melhor maneira possível, pois o debate não se trata de um amontoado de ideias e pontos de vista, mas de um gênero que está presente na sociedade e por isso devemos obedecer à sua estrutura composicional e o seu estilo. Para a organização da sequência de turnos, existem alguns organizadores, são eles: as aberturas, como os cumprimentos e os fechamentos, como as despedidas que organizam a conversação em termos globais.

³ Título que pode ser traduzido como “Uma simples sistemática para a organização da tomada de turnos na conversa”.

⁴ Utilizamos a versão traduzida deste artigo, publicada em 2003 na revista Veredas, disponível em www.ufjf.br/revistaveredas/files/2009/12/artigo14.pdf, mas a data original de publicação é de 1974.

Vale salientar que o tópico discursivo, tema principal desta seção, surge nos estudos da Análise da Conversação, conforme afirma Marcuschi (2003), como a base das conversações, pois só se estabelece e se mantém uma conversação se existe algo sobre o que conversar. Portanto, o tópico serve para organizar de maneira coerente a conversa. O tópico discursivo ocorre dentro de um gênero discursivo, tendo em vista que tudo que falamos ou escrevemos se dá por meio dos gêneros.

Após essa breve explanação sobre o tópico discursivo, vimos que ele é o elemento principal que norteia também o debate ou a defesa de um ponto de vista, por se tratar do assunto da conversa ou discussão. Por isso, o tópico discursivo será o nosso objeto durante a análise do *corpus*, mas, antes disso, abordaremos nos próximos tópicos sobre a argumentação, por ser o debate um gênero do argumentar.

2.2 A ARGUMENTAÇÃO NA PERSPECTIVA DA NOVA RETÓRICA

O surgimento da argumentação está relacionado à vida em sociedade, pois não se poderiam resolver tudo pela força. Assim, a palavra era usada para persuadir as pessoas a fazerem alguma coisa. Segundo Fiorin (2017), à medida que os cidadãos eram chamados a resolver as questões na cidade, foram surgindo os primeiros tratados da argumentação.

O ato de argumentar é considerado um momento de bastante dificuldade, seja na forma escrita ou oral, necessitando por isso de aprendizagem específica mediada pelo professor de forma planejada e atenciosa, reconhecendo assim a importância da argumentação na vida pessoal e social do ser humano, seja no ambiente escolar ou profissional. Apresentaremos discussões importantes sobre os estudos iniciais da argumentação a partir de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2017) e Ribeiro (2012), bem como a importância da argumentação para o ensino com base em Fiorin (2017), Koch (2000), Koch e Elias (2016).

Nos deteremos a partir de agora em abordar sobre a argumentação, fazendo um pequeno resgate histórico com base em Perelman e Olbrechts-Tyteca (2017), que tratam da nova retórica. O estudo da argumentação, como parte da Retórica, foi feito durante muito tempo por filósofos e especialistas literários da linguagem. As abordagens da argumentação, que nos apoiaremos, dar-se-ão a partir da perspectiva da nova retórica de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2017), considerando também as abordagens feitas a partir dos estudos de Ribeiro (2012) sobre esta temática.

Em 1958, Chaim Perelman, professor na Universidade Livre de Bruxelas, e Lucie Olbrechts-Tyteca publicaram o Tratado da argumentação: a nova retórica. Eles trouxeram

para a ciência os estudos sobre a argumentação, considerando-a como fundamental para a construção do discurso (RIBEIRO, 2012).

Segundo Ribeiro (2012, p. 65), Perelman, filósofo do direito, interessava-se pela lógica de juízos de valor, mais necessariamente por uma lógica com critérios para julgamento de valor porque discordava do posicionamento cartesiano-positivista, que limitou o papel da lógica à solução de problemas de base unicamente teórica. Com esse tipo de posição, segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (2017), deixam-se os problemas humanos à mercê da emoção, interesses e violência.

Perelman e Olbrechts-Tyteca (2017), logo na introdução do Tratado da argumentação, dizem que os julgamentos de valor são arbitrários e insuscetíveis de tratamento racional. Assim, eles percebem que considerar irracional a aplicação do direito resulta em renunciar a qualquer filosofia prática e deixar a disciplina da conduta humana ao sabor das emoções. Insatisfeito com a afirmação da irracionalidade da aplicação do direito, Perelman opta por construir um projeto teórico voltado a pesquisa de uma “lógica dos julgamentos de valor”, daí nasce a nova retórica. O resgate da noção de raciocínio dialético coloca a contribuição de Perelman entre as mais significativas para a filosofia na segunda metade do século XX.

A argumentação, a partir dessa perspectiva da nova retórica tratada por Perelman e Olbrechts-Tyteca (2017, p. 1), tinha como objetivo romper “com uma concepção da razão e do raciocínio vinda ‘de Descartes’”, assim reata com a dicotomia de Aristóteles, para quem certas discussões eram do domínio da ciência e outras da retórica.

Breton (2003) define a argumentação como o estudo das técnicas discursivas que permitem provocar ou aumentar a adesão das pessoas às teses apresentadas para seu assentimento.

Ribeiro (2012) ressalta que a nova retórica de Perelman em sua obra Tratado da Argumentação, não se limita ao estudo da apresentação de uma argumentação oral, ela se ocupa, principalmente, da estrutura da argumentação em seu aspecto lógico, mais precisamente dos *recursos discursivos* para se obter a adesão dos espíritos. No entanto, para os antigos, a retórica era a arte de falar em público de modo persuasivo, era a arte de bem falar para agradar um público-alvo com o objetivo de conseguir a *adesão dos espíritos*.

[...] quando se trata de argumentar, de influenciar, por meio do discurso, a intensidade de adesão de um auditório a certas teses, já não é possível menosprezar completamente, considerando-as irrelevantes, as condições psíquicas e sociais sem as quais a argumentação ficaria sem objeto ou sem efeito. Pois toda argumentação visa à adesão de espíritos e, por isso mesmo, pressupõe a existência de um contato intelectual (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2017, p. 16).

Assim, para se estabelecer a argumentação, é imprescindível a existência de uma linguagem em comum, a qual possibilite a comunicação. Através dessa linguagem é que formaria uma comunidade efetiva dos espíritos. Para concordar ou esclarecer um fato que objetiva a adesão, é necessário o uso da linguagem, seja ela oral ou escrita para que tenha a argumentação.

Perelman e Olbrechts-Tyteca (2017), em suas abordagens sobre a argumentação, enfatizam que todo o discurso possui um contexto e conseqüentemente um auditório para o qual ele é elaborado e se adequar aquele auditório é a condição para existir a persuasão. Assim, o auditório é definido como o conjunto daqueles que o orador quer influenciar com sua argumentação. “Cada orador pensa, de uma forma mais ou menos consciente, naqueles que procura persuadir e que constituem o auditório ao qual se dirigem seus discursos” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2017, p. 22).

Logo, o conhecimento das pessoas que se pretende conquistar é fundamental para uma argumentação significativa e eficaz. O orador precisa adequar a sua linguagem, conhecer o contexto social no qual o auditório pertence e o nível de conhecimento dos interlocutores. Com isso, aumenta a probabilidade de o auditório ser persuadido pelo orador.

É muito comum acontecer que o orador tenha de persuadir um auditório heterogêneo, reunindo pessoas diferenciadas pelo caráter, vínculos ou funções. Ele deverá utilizar argumentos múltiplos para conquistar os diversos elementos de seu auditório. É a arte de levar em conta, na argumentação, esse auditório heterogêneo que caracteriza o grande orador. (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2017, p. 24)

Portanto, é importante considerar a heterogeneidade do auditório, tendo em vista que cada um possui um ponto de vista diferente e pertence a múltiplos grupos, assim como se o orador estivesse diante de poucos ouvintes, é preciso preparar os argumentos que parecerão mais convincentes ao seu auditório. É a relação entre orador e auditório que constitui o sentido da argumentação, esclarecendo a concepção de auditório do ponto de vista da heterogeneidade, que pressupõe a existência de vários indivíduos com pensamentos e conclusões diferentes.

Os autores da nova retórica, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2017, p. 33-34) mencionados anteriormente, sugerem a seguinte classificação de auditório:

- a) auditório universal – aquele constituído por toda a humanidade;
- b) auditório particular – aquele formado no diálogo, pelo interlocutor ou interlocutores a quem se dirige;

- c) auditório individual – aquele formado pelo próprio sujeito, quando delibera as razões dos seus atos.

O orador se baseia em um possível auditório, pois precisa imaginá-lo ao realizar seu discurso, uma vez que é fundamental o convencimento por parte do orador e a adesão por parte do auditório, o qual deve estar o mais próximo possível da realidade, caso contrário, consequências indesejadas podem ocorrer. O auditório universal é imagem que o texto projeta do auditório, é imagem de universalidade, de unanimidade imaginada pelo orador ao construir o discurso. Para que o auditório caracterize-se como universal, seus valores devem ser absolutos e atemporais e devem ser válidos para todos que o constituem, ou seja, para a humanidade inteira (RIBEIRO, 2012).

Em outras palavras, “o auditório é o conjunto de pessoas que queremos convencer e persuadir” (ABREU, 2009, p. 16). Seu tamanho pode variar muito. Pode ser uma única pessoa, como por exemplo, um cliente ou um amigo, mas pode ser também um grupo de pessoas de uma empresa, ou de uma escola e até mesmo um auditório do tamanho de um país, quando se faz uma comunicação em rede nacional via televisão ou internet. Não podemos confundir interlocutor com auditório. Se um professor conceder uma entrevista a uma revista educativa, seu auditório não será o repórter, mas sim os leitores daquela revista específica.

No que se refere ao auditório universal não temos como quantificar o número de pessoas, e o gênero pode ser variado. Pode ser um auditório constituído apenas por mulheres como é o caso de uma palestra no dia das mães ou no dia da mulher, ou um auditório formado por homens e mulheres de idades diferentes, de várias classes sociais, diferentes profissões, diferentes níveis de instrução e de diferentes regiões do país, esse pode ser o público que assiste a um programa de televisão que se configura como um auditório universal.

O auditório particular pode ser uma pessoa ou um grupo de pessoas cujas variáveis controlamos. Uma turma de alunos da segunda série do ensino médio pode se configurar um auditório particular, pois sabemos que se trata de um grupo de jovens, de ambos os sexos, com o mesmo nível de escolaridade e, na maioria das vezes, com a mesma faixa etária.

Então, aquele que vai argumentar precisa adaptar-se ao seu auditório. De acordo com Abreu (2009), quando estamos diante de um auditório particular não podemos nunca manifestar um ponto de vista que não possa ser defendido também dentro de um auditório universal. Isso, por dois motivos: ética e autointeresse, tendo em vista que uma expressão preconceituosa ou um comentário em um grupo sobre outro grupo pode trazer sérios problemas a quem profere.

Podemos dar um exemplo citado por Abreu (2009) que diz que em 1997, um alto executivo da Texaco, nos Estados Unidos, utilizou, em uma reunião fechada da presidência (auditório particular), argumentos racistas, tendo como alvo um funcionário negro da empresa. A notícia vazou não só dentro da companhia, mas em todo o país (auditório universal). Como resultado, a Texaco foi condenada a pagar uma indenização de 179 milhões de dólares a seus funcionários negros, a título de reparação de danos morais. Esse exemplo mostra claramente como é importante conhecer o auditório e saber se expressar respeitando sempre as diferenças.

Em relação ao plano da deliberação íntima, existem condições prévias para a argumentação, conforme os estudos de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2017, p. 16), “a pessoa deve notadamente conceber-se como dividida em pelo menos dois interlocutores que participam da deliberação”. Assim, a pessoa precisa estar predisposta a ouvir e se conscientizar da sua neutralidade com relação ao assunto polêmico que está sendo discutido. Para que uma argumentação se desenvolva, é preciso, de fato, que aqueles a quem ela se destina lhe prestem alguma atenção.

Neste momento, vamos apresentar algumas condições da argumentação conforme Abreu (2009), relacionando com os estudos de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2017). A primeira condição da argumentação é ter definida uma tese e saber para que tipo de problema essa tese é resposta. As teses são as próprias ideias, mas é preciso saber quais as perguntas que estão em sua origem. Se uma pessoa quer vender uma determinada ideia de que é preciso poupar um pouco de dinheiro, ela precisa saber da pergunta: O que eu faço com o dinheiro que recebo? Então em momentos de reuniões em empresas ou escolas é preciso primeiro fazer a pergunta ao grupo. Quando todos procurarem uma solução, então a pessoa deve apresentar a sua ideia, que será sempre uma resposta a um pergunta.

Uma segunda condição da argumentação é ter uma “linguagem comum” com o auditório. Abreu (2009) diz que “somos nós que temos de nos adaptar às condições intelectuais e sociais daqueles que nos ouvem, e não o contrário”. Para a formação de uma comunidade significativa de indivíduos que se relacionam entre si são necessárias algumas condições, como por exemplo, uma linguagem em comum para que haja a argumentação. É preciso ter cuidado para não usar termos específicos de cada área para não comprometer a argumentação, ou seja, usar termos da informática para quem não é da área de informática, ou de engenharia, para quem não é da área de engenharia e assim por diante.

Para argumentar, é preciso ter apreço pela adesão do interlocutor, pelo seu consentimento, pela sua participação mental. Cumpre observar que quem quer convencer

alguém, não deve entender que o que diz é indiscutível, uma “palavrado Evangelho”, a qual se deve obter imediatamente a convicção do público. E ressalta-se: o argumentador, para persuadir, deve pensar nos argumentos que podem influenciar o seu interlocutor, preocupar-se com ele, interessar-se por seu estado de espírito.

A terceira condição da argumentação é ter um contato positivo com o auditório, com o outro. Estamos falando outra vez de gerenciamento de relação, de respeitar horários, hierarquia, para que esse contato positivo permaneça usando o bom senso e a ética. Outra fonte de contato positivo com o outro é saber ouvi-lo. A maior parte de nós tem a tendência de falar o tempo todo. “É preciso desenvolver a capacidade da audiência empática. Pathos, em grego, também, significa sentimento. Em, preposição, significa dentro DE. Ouvir com empatia quer dizer, pois, ouvir dentro do sentimento do outro” (ABREU, 2009, p. 15).

O autor ressalta que é preciso prestar atenção às palavras que são proferidas em defesa de um ponto de vista, como também prestar atenção ao som da voz do outro, pois é através da voz que expressamos alegria, desespero, tristeza, medo ou raiva. Quando alguém usa a voz podemos perceber por meio dela muitas informações que vão além dos seus argumentos, tendo em vista que podemos perceber nervosismo ou pressa em concluir seu raciocínio. Além disso, Abreu (2009) ressalta que devemos aprender a “ouvir” com nossos olhos, isso porque, a postura corporal do outro, suas expressões faciais, a maneira como anda, como gesticula e até mesmo a maneira como se veste nos dão informações preciosas, além daquelas que são ditas.

A quarta condição para a argumentação é agir de forma ética. Isso se refere a argumentar de forma honesta e transparente, caso contrário, a argumentação se tornará sinônimo de manipulação. Quando argumentamos honestamente adquirimos uma característica importante em um processo argumentativo: a credibilidade. Assim, para termos credibilidade é preciso apenas nos comportar de modo verdadeiro, sem medo de revelar propósitos e emoções.

Essas condições da argumentação são fundamentais para orientar o sujeito na defesa de um ponto de vista. O processo de argumentar, que se refere à gerência da informação, é alcançado através do convencimento, isto é, o modo de fazer com que o público, ou interlocutor, pense de forma igual, e da persuasão, que se trata da capacidade de interagir com o outro para que este aja conforme alguém queira, sensibilizando-o. As discussões de Abreu (2009) sobre o processo de argumentação apresentam elementos chave, utilizando a convenção e a persuasão como instrumentos relevantes na capacidade de argumentar.

Para esse teórico, convencer é saber coordenar informação, é falar à razão do outro, demonstrando, provando. Persuadir é saber coordenar relação, é falar à emoção do outro.

Convencer é construir algo no campo das ideias. Quando convencemos alguém, esse alguém passa a pensar como nós. Persuadir é construir no campo das emoções, é sensibilizar o outro para agir. Quando persuadimos alguém, esse alguém realiza algo que desejamos que ele realize. Mas, de acordo com Perelman e Olbrechts-Tyteca (2017) é necessário evidenciar que não há uma distinção esclarecida entre a persuasão e o convencimento; em alguns momentos a eficácia da persuasão e a validade do convencimento podem se inter-relacionar objetivando conseguir o acordo de um dado auditório a quem se destina um determinado discurso argumentativo.

Podemos concluir nesta breve discussão sobre os estudos da nova retórica que a grande contribuição de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2017) foi dar início a uma nova concepção de argumentação, como resultado da interação social proveniente de processos discursivos. Para eles, o que se deve levar em conta é a força dos argumentos transmitidos de forma implícita ou explícita pelos interlocutores no momento da interação. A força dos argumentos varia conforme o auditório com o qual interage, bem como com o objetivo da argumentação. Argumentar envolve mesmo a habilidade de dialogar, discutir assuntos que sejam do conhecimento das pessoas envolvidas, de convencer e de persuadir alguém a fazer alguma coisa, pois essas habilidades contribuem para os relacionamentos pessoal e profissional. Após esse breve apanhado histórico sobre o estudo da argumentação como parte da retórica, dissertaremos sobre a importância da argumentação focando no ensino.

2.3 A IMPORTÂNCIA DA ARGUMENTAÇÃO PARA O ENSINO

A convivência em sociedade trouxe para os seres humanos muitos benefícios, pois, em diversas situações, era preciso usar a palavra para persuadir os outros a fazerem determinada coisa. Por isso que o aparecimento da argumentação está ligado à vida em sociedade e, principalmente, ao surgimento das primeiras democracias. No momento em que os cidadãos eram convidados a participar das questões da cidade é que surgiram os primeiros tratados da argumentação.

Sendo assim, a argumentação está presente nas mais diferentes áreas da nossa vida. Utilizamos a argumentação nas diversas situações do dia a dia, seja nas decisões sobre compras, defesa de direitos, apoio a causas, entre tantas outras, como no exercício de atividades profissionais e institucionalizadas, por exemplo, nas decisões em contexto médico, jurídico, educacional, político entre outros. Comumente, recorremos à argumentação em situações públicas nas quais se faz necessário defender ideias diante de outros que não

partilham conosco do mesmo ponto de vista. Também recorremos à argumentação em contextos privados, quando argumentamos com nós mesmos, quando temos que decidir entre diferentes cursos de ação que se apresentam (LEITÃO, 2011).

Conforme Fiorin (2017), todo discurso tem uma dimensão argumentativa, sendo alguns implícitos e outros explícitos, mas todos são argumentativos, porque o modo de funcionamento real do discurso é o dialogismo e também porque o enunciador pretende que suas colocações sejam aceitas. Assim, se a sociedade é dividida em grupos sociais, com interesses divergentes, então os discursos são sempre o espaço privilegiado de luta entre vozes, e o lugar da argumentação, pois a base de toda dialética é a exposição de uma tese e sua refutação.

O ato de debater possibilitou ao homem abrir mão do uso da força para empregar a persuasão para cumprir o seu papel na sociedade. Para Fiorin (2017, p. 19), “os argumentos são os raciocínios que se destinam a persuadir, isto é, a convencer ou a comover, ambos meios igualmente válidos de levar a aceitar uma determinada tese. A retórica é a arte da persuasão, a “arte do discurso eficaz”.

Então vemos que é imprescindível o estudo tópico discursivo como estratégia argumentativa por meio do gênero debate, para que esses raciocínios sejam efetivados de uma forma oral, tendo em vista que é uma modalidade de pouco destaque em sala de aula.

[...] todos os discursos são argumentativos, pois todos eles fazem parte de uma controvérsia, refutando, apoiando, contestando, sustentando, contradizendo um dado posicionamento. Todos os discursos são argumentativos, pois são uma reação responsiva a outro discurso. (FIORIN, 2017, p. 29)

Assim, na medida em que um discurso é sempre um discurso sobre outro discurso, todos eles são argumentativos, e consiste em defender um ponto de vista, refutar uma ideia. Esses argumentos podem estar a favor ou contra uma determinada tese, com o intuito de persuadir o outro de que ela é justa ou injusta.

Conforme Leitão (2011, p. 20), qualquer que seja o contexto discursivo, a “argumentação envolve uma espécie de negociação entre duas partes que divergem em relação a um tópico discutido e assumem os papéis de proponente e oponente em relação aos pontos de vista apresentados”. O papel do proponente, segundo Leitão (2011, p. 20) é:

- a) oferecer razões que deem sustentação às suas próprias afirmações (pontos de vistas);
- b) examinar contra-argumentos (avaliar a sustentabilidade de suas afirmações diante de contra-argumentos);
- c) a eles responder (reafirmando ou modificando seu ponto de vista inicial).

O papel do oponente é trazer dúvidas para o diálogo, questões e afirmações que coloquem em evidência os argumentos do proponente. É na formulação de resposta a contra-argumentos, pelo proponente, que novas possibilidades de entendimento do tópico discutido podem então ser geradas.

Sabendo disso, e reafirmando que todo discurso tem uma dimensão argumentativa, vemos que a argumentação é inerente ao ser humano, pois estamos sempre argumentando, por escrito ou oralmente, seja nas conversas do cotidiano com nossos pais, irmãos e amigos; nas brincadeiras; quando precisamos nos posicionar contra ou a favor de determinado ponto de vista, bem como nas trocas de ideias no trabalho ou no dia a dia, na tomada de decisão e discussão (KOCH; ELIAS, 2016).

Contudo, a partir do momento em que os alunos são colocados a defender seu ponto de vista ou tomar uma posição sobre um tema no ambiente escolar, vemos que a tarefa de argumentar não é tão simples para eles. Isso porque muitas vezes esta argumentação requer um maior grau de formalidade, além de levar os alunos a se exporem diante dos demais colegas de sala de aula e apresentar certo domínio dos operadores argumentativos no momento de defesa ou refutação de uma ideia. Por isso, precisamos enfatizar no contexto escolar que o conhecimento é fundamental para o desenvolvimento significativo dos argumentos.

A argumentação é o resultado textual de uma combinação entre diferentes componentes que exige do sujeito que argumenta construir um ponto de vista racional, uma explicação, buscando experiências individuais e coletivas a partir de um determinado lugar e tempo de uma situação com objetivo persuasivo (KOCH; ELIAS, 2016).

Esse ponto de vista racional pode ser construído através das experiências, do conhecimento de mundo e linguístico do sujeito, pois assim saberá organizar o que será pertinente ser dito em um determinado momento, principalmente em um ambiente que exigirá maior formalidade.

Sendo assim, argumentar é tentar influenciar o interlocutor por meio de argumentos organizados em ideias claras com raciocínio bem estruturado para que possa se defender um ponto de vista. “Quanto mais os argumentos forem sustentados em provas que podem ser fatos, exemplos, opiniões relatadas, dados estatísticos, mais chances temos de ser bem sucedidos em nosso intento” (KOCH; ELIAS, 2016, p. 34).

Em outras palavras, argumentar pressupõe intencionalidade e aceitabilidade, ou seja, de um lado, há aquele que constrói argumentos para influenciar o outro (interlocutor) e

conseguir seu intento e de outro, aquele interlocutor que tem a liberdade de considerar ou não a veracidade dos argumentos.

Temos observado que o trabalho com a argumentação em sala de aula fica ainda muito restrito à parte escrita, pois é mais comum o professor trabalhar em sala de aula o tipo textual argumentação e em seguida passar como atividade a produção textual escrita de um artigo de opinião sobre um determinado tema. O conteúdo desse tipo textual precisa ser enfatizado, pois os alunos precisam saber argumentar sobre um assunto para que consigam ter êxito nos exames e vestibulares como também em todas as ações sociais. Além de saber colocar o seu ponto de vista de forma escrita, os alunos precisam ser ensinados a argumentar oralmente de forma satisfatória em contextos formais, seja em uma entrevista, debate ou exposição oral. Por isso, é importante o trabalho com a argumentação desde as séries iniciais.

Para esse trabalho ser realizado desde as séries iniciais, é importante que os docentes participem de formações e de capacitações para aprimorarem seus conhecimentos e práticas acerca do trabalho com os gêneros orais. Assim, como forma de contribuir para esse processo, nossas discussões norteadoras apresentadas até aqui são essenciais para o ensino. A nossa pesquisa faz parte do programa de pós-graduação em ensino e contribuirá para as ações realizadas durante o processo de ensino aprendizagem, em especial no ensino de língua portuguesa por possibilitar aos docentes o conhecimento sistematizado do gênero debate, levando em consideração o processo de argumentação que é realizado por meio de um tópico discursivo que está em pauta e evidente na sociedade.

Esse trabalho se alinha com o que diz Brasil (2017, p. 502), quando pressupõe que os jovens que chegam ao ensino médio sejam capazes de identificar diferentes pontos de vista diante de questões polêmicas de relevância social, avaliar argumentos utilizados e posicionar-se em relação a eles de forma ética. Através do trabalho com a argumentação por meio do gênero debate, é possível colocar isso em prática, uma vez que o ensino do gênero debate possibilita ao aluno o desenvolvimento do raciocínio lógico, das estratégias argumentativas para defender uma tese, e amplia a capacidade de ouvir o ponto de vista do outro, sendo esses aspectos relevantes para a defesa dos argumentos a fim de resolver um problema no âmbito social ou simplesmente apresentar uma colocação em comum das diversas posições a favor ou contra, com a finalidade de influenciar a posição do outro.

Desse modo, reconhecemos que a criança ou o jovem é capaz de argumentar e de desenvolver essa capacidade em sala de aula trabalhando com os gêneros orais. Essa afirmação vai de encontro com o que por muito tempo foi considerado como certo no ensino, em que a escola acreditava que o ato de argumentar constituía um processo mental elevado,

para o qual apenas os maiores estavam preparados, e ainda acreditavam que na escola não era preciso investir no desenvolvimento da oralidade das crianças já que falar se aprende em casa, na rua.

Isso nos faz refletir sobre como poderemos inserir o trabalho com a argumentação no ensino de língua portuguesa. Então, acreditamos que o nosso trabalho contribuirá para fomentar a reflexão no ambiente escolar da necessidade e da importância que o trabalho com a argumentação, realizado através do ensino do tópico discursivo como estratégia argumentativa a partir do debate, tem em sala de aula para o crescimento educacional do aluno.

De acordo com Leitão (2011), vem crescendo o número de professores, pesquisadores e outros profissionais do âmbito educacional interessados no papel que a argumentação pode e deveria desempenhar em situações de ensino aprendizagem. Isso reflete o reconhecimento de que o engajamento em argumentação causa nos indivíduos processos cognitivos-discursivos vistos como essenciais à construção do conhecimento e ao exercício da reflexão.

Ao engajar-se em argumentação, o indivíduo é levado a formular claramente seus pontos de vista e fundamentá-los mediante a apresentação de razões que sejam aceitáveis aos interlocutores. Em relação a um tema que apresenta pontos de vista diferentes, espera-se que quem argumente aceite responder a dúvidas, objeções e pontos de vista contrários às suas próprias posições (contra-argumentos). Assim, Leitão (2011, p. 15) propôs que

os movimentos cognitivo-discursivos de fundamentar pontos de vista, considerar contra-argumentos e a eles responder conferem à argumentação uma dimensão epistêmica um mecanismo de produção/apropriação reflexiva do conhecimento, que toma a argumentação um recurso privilegiado em situações de ensino aprendizagem.

Por isso, sabemos que a argumentação tem papel importante no ensino, pois muitos estudos têm sido realizados nessa área que buscam compreender o papel específico que a argumentação desempenha em processos educativos e como ela pode ser produtivamente implementada em situações de ensino aprendizagem. Em um desses estudos, Leitão (2011, p. 15) destaca duas direções de investigação que são, em geral, observadas: a primeira “a argumentação é vista como atividade cognitivo-discursiva que possibilita uma melhor apropriação de temas curriculares pertencentes a diferentes campos de conhecimento (história, ciências, línguas, matemática etc.)”. Numa segunda direção de estudo, “a argumentação é vista como uma atividade que demanda competências cognitivas discursivas particulares (de identificação, produção e avaliação de argumentos).

Em relação à primeira direção de investigação apresentada acima, o ato de argumentar se refere ao aprender como e em que medida a argumentação favoreceria a aprendizagem de conceitos em diferentes campos do conhecimento (argumentar para aprender). Na segunda direção de investigação, que demanda competências cognitivas discursivas, devem ser desenvolvidas através de práticas educacionais específicas, se refere a aprender a argumentar, mesmo que se reconheça que as crianças argumentam desde muito cedo.

Portanto, o uso da argumentação para fins educacionais demanda do professor disposição, planejamento e ações específicas sistematizadas para que os objetivos possam ser atingidos. O trabalho da argumentação desenvolvido oralmente ainda é mais desafiador que na escrita, tendo em vista o modo de interação se efetuar de forma mais dinâmica, fugindo do tradicional em que os alunos só escutam e pouco interagem.

Mas, através do estudo e da prática do gênero debate, os professores observarão o que os alunos sabem sobre um determinado tema e o quanto pesquisaram para argumentar. Isso pode ser possível por meio da observação do desvio e da manutenção do tópico discursivo como estratégias argumentativas, assunto que veremos na próxima seção.

Após essas abordagens, que servirão como embasamento teórico para o capítulo 5 sobre a análise da transcrição dos debates, discorreremos sobre os termos polidez linguística e preservação de face que estão relacionados e que serão importantes para esclarecermos nosso primeiro objetivo específico da pesquisa.

2.4 POLIDEZ LINGUÍSTICA E A PRESERVAÇÃO DE FACE

Teceremos, neste tópico, algumas considerações a respeito do termo polidez linguística, visto que o nosso primeiro objetivo específico é “identificar como o desvio do tópico discursivo pode se configurar como estratégia argumentativa de proteção de face dos participantes do debate”. Faremos abordagens, segundo os estudos de Brown e Levinson⁵ (1978) e Paiva (2008), importantes para compreender o termo proteção de face.

Conforme Brown e Levinson (1978 *apud* PAIVA, 2008) a polidez linguística é um sistema complexo de estratégias que coopera para o distanciamento de atos ameaçadores de face, ou seja, produtores potenciais de conflito na interação. Esses teóricos demonstram que, durante a interação, são postos em evidência vários atos verbais e não-verbais que

⁵ Estamos fazendo as citações indiretas da obra de BROWN, P. & LEVINSON, S. **Politeness: some universals in language usage**. Cambridge: University Press, 1978, a partir dos estudos de Paiva (2008).

continuamente ameaçam a face. Quando uma das faces é ameaçada, temos o que eles denominam de atos de ameaça à face.

Para criar um modelo de polidez, os linguistas buscaram suporte na teoria pragmática dos atos de fala de Austin e Searle, além de uma teoria que tratasse mais profundamente do funcionamento das relações humanas, principalmente no que tange aos rituais de interação. Desse modo, Brown e Levinson (1978) assumiram a noção de face fundada por Goffman⁶ (1967). Com essas teorias, os estudiosos buscaram evidências empíricas sobre como os nativos de uma língua usam a polidez para viverem em sociedade (PAIVA, 2008).

Brown e Levinson (1978 *apud* PAIVA, 2008) utilizaram como corpus de análise dados de conversas informais face a face em três línguas diferentes e, com essa análise, os estudiosos determinaram os universos linguísticos de polidez, isto é, estratégias de polidez linguística direcionadas às faces dos participantes das interações, com a finalidade de evitar ou diminuir possíveis conflitos interacionais.

Conforme Paiva (2008), um dos grandes conceitos que norteiam a teoria de Brown e Levinson (1978) é a noção de face, instituída por Goffman (1967). Ambos os teóricos estudaram as produções linguísticas orais em interações sociais de natureza face a face, mas, especificamente sob o ponto de vista da teoria social.

Brown e Levinson (1978 *apud* PAIVA, 2008) se apropriaram do conceito de face de Goffman (1967) como uma noção abstrata, explicando como algo que o indivíduo investe emocionalmente. Assim, criaram o conceito de face positiva e negativa, pois, na interação, ela pode ser perdida, mantida ou reforçada. A face positiva refere-se ao desejo do ser humano de ser estimado, aprovado, admirado, aceito, reconhecido e valorizado pelo outro. Já a face negativa está relacionada ao desejo de uma pessoa em não sofrer imposição, de ter sua liberdade de ação desimpedida e seu território íntimo preservado. (DAHER, 2005 *apud* FERREIRA, 2009).

De acordo com o padrão de risco de ameaça a face do falante ou do ouvinte, o falante vai escolher uma estratégia de polidez. Se o risco é baixo, o falante pode realizar o ato diretamente, mas, se o risco é alto, o falante vai buscar uma estratégia para realizar o ato, de forma que a intenção desejada possa ser percebida pelo ouvinte apenas por meio de inferência.

⁶ GOFFMAN, E. **Interaction ritual: essays on face-to-face behavior**. Garden City: Anchor Doubleday, 1967. Essa obra está presente nas discussões da pesquisa de Paiva (2008) a qual tivemos acesso.

Goffman (1967 *apud* PAIVA, 2008, p. 26) considera a interação social como uma espécie de ritual. Para ela, o termo ritual significa uma negociação “de atos através de componentes simbólicos, cujo ator mostra o quão digno ele é de respeito ou quão dignos ele sente que os outros são disso”. A respeito do ritual de conversação, pode-se dizer que ele é formado por fases tais como: as fases de iniciação, manutenção e fechamento da interação. Essas fases estão sujeitas aos movimentos de aproximação e distanciamento entre os interlocutores, que podem sofrer ações que prejudicam a estabilidade da interação, como os atos ameaçadores de faces.

Os pesquisadores Brown e Levinson (1978 *apud* PAIVA, 2008) consideram um ato ameaçador de face como uma verbalização de uma ação, ideia, juízo ou sentimento sobre algo ou alguém que possa ameaçar, desconsertar a face de alguém. Durante seus estudos, Goffman (1967 *apud* Paiva, 2008) percebeu que normalmente, ao realizar um ato ameaçador de faces, o falante pode assumir uma responsabilidade que implicará na imagem deste no decorrer da interação. Desse modo, seus atos podem constituir em:

1. **Ofensas inocentes:** O falante pode parecer ter agido *inocentemente*, sua ofensa parece não ter intenção, mas também não constituem um tipo de brincadeira. Contudo, ele deveria prever as consequências ofensivas. São exemplos: *gafes* e erros que causam algum tipo de constrangimento tanto do falante quanto do ouvinte.

2. **Ofensas maliciosas:** Nesse caso, a ofensa ao ouvinte pode parecer ter sido feita *maliciosamente* e com o intuito de desaprovação, provocando insultos abertamente, tal como uma crítica.

3. **Ofensas incidentais:** Para o pesquisador, são ofensas *incidentais* aquelas que surgem de um modo não planejado, mas, às vezes, são geradas antecipadamente pelo produto da ação - ação de ofender quando não se quer gerar consequências ofensivas, embora não se queira machucar (PAIVA, 2008, p. 27).

Assim, a capacidade de preservação ou proteção de face é considerada por Goffman (1967 *apud* PAIVA, 2008) uma habilidade social. Isso nos faz compreender que, no momento da interação, é preciso atentar para a proteção da nossa própria face e a face do outro. Para isso, o falante deve manter sua conduta a partir do que pensa ser mais apropriado ao contexto comunicacional. Podemos considerar como proteção de face as ações desenvolvidas com o objetivo de conter ou evitar incidentes, ou eventos que ameaçam a face daqueles que estão introduzidos na interação.

Conforme esse teórico, o trabalho de proteção de faces pode ser realizado com diversos objetivos comunicativos, no entanto, deve buscar uma adequação a situação

comunicativa e, nesse caso, é fundamental que exista uma espécie de cooperação no trabalho de faces, em que o falante e o ouvinte possam agir de modo a possibilitar com que todos se ajudem, tanto no processo de defender sua própria face como a face do outro.

Para evitar que as faces dos participantes possam ser perdidas devido aos atos ameaçadores de face, Goffman (1967 *apud* PAIVA, 2008) identificou três tipos de movimentos que têm por finalidade a preservação ou a manutenção da face. São eles:

O processo de distanciamento: O processo de distanciamento se inicia com a finalidade de prevenir ameaças às faces. Podemos considerar alguns tipos de prática de distanciamento que são: medidas defensivas, tais como evitar certos tópicos; ou mudar de tópicos; fazer brincadeiras; não ser direto. Goffman também considera a polidez como uma forma de distanciamento, na medida em que a pessoa tende a amenizar o teor ameaçador de certos tópicos, tratando os outros com um respeito que gostaria que fosse dado a si mesmo.

O processo corretivo: Esse se inicia a partir do momento em que ocorre efetivamente um ato ameaçador de face. Trata-se de uma tentativa de corrigir uma falha com a finalidade de restabelecer o equilíbrio na interação. O processo corretivo pode ser estabelecido por aquele que realizou o ato de ameaça à face, ou pelo ameaçado.

A intermudança: A intermudança ou *interchange* como uma sequência de atos que se movimentam, como em um jogo, de acordo com os insultos que ameaçam a face, finalizando em um restabelecimento do equilíbrio no ritual (PAIVA, 2008, p. 30).

Nesses três tipos de movimentos, podemos observar que existem manifestações de polidez, visto que os interlocutores pretendem diminuir os conflitos, à medida que buscam o respeito entre um e outro no transcorrer da interação, a fim de manter um equilíbrio na interação. Assim, veremos no capítulo cinco da análise como o desvio do tópico discursivo se apresenta nos argumentos dos debatedores como estratégia de proteção da sua própria face, mas antes abordaremos no próximo capítulo sobre oralidade e gêneros orais.

3 ORALIDADE E GÊNEROS ORAIS: PERSPECTIVAS PARA O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Neste momento, apresentaremos a noção de gêneros discursivos por nós adotada, a conceituação do gênero debate e suas dimensões ensináveis, pois acreditamos que o estudo do tópico discursivo como estratégia argumentativa através do debate contribuirá para desenvolver a oralidade dos alunos. Por isso, apresentaremos, a seguir, abordagens sobre a oralidade e pesquisas que foram realizadas com o ensino da oralidade e dos gêneros orais, discutindo assim a necessidade de se trabalhar esses gêneros em sala de aula.

3.1 A ORALIDADE E OS GÊNEROS ORAIS EM SALA DE AULA

A comunicação oral era mais comum em tempos eruditos, pois os povos apresentavam uma tradição oral, assim, os conhecimentos eram passados oralmente. Esses conhecimentos ficavam armazenados na memória auditiva e visual e dessa forma eles podiam transmiti-los as futuras gerações.

Com o surgimento da escrita, esta modalidade passou a trazer grandes contribuições para a humanidade e passou a ser estudada por muitos cientistas da linguagem. Vemos que as duas modalidades, oral e escrita, servem à interação verbal, sob a forma de diferentes gêneros discursivos.

Em relação ao ambiente escolar, é preciso trabalhar as duas modalidades: oral e escrita. Conforme a BNCC, os eixos de integração propostos para o ensino médio são as práticas de linguagem consideradas no ensino fundamental como leitura, produção de textos, oralidade (escuta e produção oral) e análise linguística/semiótica. Cabe ao ensino médio consolidar essas práticas (BRASIL, 2017).

Com isso, acreditamos ser essencial o estudo da oralidade também no ensino médio, pois, de acordo com Antunes (2003), os textos orais ocorrem sob a forma de variados tipos e gêneros, dependendo dos contextos mais ou menos formais em que acontecem. Eles fazem parte do nosso dia a dia quando debatemos, conversamos, explicamos, expomos, defendemos uma tese e requerem competências que o professor precisa ajudar os alunos a desenvolverem, para que eles saibam adequar-se às condições de produção e recepção dos diferentes eventos comunicativos.

Nessa perspectiva, saber se adequar às condições de interação significa ser capaz de participar de situações comunicativas diversas ouvindo e respeitando a vez de cada um, além

de fazer exposições orais sobre temas de interesse do grupo, de argumentar a favor ou contra uma ideia, narrar experiências vividas, principalmente de ajustar-se à imensa variedade de situações da interação verbal e de saber usar as diferentes estratégias argumentativas próprias dos discursos orais (ANTUNES, 2003).

Por isso, é fundamental que a escola proporcione aos alunos o conhecimento sistematizado dos gêneros orais para que eles exerçam bem o uso desses gêneros e desenvolvam a competência comunicativa, mostrando que existem gêneros orais formais e informais e que, dependendo da situação, eles precisam se adequar a ela, e também precisam conhecer a função, forma e estilo de cada gênero oral.

No entanto, mesmo vendo a importância desse ensino, a modalidade oral da língua não tem ocupado um lugar de prestígio na escola, seja na prática docente ou em livros didáticos, isso porque subentende-se que a criança entra na escola já sabendo se comunicar oralmente por aprender a fala em casa. Consideramos essencial que a escola seja um ambiente em que os alunos aprendam também além dos gêneros escritos, os gêneros orais. Esse ponto de vista norteia nossa pesquisa sobre o ensino sistematizado da oralidade a partir do gênero debate para que o processo de ensino aprendizagem possa ter uma real significação.

Sabemos que a BNCC enfatiza o ensino de língua materna a partir dos gêneros textuais ou discursivos, mas ainda é possível encontrar materiais didáticos que não contemplam de modo satisfatório atividades com gêneros orais, bem como professores que não foram preparados para ensiná-los. Embora pesquisas tenham sido realizadas no campo dos gêneros orais, ainda há uma lacuna no que se refere a como ensiná-los na escola. Por isso, destacamos a pesquisa de Bueno (2009) que trata dessa temática.

Em seus estudos sobre o gênero seminário, Bueno (2009) ressalta que existem poucos textos teóricos sobre os gêneros orais, bem como materiais didáticos. Com isso, o professor não é o responsável pelo déficit de trabalho com os gêneros orais. O ensino desses gêneros necessita de um excelente trabalho de análise, ao qual um reduzido número de pesquisadores têm se dedicado. Assim, não podemos responsabilizar o professor pelo trabalho que não está sendo realizado em sala de aula, tendo em vista que esse objeto de ensino não possui uma variedade de textos para que o mesmo possa embasar seu ensino.

Diante desse contexto, Bueno (2009) destaca ser necessário realizar inicialmente um levantamento das características do gênero em relação ao contexto de produção, das marcas linguísticas, dos meios não linguísticos e da organização textual como propõem Dolz, Noverraz e Schneuwly (2004). A pesquisa da referida autora objetiva apresentar a sequência didática (dos autores citados) para o trabalho com os gêneros orais em sala de aula.

Com esta pesquisa, Bueno (2009) busca compreender como os pesquisadores podem colaborar para um ensino do gênero oral de modo sistematizado. Em sua pesquisa, os entrevistados (professores, coordenadores, autores de livros didáticos, editores e alunos de curso de extensão) não souberam definir os gêneros orais. Apenas dois participantes disseram que trabalhavam com os gêneros orais em sala de aula e apresentaram uma justificativa mostrando a necessidade do trabalho com esses gêneros para a formação educacional do aluno. Os demais reconheceram que não trabalhavam, mas que usavam o seminário em sua sala de aula como avaliação, não como objeto de ensino.

Ao final da sua pesquisa, Bueno (2009) apresenta indicações, as quais mostram a necessidade de fornecer aos professores análises com gêneros orais para que sejam usadas como ferramenta de trabalho. Além disso, a autora afirma ser essencial adotar políticas governamentais para garantir o trabalho com os gêneros orais na escola.

Essa pesquisa de Bueno (2009) reforça a importância do ensino da oralidade no ambiente escolar, mais especificamente nas aulas de língua portuguesa, tendo em vista que os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) recomendam o ensino da língua a partir dos gêneros orais e escritos.

É importante destacar que muitos pesquisadores têm se preocupado com a formação de professores da educação básica e com o redirecionamento da sua formação. Desde o final do século XX com os estudos dos PCN e incentivo do trabalho com a língua materna, a partir dos gêneros orais e escritos, o estudo da oralidade já era um saber fundamental, mas passou a ter grande destaque na formação de professores de língua portuguesa.

Isso se deu porque, desde os últimos anos, o ensino não tende mais se fixar apenas na modalidade escrita. A pesquisa de Araújo, Rafael e Amorim (2016) considerara os estudos linguísticos, especificamente sobre oralidade e revisão dos cursos de formação de professores, os pontos fundamentais para sua pesquisa. Por isso, objetivaram apresentar o tratamento dado à oralidade e ao seu ensino em diversas disciplinas componentes do curso de Letras, habilitação Língua Portuguesa e Literatura Brasileira de instituições públicas do ensino superior da Paraíba.

Os autores citados acima tiveram contato com ementas, planos de curso e projetos políticos pedagógicos para obter os seus resultados. Após analisar esses documentos e buscar a presença de tópicos específicos da oralidade como constituintes da proposta de ensino, observaram que o saber sobre oralidade é fragmentado e sobreposto a um conhecimento sobre língua que ainda se baseia no estruturalismo linguístico, mesmo após a virada linguística que considera a oralidade como um “conjunto variado e complexo de práticas linguísticas que

atendem a diferentes funções sociais de interlocução de sujeito reais” (ARAÚJO; RAFAEL; AMORIM, 2016, p. 61).

O que aparece nos documentos norteadores dos dois cursos de licenciatura em Letras enfoca as relações entre fala e escrita limitadas às diferenças entre formalidade e informalidade; a variação linguística é reduzida à noção de “erro linguístico”, tendo a escrita formal como modelo hegemônico, e o estudo dos gêneros orais limitado à descrição do texto.

Essa pesquisa mostra que parece ser suficiente ao futuro professor o “conhecimento descritivo de língua, enquanto um sistema que contemplaria o entendimento de toda e qualquer forma linguística, independente da modalidade linguística e de seu (s) lugar (es) textual (is)/discursivo (s) /pragmático (s) de uso” (ARAÚJO; RAFAEL; AMORIM, 2016, p. 61). Logo, os licenciados em Letras possivelmente não irão saber conduzir com eficiência um trabalho com os gêneros orais, visto que não obtiveram os conhecimentos necessários para o desenvolvimento desse trabalho. Nesses documentos analisados, há pouca ênfase aos trabalhos atuais desenvolvidos por alguns pesquisadores que focam as suas pesquisas no ensino da oralidade e dos gêneros orais.

Além do número reduzido de materiais didáticos para o ensino da oralidade, essa pesquisa apresentada sobre a formação de professores mostra mais um motivo pelo qual a modalidade oral da língua não tem ocupado um lugar de prestígio na escola. Diante disso, é preciso um novo redirecionamento nos documentos norteadores para a formação de professores para que haja mais pesquisas voltadas para o ensino da oralidade, dos gêneros orais e a expansão desse conhecimento, e futuramente o desenvolvimento de trabalhos frequentes realizados em sala de aula com mais materiais didáticos eficazes a esse ensino. É sobre o ensino da oralidade que trataremos de forma mais detalhada no tópico a seguir.

3.2 ENSINO DA ORALIDADE

O conhecimento da língua oral e da língua escrita é essencial para a participação social, pois é através dele que nos comunicamos e interagimos na sociedade. Por isso, o acesso aos saberes linguísticos é primordial para o exercício da cidadania, levando sempre em consideração que, no ensino da oralidade, devemos também priorizar o respeito às variedades linguísticas trazidas pelos alunos de suas comunidades, evitando assim o preconceito linguístico.

Expressar-se oralmente requer confiança em si mesmo. Para isso, inicialmente se faz necessário encontrar um ambiente que se sinta bem para expor suas ideias e seus sentimentos.

Então a escola deve ser um ambiente favorável que respeite e acolha a vez e a voz, a diferença e a diversidade. É seu papel propiciar o desenvolvimento da capacidade de expressão oral e ensinar aos alunos os usos da língua adequados a diferentes situações comunicativas.

De acordo com BRASIL (2017) as escolas de ensino médio necessitam ampliar as situações nas quais os jovens aprendam a tomar e a sustentar decisões, fazer escolhas e assumir posições conscientes, pois os estudantes desse nível já possuem certa autonomia, fazem reflexões sobre o mundo e gradativamente ampliam suas possibilidades na vida pública.

Logo, eles precisam saber utilizar diferentes linguagens de forma crítica, criativa, ética e solidária, defendendo pontos de vista que respeitem o outro. Para isso é necessário desenvolver no educando habilidades tais como: posicionar-se criticamente diante de diversas visões de mundo presentes nos discursos em diferentes linguagens; e debater questões polêmicas de relevância social, analisando diferentes argumentos e opiniões, para formular, negociar e sustentar posições, frente à análise de perspectivas distintas (BRASIL, 2017).

Para isso se faz necessário o trabalho com o gênero discursivo, considerado dinâmico e diverso. Através dele, pode-se trabalhar a compreensão e a produção textual utilizando a língua oral e a escrita. Segundo Marcuschi (2003), entendemos oralidade como uma prática social interativa para fins comunicativos e que se apresenta sob variados gêneros textuais, fundados na realidade sonora. Ela vai desde uma realização mais informal a mais formal nos variados contextos de uso. Acreditamos que os gêneros orais formais devem ser trabalhados na escola desde as séries iniciais, apesar dos problemas existentes.

Então, como mencionado nos estudos de Bueno (2009), no tópico anterior, em que comenta as dificuldades apresentadas no trabalho com o gênero oral seminário, o ensino dos gêneros orais necessita de um excelente trabalho de análise, ao qual poucos pesquisadores têm se dedicado. Por isso, não podemos responsabilizar o professor pelo trabalho que não está sendo desenvolvido em sala de aula, tendo em vista as muitas dificuldades existentes para a realização desse ensino.

Podemos destacar que o trabalho com um gênero oral pode enfrentar muitos obstáculos, pois há muitas diferenças do trabalho com a escrita e com o oral, por exemplo, na etapa de reescrita do texto, as atividades de reescrita do gênero escrito é totalmente possível acontecer, mas a produção de um texto oral segue uma lógica diferente, pois a palavra pronunciada é dita de uma vez por todas. Por isso, os autores Dolz, Noverraz e Schneuwly (2004, p. 50) sugerem que,

o controle do próprio comportamento deve ser realizado durante a produção, o que somente é possível numa certa medida. É, portanto, importante criar automatismo; preparar a fala, sobretudo se esta é pública, por meio da escrita e da memorização; considerar seu texto oral como o produto de uma preparação aprofundada que, em situação, não supõe, de fato, mais do que variações devidas aos imprevistos da comunicação em ato.

Então, conforme os estudos dos autores, o trabalho com um gênero oral como, por exemplo, o debate não existe a possibilidade de revisão do texto. Em virtude disso, os autores sugerem que a fala deve ser corrigida antecipadamente num processo de preparação ao que será exposto, cujos instrumentos o aluno deve aprender a dominar. Isso dificulta ainda mais o ensino da oralidade em sala de aula por muitas vezes o aluno apresentar resistência na fase de preparação.

Por isso ressaltamos, conforme os estudos de Marcuschi (2007), que a escola pode ensinar certos usos da oralidade, como a melhor maneira de se desempenhar em público. Ele considera a oralidade uma prática social que se apresenta de variadas formas ou gêneros discursivos, sejam eles formais ou informais nos mais diversos contextos de uso. Em relação ao processo de escuta de textos orais, há vários fatores que interferem na compreensão e que afetarão a comunicação, tais como rapidez do pensamento, os prejulgamentos, influência do ambiente e audição seletiva, ou seja, ouvir o que é relevante para nós.

Vemos, pois, a importância de aprender a escutar para que possamos compreender a mensagem transmitida, caso isso não ocorra, a produção de sentido estará prejudicada. Além disso, há também os fatores que interferem na produção oral, são eles: ritmo de fala, altura, tom de voz e entonação, adequação ao interlocutor e ao contexto e linguagem corporal.

Uma das habilidades a ser desenvolvida pelos estudantes de ensino médio é a produção e a análise de textos orais, considerando sua adequação aos contextos de produção, a forma composicional e ao estilo do gênero em questão como também os elementos relacionados à fala (modulação de voz, entonação, ritmo, altura e intensidade, respiração, e a cinestesia (postura corporal, movimentos e gestualidade significativa, expressão facial, contato de olho com a plateia.) (BRASIL, 2017).

Assim, vemos a relevância do trabalho com a língua oral para que possam interagir em várias situações de comunicação, seja na escola ou em um ambiente profissional, considerando os conhecimentos prévios dos alunos em relação ao que se pretende ensinar; o nível de dificuldade dos conteúdos tendo em vista a autonomia dos alunos na realização das atividades, bem como o nível de aprofundamento de cada conteúdo programático.

É importante considerar esses critérios, pois há muitas diferenças sociais, culturais e econômicas no processo de aprendizagem que não se dão da mesma forma para todos os

alunos. Assim, o professor tem autonomia para selecionar os conteúdos que se adequam melhor à realidade e à necessidade deles.

Para que o ensino da linguagem aconteça de modo satisfatório, é necessário que os alunos aprendam a estabelecer relações entre as partes do texto, tanto na produção como na leitura/escuta, considerando a construção composicional e o estilo do gênero, reconhecendo adequadamente elementos e recursos coesivos diversos que contribuam para a coerência, a continuidade do texto e sua progressão temática, e organizando informações, tendo em vista as condições de produção e as relações lógico-discursivas envolvidas (causa/efeito ou consequência; tese/argumentos; problema/solução; definição/exemplos etc.) (BRASIL, 2017).

Com isso, o professor pode trabalhar com diversos tipos de gêneros orais: debate, entrevista, a reunião-discussão, a exposição participação e a exposição oral sem intercâmbio (peça teatral, aula expositiva, conferência, discurso e sermão). Essas atividades contribuem para o desenvolvimento dos alunos seja na fala ou no ouvir, no raciocínio lógico para aprenderem a interagir em diversos ambientes.

Para Monteiro-Platin (2008), o ensino da oralidade deve ser centrado no processo e nas condições de produção. Isso exige uma observação de estruturas comuns da oralidade e das transformações reguladas por fatores como interação entre interlocutores, grau de conhecimento partilhado, propósito comunicativo, situacionalidade da comunicação e assim por diante.

Vale salientar que um dos objetivos do ensino da língua materna é expandir a capacidade comunicativa do aluno, por isso ele precisa percorrer entre as diversas modalidades da língua oral. Quando se fala em expandir, significa procurar desenvolver no educando o domínio dos gêneros relacionados com a aprendizagem de Língua Portuguesa através da exposição oral, do relatório de experiência, da entrevista, do debate entre outros.

Assim, o ensino do tópico discursivo como estratégia argumentativa desenvolvido por meio do debate pode proporcionar o ensino da oralidade levando os alunos ao desenvolvimento das seguintes habilidades: expressar seus sentimentos, experiências, ideias, e opções individuais, expressar-se em diferentes situações e em diferentes maneiras, conhecer e respeitar as variedades linguísticas do português falado. Após o desenvolvimento dessas habilidades, os alunos terão a possibilidade de ampliar o uso da linguagem em suas modalidades oral e escrita e perceberão que não há fronteiras entre o falar e o ouvir.

Para esse processo de aprendizagem, é importante destacar o tipo textual argumentação como modo de possibilitar aos alunos saber se posicionar e apresentar seu

ponto de vista de forma satisfatória através do estudo dos gêneros, como o debate, como forma de trabalhar esses argumentos obedecendo a sua construção composicional. Para compreendermos um pouco mais sobre as discussões dos gêneros discursivos, traremos, na próxima seção, algumas abordagens sobre a partir dos estudos de Bakhtin.

3.3 O GÊNERO DISCURSIVO: PERCEPÇÃO À LUZ DE BAKHTIN

A noção de gênero possui variações e, dentre as diversas perspectivas de entendimento do que seja gênero, nos embasaremos em Bakhtin (1997), que é a fonte para variadas correntes da análise de gêneros, inclusive para a interacionista sociodiscursiva. Com isso, destacamos que nossa discussão está pautada nos pressupostos teóricos de uma perspectiva sociointeracionista da linguagem de Bakhtin (1997), a qual concebe a língua como interação.

Os diversos campos da atividade humana são ligados pelo uso da linguagem. O emprego da língua realiza-se em forma de enunciados que podem ser orais ou escritos, concretos e únicos, sendo pronunciado por qualquer integrante de uma atividade humana. Esses enunciados refletem as condições e os objetivos de cada campo não só pelo conteúdo e estilo da linguagem, mas em especial por sua construção composicional. Estes três elementos: *conteúdo temático, estilo e construção composicional* estão ligados ao enunciado e são determinados pelo campo da comunicação. Assim, cada enunciado particular é individual, porém cada campo de utilização da língua desenvolve seus tipos relativamente estáveis de enunciados, os quais são denominados de gêneros do discurso. Outros estudiosos, que pertencem ao círculo de Bakhtin ou que se utilizam da mesma compreensão de gêneros, apresentam em seus textos terminologia diferente para nomear os gêneros, mas iremos adotar no nosso trabalho a terminologia gêneros discursivos usada por Bakhtin.

Esses gêneros do discurso são classificados como primários e secundários. Os gêneros secundários surgem nas condições de um convívio cultural mais complexo e relativamente desenvolvido e organizado, são eles: romances, dramas, pesquisas científicas de toda espécie, gêneros publicitários, entre outros. Já os gêneros primários simples se constituem nas condições da comunicação discursiva imediata. A partir desse estudo, Bakhtin (1997) enfatiza a necessidade de uma noção precisa da natureza do enunciado em geral e das particularidades dos diversos tipos de enunciados (primários ou secundários), ou seja, dos diferentes gêneros do discurso.

Ainda de acordo com Bakhtin (1997, p. 281) os gêneros secundários são criados a partir dos primários; no processo de formação “absorvem e transmutam os gêneros primários

de todas as espécies” ou seja, os gêneros primários são os mais simples, utilizados de forma habitual e corriqueira. Os gêneros secundários são complexos e aparecem nos eventos comunicativos ditos mais evoluídos.

Por isso, “uma concepção clara dos diversos gêneros do discurso é indispensável para qualquer estudo, seja qual for sua orientação específica.” Logo, desconsiderar as especificidades de gênero, presente na variedade do discurso, seja qual for a área de estudo, pode levar ao formalismo e à abstração, enfraquecendo o vínculo existente entre a língua e a vida Bakhtin (1997, p.282). Como exemplificação, este vínculo, citado por Bakhtin, é perceptível no debate, pois este gênero ultrapassa os aspectos linguísticos e internos da língua, principalmente por promover os usos sociais da linguagem na vida dos sujeitos envolvidos no discurso.

Os gêneros do discurso possuem uma riqueza e uma diversidade de gênero infinita, pois são inesgotáveis as possibilidades de manifestação humana, e porque em cada campo dessa atividade o repertório de gênero cresce e se diferencia à medida que se desenvolve. Para Bakhtin (1997), os gêneros do discurso resultam em formas-padrão “relativamente estáveis” de um enunciado determinado sócio-historicamente. Isso quer dizer que só nos comunicamos, falamos e escrevemos por meio de gêneros, tanto em situações formais como informais.

Cabe salientar que, de acordo com os estudos de Bakhtin (1997), a unidade real do discurso é o enunciado que, por sua vez, pode ser falado ou escrito e pressupõe um ato de comunicação social entre sujeitos falantes. O interlocutor e o locutor exercem papéis fundamentais no momento da interação. O primeiro (o receptor) não é passivo, pois ao ouvir e compreender um enunciado adota uma atitude responsiva, que pode concordar ou não, pode completar, discutir, ampliar, direcionar, bem como atuar de forma ativa. O segundo (locutor) deseja uma reação ativa por parte do receptor, tendo em vista que age com o objetivo de obter uma resposta, buscando convencê-lo e influenciá-lo de alguma forma. Para o autor, esta atitude é a principal característica do enunciado.

Logo, o discurso sempre está fundido em forma de enunciado pertencente a um determinado sujeito do discurso Bakhtin, (1997 p. 274). As enunciações possuem peculiaridades estruturais comuns como unidades da comunicação discursiva, e antes de tudo, limites precisos. Esses limites de cada enunciado concreto como unidade de comunicação discursiva são definidos pela alternância dos sujeitos do discurso. O falante termina o seu enunciado para passar a palavra a outro. O enunciado não é uma unidade convencional, mas uma unidade real, delimitada da alternância dos sujeitos do discurso, a qual termina com a transmissão da palavra ao outro.

Dessa maneira, compreendemos que o enunciado se trata de uma unidade discursiva exclusivamente social, e os gêneros vão sofrendo modificações em decorrência do momento histórico ao qual estão inseridos. Então, cada situação dá origem a um gênero com diferentes características, existindo em grande quantidade, sendo ilimitado. A partir de uma nova esfera de comunicação, novos gêneros são criados. Essa enorme heterogeneidade permitiu ao autor, como já foi colocado acima, classificá-los em primários e secundários.

Os gêneros (primários e secundários) possuem diferenças. Por isso Bakhtin (1997) destaca que é importante fazer uma análise do enunciado para que se possa definir sua natureza. Para fazer a classificação de um gênero discursivo, é fundamental considerar alguns aspectos como: conteúdo temático (assunto), plano composicional (estrutura formal) e estilo (forma individual de escrever; vocabulário, composição frasal e gramatical). Essas características estão relacionadas entre si e são determinadas a partir das especificidades de cada esfera de comunicação.

Entretanto, de acordo com o autor, nem sempre é possível o sujeito representar sua individualidade estilística, tendo em vista que alguns gêneros exigem uma forma padronizada de linguagem, como em documentos oficiais, por exemplo, ofício, memorando, declaração, dissertação, entre outros que requerem uma forma padrão, não podem apresentar subjetividade, nem ser escrito da forma que o sujeito deseja.

Essa exigência na escrita, devido ao estilo de cada um dos gêneros, requer do sujeito fazer um bom uso dos gêneros discursivos e exercitar a competência linguística, para isso é essencial o contato com os diversos gêneros e a vivência em diferentes situações comunicativas. Assim, quanto mais conhecimento e experiência tiver o sujeito, mais hábil será na diferenciação dos gêneros e no reconhecimento do sentido e da estrutura que o integra. Passaremos agora a abordar mais especificamente o gênero debate, que fará parte do *corpus* da nossa análise.

3.4 OS DEBATES

Atualmente muitos pesquisadores se dedicam ao estudo do gênero discursivo e para Marcuschi (2010) se tornou comumente aceita a ideia de que os gêneros são fenômenos históricos ligados à vida cultural e social. Fruto de um trabalho coletivo, eles contribuem para ordenar e estabilizar as atividades comunicativas do dia a dia. São entidades sociodiscursivas e formas de ação social incontornáveis em qualquer situação comunicativa. Eles surgem a partir da necessidade e de atividades socioculturais, mas também acompanham os avanços

tecnológicos. Hoje presenciamos uma explosão de novos gêneros e novas formas de comunicação, tanto na oralidade como na escrita.

Com essas abordagens, percebemos que é relevante um maior conhecimento do funcionamento dos gêneros, tanto para a produção como para a compreensão. Na escola, a leitura e a escrita fazem parte de todas as disciplinas, mas o desenvolvimento de estratégias que ajudem nesse processo de ensino e aprendizagem dessas duas modalidades ainda são direcionadas a disciplina de Língua Portuguesa. A sala de aula é um espaço de circulação de vários gêneros discursivos que requerem o conhecimento das características formais e das funções sócio-discursivas.

Focaremos nossas discussões no gênero oral debate, pois acreditamos que os gêneros formais públicos precisam ser ensinados, devido as suas características relativamente rígidas e previamente determinadas com alguma independência da situação concreta, diferentemente dos gêneros informais do cotidiano; além da necessidade de conhecer as potencialidades e limitações do debate para mobilização e construção de conhecimentos entre docentes e discentes (SILVA, 2016).

De acordo com Dolz, Schneuwly e De Pietro (2004), o debate define-se como um gênero de argumentação oral e se refere a um espaço de troca de conhecimento e ideias sobre um tema, que busca desenvolver nos alunos, o respeito à vez e à voz do outro. Os objetivos que devem constituir a aprendizagem dos alunos são os princípios que definem a concepção do gênero, os mecanismos de reformulação, refutação e retomada, e as formulações modalizadoras.

Embora o debate seja considerado um gênero oral, a escrita está presente nele. Isso porque antes da realização há um processo de preparação em que os debatedores, para sustentarem a sua defesa ou ponto de vista, buscam documentos escritos para embasá-los, sejam dados estatísticos, documentos oficiais, notícias, documentários entre outros. Mesmo durante a realização do debate, a escrita ainda permanece presente, pois quando os debatedores falam são realizadas anotações para preparação das respostas (DOLZ, SCHNEUWLY; De PIETRO, 2004).

Assim sendo, além do debate ser um gênero oral, com a presença da escrita, ele também possui local, tempo e participantes predeterminados. Na construção do debate, o moderador fica responsável por coordenar a participação dos demais debatedores em manter a ordem e a duração das intervenções. Então esses aspectos fazem com que o debate seja concebido como formal (DOLZ; SCHNEUWLY; De PIETRO 2004; KERBRAT-ORECCHIONI, 1990 *apud* PEREIRA; SILVA, 2016).

Segundo Dolz, Schneuwly e De Pietro (2004), a identificação das características do gênero é importante para a elaboração de um modelo didático que possua um significado eficaz no processo de ensino aprendizagem. Apesar das lacunas que ainda existem em relação ao ensino sistematizado através das sequências didáticas, o professor pode elaborá-las com etapas e objetivos específicos voltados ao estudo do gênero.

Portanto, o gênero debate pertence às formas orais de comunicação, mesmo sabendo que a escrita não está ausente desse gênero, por ser necessária na fase de planejamento do debate. Cada dia mais vemos a importância desse gênero oral na sociedade para a resolução de problemas ou tomada de decisão quando há interesses opostos, bem como para debater uma ideia levando em conta o posicionamento a favor ou contra de cada um.

Desse modo, vemos a relevância do debate na escola atual, espaço onde se busca cada vez mais a democracia. Um dos objetivos prioritários da escola se refere ao desenvolvimento das capacidades dos alunos para defender oralmente ou por escrito um ponto de vista, uma escolha ou um procedimento de descoberta. Já o trabalho com esse gênero inclui um conjunto de capacidades, como gestão da palavra entre os participantes, escuta do outro, retomada de seu discurso em suas próprias intervenções entre outros (DOLZ; SCHNEUWLY E De PIETRO, 2004).

Segundo esses estudiosos, o debate coloca assim em jogo capacidades fundamentais tanto do ponto de vista linguístico, que trata das técnicas de retomada do discurso do outro, marcas de refutação, entre outros; cognitivo, que é a capacidade crítica; social, se refere à escuta e respeito pelo outro; e individual, capacidade de tomar posição.

Todas essas capacidades podem ser desenvolvidas através do trabalho com o gênero debate em sala de aula ou no ambiente escolar, capacidades essas que são essenciais na construção da cidadania. Atualmente, é comum vermos debates políticos realizados na televisão que nos fornecem uma espécie de modelo, permitindo uma representação desse gênero, mas que não devemos ficar presos a esse modelo, pois se faz necessário refletir sobre o que queremos ensinar através do debate (DOLZ, SCHNEUWLY E De PIETRO, 2004).

De acordo com Brasil (2017) é importante a garantia de espaço ao longo do ensino médio para que os estudantes possam organizar, participar e/ou intervir em situações de discussão e debates; e oportunizar a vivência de diferentes papéis em debates regrados (membro de uma equipe de debatedor, debatedor, apresentador/mediador, espectador, com ou sem direito a perguntas – juiz/avaliador). Com isso, consideramos pertinente o trabalho com o gênero debate por propiciar aos alunos o desenvolvimento de habilidades e de conhecimentos sobre os vários tipos desse gênero para que possam se adequar a função e estilo de cada um.

Na literatura, há várias tipologias para o debate. Dolz; Schneuwly e De Pietro (2004) destacam três que seriam importantes para trabalhar em sala de aula. São eles: o *debate de opinião de fundo controverso*, que não visa uma tomada de decisão, mas a uma colocação em comum das diversas posições a favor ou contra, com a finalidade de influenciar a posição do outro, mas também pode modificar sua própria opinião a partir de um tema polêmico, ou seja, nesse debate, a temática lançada desperta opiniões diversas dos interlocutores que dele participam. O *debate deliberativo*, a argumentação visa a uma tomada de decisão, sempre que for necessário fazer escolhas, ou tiver interesses opostos, os integrantes desse debate entram em negociação para uma escolha comum. O *debate para resolução de problemas* trata de buscar uma solução coletivamente, explorando a contribuição de cada um.

Através do quadro a seguir, veremos que a atividade de debater assume diferentes versões como mencionado acima, definidas pelas questões e objetivos que variam conforme a sua finalidade, Ribeiro (2009 p. 51).

Quadro 1 – Tipos de debate

TIPOS DE DEBATE	QUESTÕES NORTEADORAS
Debate para resolver problemas	Problema surgido na classe e/ou na escola. Ex.: Como utilizar a quadra da escola, de forma que todos tenham os mesmos direitos de usá-la?
Debate de opinião ou debate de fundo controverso	Questão polêmica inserida num determinado tema. Ex.: O homem tem sido capaz de conciliar progresso e preservação da natureza?
Debate deliberativo	Pergunta que exige como resposta a opinião da maioria. Ex.: De que maneira iremos comemorar nossa despedida de turma?

Fonte: Elaboração própria, com base em Ribeiro (2009)

Embora considerando que os tipos de debate apresentados possuam a mesma estrutura composicional, seus objetivos não são os mesmos, logo haverá diferenças na forma de

realização de cada um deles. O debate para resolução de problemas tem o objetivo de buscar soluções para o problema levantado. O debate de opinião tem como objetivo confrontar opiniões, transformando se possível o posicionamento do outro. O debate deliberativo objetiva uma tomada de decisão em função da pergunta anunciada (RIBEIRO 2009).

Essas três formas de debates são muito importantes para o desenvolvimento das capacidades discutidas há pouco. Assim, o debate é um lugar de interação, conhecimento, de escuta a opinião do outro que busca o desenvolvimento do coletivo e da democracia. Para o nosso estudo, focalizaremos no debate público de fundo controverso que, conforme Silva (2016), tem sua variante escolar enfatizada na finalidade de construção coletiva de um saber sobre dado assunto.

Destacamos aqui *a estrutura composicional, a função e o estilo* desse gênero segundo os estudos de Silva (2016), pois são informações muito importantes para conhecer inicialmente o debate. Esse gênero tem a estrutura composicional marcada por um gestor ou mediador, responsável por apresentar o tópico problema, esclarecer as regras e coordenar a apresentação de intervenções dos participantes, centralizando-se no objeto em questão e garantindo a manutenção do tema.

Em relação ao estilo, o debate é de natureza argumentativa, visto que os integrantes buscam defender uma ideia ou um posicionamento e, para isso, utilizam da formulação do raciocínio que comprovem o que está sendo defendido. Além disso, nesse gênero oral, podemos identificar a presença de marcadores enunciativos (eu, nós, o autor) que revelam o grau de comprometimento ou a preservação de faces em relação ao que é dito.

Para a realização do debate em sala de aula, é fundamental o estudo da literatura concernente à argumentação em relação à estrutura dos argumentos, à força argumentativa, à concessão, aos tipos de argumento, assim também como a gestão do debate, do ponto de vista da distribuição da palavra, da abertura e do fechamento das trocas. É preciso trabalhar a própria interação, a escuta do outro e a retomada de seu discurso (DOLZ; SCHNEUWLY; De PIETRO, 2004).

Em relação à escolha do tema a ser trabalhado com os alunos, é interessante abordar temáticas do interesse deles, que os permitam um progresso real. Um tema pode se revelar muito complexo para eles, se exigir conhecimentos aos quais eles não têm acesso, mas é fundamental que o tema escolhido corresponda a um contexto real e que pertença a um campo em que o aluno sinta que pode ser levado a intervir.

Dolz; Schneuwly e De Pietro (2004 p, 116) definiram quatro dimensões que devem ser levadas em conta ao tratar da escolha do tema do debate:

- uma dimensão psicológica, que inclui as motivações, os afetos e os interesses dos alunos;
- uma dimensão cognitiva, que diz respeito à complexidade do tema e ao repertório dos alunos;
- uma dimensão social, que concerne à espessura social do tema, suas potencialidades polêmicas, seus contextos, seus aspectos éticos, sua presença real no interior ou no exterior da escola, e ao fato de que possa dar lugar a um projeto de classe que faça sentido para os alunos;
- uma dimensão didática, que demanda que o tema não seja muito cotidiano e que comporte aprendizagens.

Então, vemos que o trabalho com o debate deve ter uma fase minuciosa de planejamento, em que o professor precisa levar em consideração essas dimensões para que o trabalho com a oralidade, a partir do gênero debate, seja realizado de maneira significativa, em especial, que o tema seja relevante ao contexto em que o aluno está inserido, para que o mesmo possa argumentar em relação ao assunto que está sendo debatido.

Ao decidir trabalhar o debate no ambiente escolar, é necessário conhecermos sua dinâmica de funcionamento que se dá em torno das trocas, isto é, escuta do outro, organização do discurso e posicionamento; da justificação que se refere à sustentação do posicionamento utilizando argumentos; e da refutação que se trata das réplicas, contestações, sendo a refutação o mecanismo fundamental do debate. No debate, há predomínio de sequências argumentativas e uma tendência para a manutenção do tema.

As atribuições dos componentes do debate também possuem funções diferenciadas na estruturação da discussão (RIBEIRO, 2009). Apresentaremos no quadro abaixo os componentes do debate e suas respectivas funções, de acordo com De Pietro; Érard; Kaneman-Pougatch (1997 apud RIBEIRO, 2009, p. 53).

Quadro 2 – Componentes e suas respectivas funções no debate

COMPONENTES DO DEBATE DE FUNDO CONTROVERSO	FUNÇÃO
Moderador	Responsável pela organização da discussão, além de assumir funções sociais como abrir e fechar o debate, cumprimentando o auditório, apresentando os debatedores, expondo o tema. Age como um mediador entre os debatedores e o auditório, regulando e estruturando a dinâmica das trocas.

(Continua...)

(Continuação)

Debatedor	É quem se posiciona apresentando seus argumentos em manifestações consensuais ou de desacordo.
Auditório	Questiona os debatedores, favorecendo a ampliação do debate.

Fonte: Elaboração própria em 2019

Vemos através dos componentes e suas funções que o debate assume um importante papel na escola, pois promove a construção coletiva de um saber sobre o tema tratado. Por isso os objetivos do debate devem ser elaborados com precisão para que posteriormente se façam análises e reflexões sobre o que foi debatido, observando se houve o domínio sobre o tema e o cumprimento das regras do debate.

Além disso, o momento de escuta de textos orais (debates de rádio, TV ou internet) é essencial para aprender a debater para que os alunos descubram os meios linguísticos orais que são efetivamente utilizados nas práticas sociais de referência e que não abordem o oral baseados numa norma escrita que tende já a funcionar como norma única e descontextualizada (DOLZ; SCHNEUWLY; De PIETRO, 2004).

Portanto, o importante é considerarmos que o debate nos permite expor livremente nossas ideias, como também exige estarmos aptos a respeitar as opiniões alheias. Essa experiência é extremamente enriquecedora, pois debater significa discutir, contestar e é, antes de tudo, um exercício de cidadania. Reconhecendo a importância do debate e através dele, a argumentação nos permite expor os nossos pontos de vista no ambiente escolar. A seguir, apresentaremos a metodologia utilizada para a realização da nossa pesquisa.

4 O PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

Neste capítulo, descreveremos o percurso metodológico que foi fundamental para atingir nossos objetivos formulados na fase de elaboração da pesquisa a fim de apresentar resultados significativos. Apresentaremos a natureza da pesquisa, o estudo de caso como método de pesquisa, o universo e *corpus* da pesquisa e os procedimentos metodológicos que serão realizados para alcançar o que objetivamos.

4.1 NATUREZA DA PESQUISA

Quanto à natureza da pesquisa, será do tipo qualitativa, pois não se preocupa com representatividade numérica. Os pesquisadores que utilizam os métodos qualitativos buscam explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito, mas não quantificam os valores e as trocas simbólicas nem se submetem à prova de fatos, pois os dados analisados são não-métricos (suscitados e de interação) e se valem de diferentes abordagens (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009).

Assim, a pesquisa qualitativa preocupa-se com aspectos da realidade que não se pode conceder a quantidade, centrando-se na compreensão e explicação das relações sociais. Para Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha com os vários significados, valores, atitudes, motivos, desejos e crenças no que se refere a um espaço mais profundo das relações. Por isso, a pesquisa qualitativa, segundo este autor, é criticada, por apresentar subjetividade e envolvimento emocional do pesquisador.

De acordo com Silveira e Córdova (2009 p. 32), as características da pesquisa qualitativa são: objetivação do fenômeno; hierarquização das ações de descrever; compreender e explicar, precisão das relações entre o global e o local em determinado fenômeno; observação das diferenças entre o mundo social e natural; respeito ao caráter interativo entre os objetivos do pesquisador, suas bases teóricas e seus dados empíricos; busca de resultados verdadeiros; oposição ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências.

Contudo, Silveira e Córdova (2009) ressalta que o pesquisador deve ficar atento aos limites e riscos da pesquisa, como por exemplo, envolvimento do pesquisador na situação pesquisada, ou com os sujeitos pesquisados. Através da nossa pesquisa trabalharemos com fenômenos que surgem no contexto social que fazem parte da nossa realidade, no qual não iremos quantificar, mas sim ampliar as discussões existentes em torno desse fenômeno.

Logo, com esse tipo de pesquisa, procuraremos investigar como se dão as estratégias argumentativas no debate de fundo controverso realizado no projeto Polêmicas em Debate, considerando o desvio e a manutenção do tópico discursivo. Para isso, utilizaremos como *corpus* da pesquisa os vídeos dos debates do referido projeto, que foram gravados em áudio e vídeo. Além de qualitativa, nossa pesquisa será também um estudo de caso, como veremos abaixo.

4.2 ESTUDO DE CASO

O estudo de caso envolve o estudo profundo de um ou poucos objetos que visam ampliar seu conhecimento. Ele consiste em coletar e analisar informações sobre determinado indivíduo, uma família, um grupo ou uma comunidade, com o objetivo de estudar diferentes aspectos de sua vida, conforme o assunto da pesquisa. São necessários alguns requisitos básicos para sua realização, entre os quais severidade, objetivação, originalidade e coerência (PRODANOV, 2013).

Esse método de pesquisa possui uma metodologia de pesquisa classificada como aplicada, na qual se busca a aplicação prática de conhecimentos para a solução de problemas sociais (BOAVENTURA, 2004 apud PRODANOV, 2013). Então ele nos permite uma melhor visualização do contexto em que está inserido o sujeito ou as pessoas envolvidas na pesquisa, a fim de solucionar ou esclarecer os problemas sociais, ou até mesmo permitindo novas descobertas de aspectos que não foram previstos inicialmente.

De acordo com Yin (2001, p. 32), “um estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e contexto não estão claramente definidos.” Assim, na nossa pesquisa, analisaremos alguns fenômenos argumentativos, através do debate de fundo controverso realizado em escola pública, que se refere a um gênero oral onde está presente nos dias atuais em contextos políticos e sociais, e serve para expor pontos de vistas e apresentar solução coletivamente. Esse será o nosso fenômeno contemporâneo, no qual investigaremos como se dão as estratégias argumentativas no debate de fundo controverso realizado no projeto Polêmicas em Debate, considerando o desvio e a manutenção do tópico discursivo.

Conforme Fonseca (2002), um estudo de caso pode ser caracterizado como um estudo de uma entidade bem definida como um programa, uma instituição, um sistema educativo, uma pessoa, ou uma unidade social. Objetiva conhecer em profundidade o como e o porquê

de uma determinada situação que pressupõe ser única em muitos aspectos, buscando encontrar o que há nela de mais essencial e característico. Ele pode decorrer de acordo com uma perspectiva interpretativa, que visa compreender como é o mundo do ponto de vista dos participantes, ou uma perspectiva pragmática, que visa simplesmente apresentar uma perspectiva global, tanto quanto possível completa e coerente, do objeto de estudo do ponto de vista do pesquisador.

O investigador recorre a fontes múltiplas de dados e a métodos de coleta diversificados: observações diretas e indiretas, entrevistas, questionários, narrativas, registros de áudio e vídeo, diários, cartas, documentos, entre outros. Pode ser utilizado tanto em pesquisas exploratórias quanto em descritivas e explicativas (YIN, 2001). Para isso, é preciso observar três condições para saber quando irá utilizar as estratégias de pesquisa conforme Yin (2001, p. 24). São elas:

- a) Tipo de questão de pesquisa proposto;
- b) Extensão de controle que o pesquisador tem sobre eventos comportamentais efetivos;
- c) Grau de enfoque em acontecimentos históricos em oposição a acontecimento contemporâneo.

De acordo com Yin (2001), a primeira e mais importante condição para diferenciar as várias estratégias de pesquisa é identificar nela o tipo de questão que está sendo apresentada. Quando a questão de pesquisa salienta apenas questões do tipo “o que”, podem ser tanto exploratórias (em que se poderia utilizar qualquer uma das estratégias) ou sobre predominância de algum tipo de dado (em que se valorizaria levantamentos ou análises de registros em arquivo). Já questões que necessitam saber “como” e “por que” são mais explanatórias e estimulam o uso de estudo de caso, experimentos ou pesquisas históricas.

As questões do tipo “quem” ou “onde” (ou seus derivados - “quantos” e “quanto”) são mais descritivas e favoreceram estratégias de levantamento de dados ou análise de registros arquivais, como na pesquisa econômica. Tais estratégias são vantajosas quando o objetivo da pesquisa for descrever a incidência ou a predominância de um fenômeno ou quando ele for previsível sobre certos resultados.

Com base nisso, identificamos que a nossa pesquisa é um estudo de caso explanatório, pois as nossas questões de pesquisa desejam saber o como se dá a utilização do tópico discursivo como estratégia argumentativa no gênero debate? Como o desvio do tópico discursivo pode se constituir estratégia argumentativa de proteção de face em debates de fundo controverso? Como a manutenção do tópico discursivo pode se constituir uma estratégia argumentativa para fortalecer argumentos durante o debate de fundo controverso?

Portanto, as questões de pesquisa são essenciais para caracterizar o tipo e as estratégias de pesquisa. Então, definir as questões de pesquisa é um passo importante a ser considerado em um estudo de pesquisa.

Em resumo, esse método é um tipo de pesquisa qualitativa que tem como objeto o estudo de uma unidade de forma aprofundada, podendo tratar-se de um ou mais sujeitos e pode ser exploratória, explanatória ou descritiva. Vale ressaltar que a entrevista é um das técnicas de coleta de dados mais utilizadas no âmbito das ciências sociais. Segundo Gil (2008), ela é adequada para a obtenção de informações em relação ao que as pessoas sabem, fazem ou pretendem fazer.

Assim, para conseguir informações sobre o projeto *Polêmicas em Debate*, realizamos uma entrevista com o professor responsável para apresentar dados verídicos que ampliaram o universo da nossa pesquisa. Por apresentar flexibilidade, o entrevistador pode esclarecer o significado das perguntas e adaptar-se mais facilmente as pessoas e as circunstâncias em que se desenvolve a entrevista. Dessa forma, a entrevista foi realizada no dia 2 de outubro de 2018. A nossa entrevista foi semiestruturada, mas sem deixar de ser informal, visto que tínhamos como objetivo coletar dados. Assim, também recorre-se a esse tipo de entrevista informal quando buscamos informações-chaves que podem ser de especialista no assunto, personalidades destacadas, entre outros.

Além dessa entrevista, que foi essencial para a obtenção dos dados coletados, fizemos uma análise de dois vídeos do projeto polêmicas em debate disponíveis no youtube.com⁷. A seguir, faremos a apresentação do universo e do nosso *corpus* da pesquisa.

4.3 UNIVERSO E *CORPUS* DA PESQUISA

O universo da nossa pesquisa se trata do “Projeto Polêmicas em Debate” realizado em uma escola pública que dispõe de ensino médio e técnico na cidade de Floriano no Piauí, coordenado por um professor de redação. Conhecemos o projeto no 5º Seminário Nacional do Ensino Médio (SENACEM), através de um grupo de alunos da referida escola que fez uma apresentação sobre o projeto. Através da explicação dos alunos sobre o projeto, vimos que é possível trabalhar com o gênero debate nas aulas de Língua Portuguesa e Redação no Ensino Médio, pois os debates são realizados com uma grande quantidade de alunos, que discutem e interagem por meio de um gênero oral tão importante como o debate, gênero formal público

⁷ Link do debate sobre o sistema de cotas <https://www.youtube.com/watch?v=2hu23VU3L-s&feature=youtu.be> e o link do debate sobre o trabalho infantil <https://www.youtube.com/watch?v=uSKlOtEdh0c&feature=youtu.be>

que precisa ser ensinado, pois existem algumas características fixas previamente determinadas. Por isso, decidimos trazer como *corpus* da nossa pesquisa as transcrições de dois debates do projeto polêmicas em debate.

O projeto foi criado em 2012 e está na sua 7ª edição. Ele é desenvolvido uma vez por ano contendo quatro debates que são realizados em meses diferentes, com as turmas da 2ª série do ensino médio, e os alunos da 1ª e 3ª série assistem e interagem. Em média, 200 alunos participam do projeto contando com alunos do ensino médio, técnico e superior que no dia do debate vão para assistir e participar do debate fazendo perguntas e apresentando seus pontos de vista sobre o assunto em pauta.

Os alunos da 2ª série que participam como debatedores e mediadores estão na faixa etária de 15 a 16 anos. Segundo o professor responsável, são alunos de diferentes classes sociais que possuem, hoje, razoáveis práticas de leitura e escrita, no entanto, muitos leem pouco. De acordo com o professor, o que o motivou a criar o projeto foi a necessidade de trabalhar gêneros orais, oralidade e argumentação, considerando que a escola prioriza mais os textos escritos. O projeto tem por objetivo discutir temas polêmicos, assim vemos que o trabalho com os gêneros orais, em especial com o debate, possibilita o trabalho da oralidade e argumentação. A seguir, apresentaremos o folder de divulgação da 6ª edição do projeto, no qual constam os dois debates que analisamos.

Figura 2 – Folder da 6ª edição do Polêmicas em Debate



Fonte: (POLÊMICAS ..., 2017a)

O *corpus* da nossa pesquisa são os textos orais que foram gravados em áudio e em vídeo pelo professor coordenador do projeto e estão disponíveis no Youtube.com. Selecionamos dois vídeos do *Projeto Polêmicas em Debates* do ano de 2017 sobre as temáticas do trabalho infantil a partir do seguinte questionamento: “Deveria ser permitido o trabalho de crianças e adolescentes menores de 14 anos para ajudar no sustento da família?” “E do sistema de cotas, a partir do seguinte questionamento: O sistema de cotas pode tornar a sociedade mais justa?” Ambos os debates contaram com a participação de um mediador e dois grupos com cinco alunos cada. Um grupo representado pelos números de um a cinco e o outro representado pelas letras do alfabeto de A a E, sendo um grupo a favor e outro contra os questionamentos acima citados.

No quadro a seguir, apresentamos as normas⁸ e funções do mediador e dos debatedores durante os debates.

Quadro 3 - Divisão das funções do mediador e debatedor

Mediador/a:	Debatedor/a:
Caberá ao/à mediador/a:	Caberá ao/à debatedor/a
a) conduzir todas as etapas do debate; b) evitar alterações entre os grupos e entre a plateia e vice-versa; c) censurar o uso de expressões injuriosas e depreciativas; aplicando, quando necessária, a supressão da fala no bloco em que houver a ofensa; d) solicitar da plenária contenção em manifestações consideradas inoportunas; e) interferir na condução dos trabalhos, podendo cassar a palavra; f) retirar 30 segundos do tempo de	a) Cada grupo será formado por cinco debatedores/as. b) Os/as debatedores do grupo NÃO serão identificados por letras (debatedor/a A , debatedor/a B , debatedor/a C , debatedor/a D , debatedor/a E); c) Os/as debatedores do grupo SIM serão identificados por números (debatedor/a 1 , debatedor/a 2 , debatedor/a 3 , debatedor/a 4 , debatedor/a 5); f) Durante o debate, os/as debatedores/as não poderão: - Realizar qualquer espécie de consulta ou

⁸ Essas informações foram retiradas do documento de normas elaborado pela comissão organizadora do projeto Polêmicas em Debate e está disponível na íntegra em anexo deste trabalho.

resposta caso algum componente do grupo desrespeite o grupo oponente, desobedecendo as normas.	comunicar-se com pessoas fora do grupo;
--	---

(Continua...)

(Continuação)

	- Portar livros, manuais, impressos e quaisquer dispositivos eletrônicos, tais como: agendas eletrônicas ou similares, telefones celulares, smartphones, tablets, ipods, mp3 ou similar, gravadores, fones de ouvido ou qualquer transmissor, gravador ou receptor de dados, imagens, vídeos e mensagens; - Utilizar óculos escuros e artigos de chapelaria, tais como: boné, chapéu, viseira, gorro ou similares. e) O único material permitido para os/as debatedores é ficha para anotações entregue 12h antes do debate; f) Caso o grupo tenha interesse fazer projeção de slides, vídeo ou áudio, deverá entregar o material no dia do debate, das 12h às 14h, na sala 11 do Colégio Técnico de Floriano.
--	---

Fonte: Elaboração própria em 2019

4.4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a realização da nossa pesquisa, é fundamental conhecer o contexto de produção e, amparado pelo estudo de caso, analisar informações sobre a realização do debate. Por isso, nosso *corpus* constitui-se de dois vídeos dos debates que foram gravados durante o projeto “*Polêmicas em debate*”. O primeiro debate sobre o tema: *Deveria ser permitido o trabalho de*

crianças e adolescentes menores de 14 anos para ajudar no sustento da família? Esse debate teve duração de 1h17min e 49s. É composto por um mediador que organiza a sequência do debate, indicando o momento da pergunta, da réplica e da tréplica; e por dois grupos cada um com cinco integrantes: um grupo de 1 a 5 a favor do trabalho de crianças e adolescentes para ajudar no sustento da família e o grupo de A a E contra.

Já o segundo debate, realizado a partir do seguinte questionamento “*O sistema de cotas pode tornar a sociedade mais justa?*”, teve duração de 1h37min e 09s. É composto por um mediador que organiza a sequência do debate, indicando o momento da pergunta, da réplica e da tréplica; e por dois grupos, cada um com cinco integrantes: um grupo de 1 a 5 a favor do sistema de cotas e o grupo de A a E contra. Ambos os grupos podiam usar vídeos (reportagem) da internet durante a exposição dos seus argumentos. O público é composto por estudantes da 1ª e 3ª série do ensino médio da escola, bem como de universitários, funcionários da escola e comunidade que fazem perguntas para os grupos ou participam colocando seus argumentos. Abaixo apresentamos um quadro resumo com os temas e tempo destinados a cada grupo.

Quadro 4 - Resumo da distribuição dos grupos, com as datas, temas e tempo dos dois grupos.

Data 25/11/2017 9h	Tema: <i>Deveria ser permitido o trabalho de crianças e adolescentes menores de 14 anos para ajudar no sustento da família?</i>		Tempo 1h17mim e 49s
	Mediador X		
	Debatedores Sim	Debatedores Não	
	1, 2, 3, 4, 5.	A, B, C, D, E.	
 27/11/2017 19h	Tema: <i>O sistema de cotas pode tornar a sociedade mais justa?</i>		 1h37mim e 09s
	Mediador Y		
	Debatedores Sim	Debatedores Não	
	1, 2, 3, 4, 5.	A, B, C, D, E.	

Fonte: Elaboração própria em 2019

Após conhecer o contexto da nossa pesquisa, destacamos que ela se organiza em torno de dois objetivos específicos, os quais serão alcançados à medida que realizarmos alguns passos que serão apresentados adiante.

O gênero debate foi escolhido para o *corpus* da pesquisa pelo fato de a BNCC sugerir que esse é um dos gêneros orais que deve ser ensinado na escola e também por ser um gênero oral formal e público, sendo o ambiente escolar o local apropriado para que os alunos aprendam e produzam este gênero. Além disso, este gênero é bastante produzido na escola que realiza o *Projeto Polêmicas em Debate*, por isso acreditamos que os sujeitos da pesquisa conhecem e interagem muito bem por meio dele.

Para tornar os nossos dados mais claros e compreensíveis, apresentamos a seguir como os blocos dos debates foram organizados⁹, e a partir deles fizemos a transcrição dividida em blocos para tornar ao leitor uma sequência lógica dos argumentos que serão transcritos conforme as normas do NURC¹⁰.

Quadro 5 - Divisão dos blocos dos debates para análise dos dados

ORGANIZAÇÃO DOS BLOCOS	TEMPO
1º Bloco: Apresentação da temática e dos argumentos	10 minutos
2º Bloco: Debate e apresentação dos argumentos (Parte 1)	16 minutos
3º Bloco: Debate e apresentação dos argumentos (Parte 2)	16 minutos
4º Bloco: Debate e apresentação dos argumentos (Parte 3)	16 minutos
5º Bloco: Perguntas e participação da plenária	30 minutos
6º Bloco: Debate e apresentação dos	16 minutos

⁹ Essas informações constantes nos quadros foram retiradas do documento de normas elaborado pela comissão organizadora do projeto Polêmicas em Debate e está disponível na íntegra no anexo C deste trabalho.

¹⁰ “O Projeto NURC, como passou a ser chamado, no Brasil, teve, desde o seu início, em 1970, o objetivo de caracterizar a modalidade culta da língua falada nesses centros urbanos, adotando-se, para isso, critérios rigorosos que assegurassem o controle de variáveis e permitissem o confronto de dados, critérios esses já estabelecidas para o espanhol. Este Projeto visa ao estudo da fala culta, média, habitual, através de uma documentação sonora capaz de fornecer dados precisos sobre a nossa língua, respeitadas as diferenças culturais de cada região. Procurou-se, desde o início, deixar claro que não se tratava de estudar uma norma imposta segundo critérios externos de correção e de valoração subjetiva, mas sim de estudar uma pluralidade de normas objetivamente comprovadas no uso oral - entendendo-se norma no sentido coseriano, o que se disse e tradicionalmente se diz na comunidade considerada, admitindo variações externas, sociais ou regionais, e internas, combinatórias e distribucionais.” Projeto Norma Linguística Urbana Culta. **Histórico do projeto.** Disponível em: <<http://www.lettras.ufrj.br/nurc-rj/>>. Acesso em: 20 set. 2018.

argumentos (Parte 4)	
7º Bloco: Debate (Parte 5)	10 minutos
8º Bloco: Palavra final dos grupos	6 minutos
9º Bloco: Encerramento	15 minutos
Total de 9 blocos	Total de tempo: 135 minutos

Fonte: Elaboração própria em 2019

Para alcançar o nosso primeiro objetivo específico, que consiste em identificar como o desvio do tópico discursivo pode se configurar como estratégia argumentativa de proteção de face dos participantes do debate, fizemos as transcrições dos vídeos dos debates de acordo com as normas do NURC sobre as seguintes temáticas: Deveria ser permitido o trabalho de crianças e adolescentes menores de 14 anos para ajudar no sustento da família? O sistema de cotas pode tornar a sociedade mais justa? Identificamos nos argumentos apresentados nos dois debates, os desvios do tópico e como eles podem representar uma estratégia de proteção de faces dos participantes. Essa análise será relacionada com os estudos sobre tópico discursivo e argumentação.

Com o intuito de alcançarmos nosso segundo objetivo, que será analisar como a manutenção do tópico discursivo pode ser um meio de fortalecer os argumentos apresentados pelos debatedores, faremos a leitura e a análise minuciosa dos argumentos apresentados pelos debatedores nos dois debates que foram transcritos de acordo com as normas do NURC. Vale ressaltar que trabalharemos com o gênero debate de fundo controverso, por ser o tipo de debate realizado no projeto *Polêmicas em debate*.

Após esses procedimentos, para analisar a consistência dos argumentos adotamos graus de complexidade para identificar argumentos nos graus elevado, médio e baixo que os debatedores podem apresentar na defesa da sua tese. Vejamos:

Quadro 6 - Graus de complexidade dos argumentos

GRAUS DE COMPLEXIDADE	FUNDAMENTAÇÃO ARGUMENTATIVA
Elevado	Argumento consistente, coerente, fundamentado em fatos ou exemplos; Apresentação clara e coesa dos argumentos.

	Utilização de linguagem formal e pública. Há a manutenção do tópico; Interpretação adequada da lei, de notícias, dados estatísticos e entre outros.
--	--

(Continua...)

(Continuação)

Médio	Argumento consistente, coerente, fundamentado em fatos ou exemplos; Há a manutenção do tópico; Pode não apresentar clareza na exposição das ideias. Utilização da linguagem coloquial. Interpretação adequada da lei, de notícias, dados estatísticos e entre outros.
Baixo	Argumento inconsistente, incoerente; Pode haver a manutenção ou o desvio do tópico; Confusão na exposição das ideias. Prolixidade Utilização de ditos populares e frases do senso comum. Interpretação inadequada das leis, de notícias, dados estatísticos e entre outros.

Fonte: Elaboração própria em 2019

Esse quadro nos proporcionará apresentar um panorama possível do grau de complexidade dos argumentos defendidos pelos alunos durante o debate a partir desses critérios estabelecidos como pertinentes ao que consideramos como grau baixo, médio e elevado. Verificaremos, durante a defesa da tese apresentada pelos alunos do Projeto Polêmicas em Debate, se, ao fazerem uso da manutenção, ou do desvio, eles utilizam tópicos que se relacionam diretamente ao tópico central ou se não possuem nenhuma relação.

Assim, para apresentar se houve as estratégias do desvio ou da manutenção do tópico central elencamos os seguintes critérios.

Há desvio de tópico quando:

1. O debatedor ao defender a sua tese e fazer uso de subtópicos que não possuem relação direta com o tópico central desvia totalmente do assunto debatido.
2. O debatedor ao defender a sua tese e fazer uso de subtópicos que possuem uma relação indireta (parcial) com o tópico central desvia parcialmente do assunto debatido.

Há manutenção do tópico central quando:

3. O debatedor faz uso de argumentos na defesa da sua tese que mantêm o tema do debate.
4. O debatedor ao defender a sua tese faz uso de subtópicos que mantêm uma relação direta com o tópico central.

Essas estratégias, da manutenção e do desvio, foram estabelecidas para elucidar o ensino do tópico discursivo através do gênero debate nas aulas de língua portuguesa no ensino médio. Assim, consideramos que o debatedor fez o desvio do tópico discursivo como estratégia argumentativa para proteção de faces quando ele apresenta o uso de tópicos ou subtópicos que possuem parcialmente ou não possuem uma relação direta com o tópico central, conforme mencionado acima nos critérios 1 e 2.

Quando o debatedor apresenta argumentos que mantem o tema do debate de forma direta, conforme os critérios 3 e 4 acima, consideramos que houve a manutenção do tópico discursivo como um meio de fortalecer os argumentos.

Além disso, apresentaremos a organização tópica dos tópicos discursivos ao final da análise dos dois debates a partir de quadros tópicos (QTs) como na figura 1 página 21, baseados em Fávero (1999) com adaptação nossa.

Com esses quadros tópicos, faremos a exposição dos tópicos levantados durante o debate e mostraremos se houve coerência com o tema central. É importante destacar que a organização tópica é importante para a construção de sentido do texto, além de estar relacionada ao desenvolvimento argumentativo. Após observarmos todos os blocos, listaremos as estratégias mais recorrentes e, em seguida, intentamos propor atividades para o ensino de língua portuguesa com o gênero oral trabalhado nesta pesquisa a partir da elaboração de quadros tópicos.

5 ANÁLISE DO TÓPICO DISCURSIVO COMO ESTRATÉGIAS ARGUMENTATIVAS NO GÊNERO DISCURSIVO DEBATE

Após as discussões realizadas nos capítulos anteriores, nos deteremos a partir de agora a análise dos nossos dados que foram investigados e estudados neste trabalho de pesquisa, com o objetivo de analisar como se dão as estratégias argumentativas no debate de fundo controverso realizado no projeto *Polêmicas em Debate*, considerando o desvio e a manutenção do tópico discursivo. Por isso, apresentaremos aqui as transcrições dos dois debates que compõem o nosso *corpus*.

5.1 O TÓPICO DISCURSIVO COMO ESTRATÉGIA ARGUMENTATIVA NO DEBATE DE FUNDO CONTROVERSO

O debate de fundo controverso, o qual é trabalhado no *Projeto Polêmicas em Debate*, se trata de um gênero argumentativo, pois ao produzi-lo os debatedores apresentam seus argumentos e elaboram as suas perguntas dentro daquilo que eles estudaram para defender a sua tese, a fim de conquistar a adesão do público.

Esse debate não visa uma tomada de decisão, mas a uma colocação em comum das diversas posições a favor ou contra, com a finalidade de influenciar a posição do outro, mas também pode modificar sua própria opinião a partir de um tema polêmico, ou seja, nele a temática lançada desperta opiniões diversas dos interlocutores que dele participam.

A temática pode variar sobre diversos temas atuais presentes na sociedade, mas deve ter o interesse dos alunos em debater, questionar. A definição dos temas no projeto *Polêmicas em debate* acontece da seguinte maneira: o professor seleciona uma média de dez temas que estão bastante em evidência na sociedade, faz uma enquete com as duas turmas do segundo ano do ensino médio simultaneamente para que eles votem em cada item sim ou não, e geralmente escolhe os temas que tem mais divisão de respostas, aqueles temas em que as respostas sim e não estão mais equilibradas. Depois disso, os alunos têm em média de 60 a 90 dias para se reunir em grupos para, ler e estudar as estratégias de argumentação para o primeiro debate. Nesse período, os alunos divulgam nas redes sociais, e no site da escola mais uma edição do projeto que será realizada com a participação da comunidade escolar.

Assim, o debate de fundo controverso realizado no projeto promove a discussão de ideias diferentes e a colocação de estratégias argumentativas que favoreça o debatedor. Por isso, analisamos o debate acima descrito a partir de dois objetivos específicos: primeiro,

identificar como o desvio do tópico discursivo pode se configurar como estratégia argumentativa de proteção de face dos participantes do debate; e o segundo com o objetivo específico de analisar como a manutenção do tópico discursivo pode ser um meio de fortalecer os argumentos apresentados pelos debatedores.

Sabendo que o tópico discursivo se refere a aquilo que se fala no discurso e que, de acordo com Fiorin (2017), todos os discursos são argumentativos, pois todos eles fazem parte de uma controvérsia, refutando, apoiando, contestando, sustentando, contradizendo um dado posicionamento, passaremos a analisá-lo visto que ele é o elemento principal que norteia o debate ou a defesa de um ponto de vista, por se tratar do assunto da discussão.

Com base na tabela da qualidade dos argumentos, selecionamos os argumentos dos debatedores a partir desses critérios estabelecidos como pertinentes ao que consideramos como argumento consistente e inconsistente e através deles analisamos se os debatedores ao fazerem uso da manutenção ou do desvio do tópico discursivo como estratégia argumentativa, eles utilizam argumentos consistente ou inconsistentes para defender suas teses.

Neste momento, apresentaremos a análise do primeiro debate que tem como tema “Deveria ser permitido o trabalho de crianças e adolescentes menores de 14 anos para ajudar no sustento da família?” Este debate tem a participação de um mediador e dez debatedores divididos em dois grupos. O grupo representado por letras são contra o trabalho de crianças e adolescentes, e o grupo representado por números são a favor. Em virtude de problemas na gravação deste debate, iniciamos a análise a partir do terceiro bloco, conforme está disponível no youtube.com. Para manter o sigilo e o respeito aos participantes do debate, substituímos os nomes deles por outros quando houve a necessidade. Passaremos a análise.

3º bloco do debate “Deveria ser permitido o trabalho de crianças e adolescentes menores de 14 anos para ajudar no sustento da família?”

Este terceiro bloco é formado por perguntas, respostas, réplica e tréplica entre os debatedores C (contra) e o 3 (a favor). Mas selecionamos apenas uma pergunta e uma resposta para analisarmos. Vejamos.

1. *Debatedor 3 (a favor):* passar fome: ()...
2. *Debatedor C (contra):* pois é... a gente vive num país... em que são imposto pra nós muitas regras... mas a maioria dessas regras é:: lógico é:/ tem uma/ tem pessoas... tem casos que: muitos é: ultrapassam essa regra... não (seguem) as leis do Brasil... como por exemplo... a lei do/ do Brasil de: não beber enquanto dirige... você acha que TODos... todas as pessoas é: que dirigem não bebem? ou então: o quando bebe não dirige?... ((auditório interage com risos e aplausos e debatedor dois rir se debruçando rapidamente sobre o púlpito))
3. *Mediador:* ((segura plaquinha pedindo silêncio)) silêncio... silêncio

4. *Debatedor C (contra):* *é:... é: você acha que se: é: (houvesse) uma lei pra que: as crianças trabalhasse você acha que não teria pessoas (infligia essas regras) como: () fo:i... fo:i... () (Risos e aplausos))*
5. *Debatedor 3 (a favor):* *Na verdade não (foi) criar uma lei para as crianças trabalharem... Ma:s ((mediadora segura plaquinha pedindo silêncio)) quando desse a permissão para essa/ para essas crianças... deveria/ deveria ter um responsável por ela... supervisionando o trabalho dela... ((silêncio))*

Essa temática do trabalho de crianças e adolescentes menores de 14 anos ainda divide opiniões, pois, de um lado, nós temos a Lei 8.069/1990 do Estatuto da Criança e do Adolescente, que diz, no artigo 60: “É proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade” e, por outro lado nós temos conhecimento de que muitos brasileiros vivem na pobreza e para conseguir a alimentação básica para o sustento da família, alguns menores de idade começam a trabalhar desde cedo. É sobre esses dois pontos que os grupos debatem.

Iniciando pela fala do debatedor C (contra) ele argumenta que o nosso país possui muitas leis e que nem todas as pessoas cumprem, como é o caso da lei seca. Ao citar essa lei e fazer indagações sobre o fato de muitas pessoas dirigirem após beber, o público interage rindo pelo exemplo que foi dado por ele. O mediador pede silêncio e em seguida o debatedor C (contra) continua dizendo que, se houvesse uma lei que permitisse o trabalho de crianças e adolescentes, muitas pessoas iriam infligir essa Lei, percebemos que o debatedor tentar completar o seu raciocínio, mas começa a rir e não entendemos o que quis dizer no final.

Consideramos que esse argumento possui grau baixo de complexidade porque houve o desvio do tópico trabalho infantil para lei seca; incoerência ao citar esse exemplo sem conseguir concluir seu raciocínio; Apresenta confusão na exposição das ideias, pois o público sorrir e faz conversas paralelas no momento da citação do exemplo do debatedor. Essa atitude nos mostra que o auditório não compreendeu o surgimento do tópico lei seca como algo que se relacionasse ao tópico principal. Ele utilizou a estratégia do desvio do tópico como proteção de faces, pois ele fez uso de um tópico que não possui relação direta com o tema central, desviando totalmente do assunto debatido.

Sabemos que o desvio pode acontecer por não querer mais falar sobre o tópico em pauta, por não achar relevante ou até mesmo por não ter segurança do assunto e por isso decide iniciar um novo tópico através de uma pergunta ou exemplo. Ao fazer isso o debatedor desvia o assunto para proteger a sua própria face muitas vezes de forma inconsciente. De acordo com Goffman (1967 apud Paiva, 2008) existem três tipos de movimentos que tem por objetivo a preservação ou a mudança da face. Um deles, como já foi discutido na página 51, se trata do processo de distanciamento e o próprio ato de mudar de tópico ou fazer uma brincadeira já se configura um ato de preservação de face.

Na defesa do seu ponto de vista, o debatedor 3 (a favor) retoma ao tópico principal do debate argumentando que a partir do momento que uma criança fosse trabalhar deveria ter um responsável supervisionando o trabalho dela. Entendemos por esse argumento que o debatedor entende que o trabalho de crianças e adolescentes é proibido, mas que concorda com o trabalho que não põe risco ao menor. O argumento do debatedor 3 (a favor) consideramos grau médio porque é consistente, houve a manutenção do tópico central, coerência na sua fala e utilização de uma linguagem coloquial. O ato de manter o foco no tema do debate pode consistir num ato de preservação da face positiva, que foi assim mantida. Por isso utilizou como estratégia argumentativa a manutenção do tópico discursivo como forma de fortalecer seus argumentos. Vejamos o quadro resumo.

Quadro 7 - 3º Bloco do debate: “Deveria ser permitido o trabalho de crianças e adolescentes menores de 14 anos para ajudar no sustento da família?”

Tópico	Síntese dos argumentos	Grau de complexidade dos argumentos	Estratégias
<u>Leis do Brasil</u> (tópico levantado pelo debatedor C (contra) na fala (2))	O debatedor C (contra) argumenta que o Brasil possui muitas leis que as pessoas não cumprem como é o caso da lei seca. Conclui dizendo que mesmo que houvesse uma lei permitindo o trabalho de menores, muitas pessoas ainda infligiria.	Grau baixo	Desvio do tópico central como estratégia de proteção de face.
	O debatedor 3 (a favor) retoma ao tópico central do debate e defende que a criança poderia trabalhar supervisionado.	Grau médio	Manutenção do tópico discursivo como estratégia de fortalecer argumentos.

Fonte: Elaboração própria em 2019

4º Bloco do debate “Deveria ser permitido o trabalho de crianças e adolescentes menores de 14 anos para ajudar no sustento da família?”

Este bloco é composto apenas por ideias e argumentos dos debatedores 4 (a favor) e B (contra). Vejamos.

6. *Mediadora:* agora(...) agora (...) agora então eu chamo para apresentar ideias e argumentos... Letícia debatedora b... e: Flávia... debatedora (quatro)... Flávia tem três minutos para () apresentar ideias e argumentos...((os grupos de debate são divididos em dois, o “sim” e o “não”. Estes dois grupos possuem participantes identificados através de letras e números. No grupo do “sim” os participantes são identificados através de números; no grupo do não, através de letras))
7. *Debatedora 4 (a favor):* ((debatedora é surda e faz sua colocação utilizando a língua brasileira de sinais, que é interpretada simultaneamente))
Intérprete da debatedora surda: no ano de mil novecentos e oitenta e nove... a organização () ((intérprete é interrompida para receber o microfone))... em mil oitocentos e oitenta e/ em mil novecentos e oitenta e nove a onu (...)
8. *Professor:* gente vamos fazer silêncio aí por favor? brigado...
9. *Intérprete da debatedora surda:* a onu definiu princípios para leis junto com o eca... onde as crianças menor de doze anos não podiam trabalhar... só que:... crianças (é definido de doze/) de cinco a doze anos... são crianças... e de doze a dezessete anos são adolescentes... e aí desde que a criança/ isso ela pode trabalhar (de quatro a cinco horas se ela fosse) do projeto de aprendiz... ela pode sim trabalhar... desde que não apresente:... é:... que ela não desfrute/ que ela desfrute do lazer dela... do descanso e que não inflija algumas leis... ela pode sim trabalhar pra ajudar no sustento da família...
10. *Mediadora:* (você também) tem três minutos pra apresentar suas (ideias) e argumentos...
11. *Debatedora B (contra):* bem... a lei dez mil e noventa e sete de dezenove de dezembro de dois mil... artigo quatrocentos e três... proíbe qualquer trabalho à menores de/ de dezesseis anos de idade... salvo na condição de aprendiz... ou seja... a partir dos quatorze anos ele já pode trabalhar como aprendiz... essa seria uma das alternativas... ele poderia conseguir um estágio com os quatorze anos de idade e (existem) estágios remunerados... então essa seria uma:/ uma alternativa no lugar de trabalhar com menos de quatorze anos... porque isso:... é uma coisa... não tenho nem palavras pra descrever... já: o artigo sétimo do: estatuto da criança e do adolescente... diz que “a criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde... mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam ()do desenvolvimento sábio e harmonioso em condições dignas de existência”... ou seja... no lugar de estarmos debatendo uma Criança trabalhar... nós deveríamos estar debatendo que:/ que intervenções políticas e sociais a gente deveria fazer para mudar isso... é:... chega... eu não/ sinceramente eu não consigo entender como: apoiar uma criança trabalhar... porque dá pra: imaginar o quanto é difícil... se você pede pra: um irmão seu... ou alguma coisa assim... pegar uma coisa quando ele tem menos de: quatorze anos/ --na verdade (ele é) uma criança--... cinco anos de idade... às vezes ele pega: alguma coisa diferente do que você pediu... porque ele não tem: discernimento das coisas... então como uma criança de quatorze anos pode:/ de menos de quatorze anos pode: trabalhar e que tipo de trabalho essa criança vai conseguir porque:... é:... eu não acredito que uma pessoa vá: dar os mesmos direitos... e o mesmo salário à uma criança sendo que ele pode contratar uma pessoa que tem ensino superior... e:... é isso... ((aplausos e gritos))

A debatedora 4 (a favor) argumenta que a ONU definiu leis junto com o eca em que caracteriza como criança, menores de doze anos de idade, e de doze a dezessete anos, adolescentes. De acordo com ela, a criança pode sim trabalhar para ajudar no sustento da família apenas na condição de aprendiz, de quatro a cinco horas por dia, sem prejudicar o seu momento de lazer.

Mas de acordo com nossos estudos e pesquisas sobre o assunto, “é proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade”, segundo o artigo 60 do ECA. Sendo assim, crianças de doze até os quatorze anos não podem trabalhar. Logo o argumento do debatedor 4

(a favor) “e aí desde que a criança/ isso ela pode trabalhar (de quatro a cinco horas se ela fosse) do projeto de aprendiz...” não se sustenta pois somente a partir dos quatorze anos de idade o adolescente pode ser contratado na condição de jovem aprendiz. Por isso, consideramos que esse argumento possui um grau de complexidade baixo pois há a ausência de uma interpretação adequada da lei. Mas manteve o tema do debate, logo utilizou a estratégia da manutenção do tópico para fortalecer seus argumentos.

Já a debatedora B (contra) defende a tese de que a partir dos quatorze anos o adolescente pode trabalhar na condição de aprendiz que de acordo com ela está na lei Lei nº 10.097, de 2000. Após verificarmos o que diz nessa lei e especificamente no artigo quatrocentos e três citado pela debatedora, vimos que nele diz que “É proibido qualquer trabalho a menores de dezesseis anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos”. Após apresentar esse argumento, a debatedora cita o ECA, especificamente o artigo sete, para dizer que todas as crianças e adolescentes têm direito a proteção, a vida e a saúde mediante ações de políticas sociais públicas. Esses argumentos utilizados pelo debatedor são verídicos e coerentes com o tema central do debate e com a defesa de seu posicionamento, logo se trata de um argumento com grau de complexidade elevado, pois há consistência e coerência nos seus argumentos, há a manutenção do tópico central, clareza na exposição das ideias, interpretação adequada da lei e utilização de uma linguagem formal. A debatedora usou a estratégia da manutenção do tópico central porque utilizou de forma direta o tópico trabalho infantil citando a lei nº 10.097, de 2000 para fortalecer seus argumentos. Vejamos o quadro resumo.

Quadro 8 – 4º Bloco do debate “Deveria ser permitido o trabalho de crianças e adolescentes menores de 14 anos para ajudar no sustento da família?”

Tópico	Síntese dos argumentos	Grau de complexidade dos argumentos	Estratégias
<u>Crianças podem trabalhar na condição de aprendiz</u> (tópico levantado pela debatedora 4 (a favor) na fala	A debatedora 4 (a favor) argumenta que está na lei que as crianças podem trabalhar na condição de aprendiz sem prejudicar seu lazer.	Grau baixo	Manutenção do tópico discursivo como estratégia de fortalecer argumentos.
	A debatedora B (contra) argumenta que é proibido o trabalho de menores de quatorze anos. Somente a partir dessa idade o adolescente pode	Grau elevado	Manutenção do tópico discursivo como estratégia de fortalecer

(9)	trabalhar como aprendiz.		argumentos.
-----	--------------------------	--	-------------

Fonte: Elaboração própria em 2019

5º Bloco do debate “Deveria ser permitido o trabalho de crianças e adolescentes menores de 14 anos para ajudar no sustento da família?”

Este bloco tem duração de trinta a quarenta minutos e tem a participação do auditório. No entanto, selecionamos apenas dois argumentos: um do grupo sim (a favor) e outro do não (contra) o trabalho de crianças e adolescentes para ajudar no sustento da família. Não iremos analisar os argumentos dos participantes do auditório porque nosso foco são os argumentos dos debatedores. A seguir passaremos a análise.

14. Debatedor 5 (a favor): de acordo com a organização do trabalho infantil... “crianças e adolescentes podem trabalhar... desde que sejam tarefas que respeitem o limite de idade de cada um... que sejam supervisionadas... não interferindo no tempo da escola... descanso... lazer e etc”...

51. Debatedora B (contra): então... eu queria só complementar o que ela disse... que além de ser dever da família ajudar (nisso)... é... está garantido na constituição... que é dever do estado e da sociedade ajudar essas famílias... ou seja... não é dever da criança... se: a família não conseguir ajudar... eles têm que ir em busca do estado pra fazer isso... porque está garantido na constituição

Após ser questionado por um participante do auditório, sobre quais atividades a criança pode exercer no mercado de trabalho, o debatedor 5 (a favor) argumenta que de acordo com a organização do trabalho infantil *“crianças e adolescentes podem trabalhar... desde que sejam tarefas que respeitem o limite de idade de cada um... que sejam supervisionadas... não interferindo no tempo da escola... descanso... lazer e etc”*. Vemos que o debatedor mantém o tema central do debate, porém cita uma organização que não existe. Essa organização do trabalho infantil citada por ele, entendemos como o ECA e lá consta no artigo 60 que *“É proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade”*.

Logo, o argumento do debatedor 5 (a favor) possui um grau de complexidade baixo por apresentar uma incoerência a partir da incompreensão do que está previsto na lei. Não são crianças e adolescentes que podem trabalhar, mas sim apenas adolescentes a partir de quatorze anos como aprendiz. Ressaltamos aqui a importância da coerência textual na interação verbal, para o êxito do debate. É fundamental checar e interpretar as informações para não incorrer num erro que possa ameaçar sua própria face.

Já a debatedora B (contra) na fala (51) após a colocação de uma participante falando sobre o dever da família em suprir as necessidades básicas dos filhos, ele pede a oportunidade para apresentar seus argumentos complementando a fala da participante, dizendo que além de

ser dever da família é também do estado e da sociedade, garantido pela constituição, o papel de ajudar as famílias carentes. Segundo a debatedora, se a família não conseguir o necessário para seus filhos, ela deve procurar o estado para fazer isso, pois está garantido na constituição.

Esse argumento da debatedora B (contra) se sustenta no que diz o artigo quatro do ECA “ É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.” Então vemos que o argumento da debatedora possui um grau de complexidade elevado pois está coerente e embasado na lei, logo é consistente, apresenta clareza, manutenção do tema central e interpretação adequada da lei . Ela utilizou a estratégia da manutenção do tópico discursivo como forma de fortalecer o seu argumento porque apresentou o subtópico na qual retrata o que diz na constituição para sustentar a sua tese de que é dever da família e do estado assegurar o bem estar das crianças. Ressaltamos nesse ponto a quarta condição para a argumentação, de acordo com Abreu (2009), que é agir de forma ética com respeitabilidade e transparência caso contrário, a argumentação se tornará sinônimo de manipulação. Quando argumentamos honestamente adquirimos uma característica importante em um processo argumentativo: a credibilidade. Vejamos o quadro resumo.

Quadro 9 – 5º Bloco do debate “Deveria ser permitido o trabalho de crianças e adolescentes menores de 14 anos para ajudar no sustento da família?”

Tópico	Síntese dos argumentos	Grau de complexidade dos argumentos	Estratégias
<u>Trabalho infantil</u>	O debatedor 5 (a favor) argumenta que de acordo com a organização do trabalho infantil as crianças podem trabalhar desde que sejam supervisionadas, sem prejudicar seus estudos e lazer.	Grau baixo	Manutenção do tópico discursivo como estratégia de fortalecer argumentos.
(tópico levantado pelo debatedor 5 (a favor) na fala (14))	A debatedor B (contra) argumenta que se a família não tem condições de suprir as necessidades básicas dos filhos, deve procurar o estado e a sociedade, pois está garantido na	Grau elevado	Manutenção do tópico discursivo como estratégia de fortalecer argumentos.

	constituição.		
--	---------------	--	--

Fonte: elaboração própria em 2019

6º Bloco do debate “Deveria ser permitido o trabalho de crianças e adolescentes menores de 14 anos para ajudar no sustento da família?”

Este bloco é composto por pergunta, resposta, réplica e tréplica de ambos os debatedores, após esse primeiro momento outros dois debatedores são chamados para apresentar suas ideias e seus argumentos. Por isso dividiremos nossa análise em duas partes.

Primeira parte: pergunta, resposta, réplica e tréplica. Vejamos.

91. *Mediadora:* daremos início ao debate com o sexto bloco... os debatedores D... Ricardo../ ô/ Davi... ((aplausos)) e o debatedor dois...Clara... você ((fala para Clara)) tem um minuto pra fazer a pergunta e ele tem direito a réplica (e a tréplica)
92. *Debatedor 2 (a favor):* ((lendo em ficha de debate)) o argumento mais citado foi a educação... e de acordo com o desenvolvimento econômico pelo ano de dois mil e dezessete... o Brasil ficou entre os piores países... no que diz respeito a educação... então que garantia a educação dá para melhorar a qualidade de vida dessas pessoas? e no agora?
93. *Debatedor D (contra):* poderia repetir o final da pergunta?
94. *Debatedora 2 (a favor):* então... que garantia a educação dá para melhorar a qualidade de vida dessas pessoas no agora?
95. *Debatedor D (contra):* é: a criança quando está estudando... ela: está ocupando o tempo vago... se nesse tempo vago ela fosse trabalhar... ela poderia colocar em risco a sua saúde e: ((mediadora segura plaquinha pedindo silêncio)) até (a própria) sua vida... e: a educação não... só o que todo mundo fala é que a educação () e uma boa educação... ela pode construir seu futuro e: como é que/ e:: o governo oferece instituições com educação de qualidade...
96. *Debatedora 2 (a favor):* bom: você falou que lugar de criança é na escola né? ((debatedor D faz gesto afirmativo com a cabeça)) é: eu também acredito que lugar de criança é na escola... só que: há situações em que:: autorizar o trabalho da criança é uma necessidade... essa é a realidade do Brasil... e:: () e não se pode encarar apenas a visão da família das relações de trabalho... achar que SÓ PORQUE a lei diz// ((debatedora fica nervosa)) achar que só porque uma lei/ () achar que só porque uma lei é criada... vai caminhar conforme ela prevê é um equívoco... ((plateia rir e mediadora segura plaquinha pedindo silêncio))
97. *Debatedor D (contra):* bom... de acordo com dados... dados ((significa que dados foram cedidos)) pelo ibge... confirma que três crianças se acidentam por dia (realizando alguma atitude) trabalhista... você acha que: uma criança que está na escola... um ambiente que fornece melhor segurança para ela... vai ser melhor trabalhar... onde ela coloca sua vida em risco e a sua saúde e até mesmo a sua vida em risco... vai ser melhor pra ela?

Logo no início do sexto bloco, o debatedor 2 (a favor) desvia parcialmente ao fazer uso de um subtópico que não possui relação direta com o tópico central, dizendo que o argumento mais citado foi em relação a educação. Ao fazer a releitura do tópico anterior, vimos que alguns participantes do auditório embasaram seus argumentos na educação para se colocar contrário ou favorável ao trabalho de crianças e adolescentes. Desse modo, acreditamos que por esse fato o debatedor se equivocou apenas com a expressão “o argumento mais citado foi a educação...”. Não foi o mais citado, mas foi um dos temas comentados. O debatedor pode ter dito isso para chamar atenção para o foco da sua pergunta neste bloco, relacionada à educação.

Sua pergunta *“de acordo com o desenvolvimento econômico pelo ano de dois mil e dezessete... o Brasil ficou entre os piores países... no que diz respeito a educação... então que garantia a educação dá para melhorar a qualidade de vida dessas pessoas? e no agora?”* Para a realização dessa pergunta o debatedor usou como fonte, dados de uma pesquisa que mostra que o Brasil, em relação a educação, ficou entre os piores países. No entanto, falta complementação na informação por não apresentar de que veículo ele retirou e por quem foi realizada a pesquisa, apenas cita o desenvolvimento econômico como criador da pesquisa. Com isso indaga ao seu oponente *“que garantia a educação dá para melhorar a qualidade de vida dessas pessoas? e no agora?”* Acreditamos que a pergunta formulada desviou parcialmente do foco central do debate.

É de nosso conhecimento que no momento da interação o tópico discursivo pode manter, mudar ou retomar o assunto que se falava. Assim de forma natural no momento de uma pergunta, o tópico pode mudar em virtude do debatedor optar por focar o debate num ponto que para ele é pertinente, usando como estratégia de argumentação o desvio do tópico para proteção da sua face.

O debatedor D (contra) responde a pergunta elaborada por seu oponente, dizendo que a criança utiliza seu tempo livre para estudar e que, ao usar esse tempo para trabalhar, pode colocar em risco a sua saúde e até sua própria vida. Em seguida, argumenta que, através da educação, a criança pode construir um futuro melhor.

No momento da réplica o debatedor 2 (a favor) inicia a sua fala retomando o tema central do debate argumentando que assim como o debatedor D é a favor de criança na escola, ele também é. Mas segundo ele, há casos em que autorizar a criança trabalhar é uma necessidade por ser uma realidade do Brasil, e *“que não se pode “caminhar” apenas no que está na lei”*. Nesse momento acreditamos que houve a manutenção do tema com a volta do supertópico trabalho infantil. Na tréplica o debatedor D (contra) cita dados do IBGE para argumentar que três crianças se acidentam por dia realizando alguma tarefa trabalhista. Com isso, o debatedor também mantém o tema central do debate ao indaga ao seu oponente, se ele acha que uma criança que está trabalhando, colocando sua vida em risco é melhor que está na escola. Esses argumentos nos permitem considerá-los com um grau de complexidade médio, por apresentarem uma certa consistência, manutenção do tópico, utilização de uma linguagem coloquial e não apresenta clareza na exposição das ideias. Vejamos detalhadamente o quadro resumo a seguir.

Quadro 10 – Parte 1 do 6º bloco do debate “Deveria ser permitido o trabalho de crianças e adolescentes menores de 14 anos para ajudar no sustento da família?”

Tópico	Síntese dos argumentos	Grau de complexidade dos argumentos	Estratégias
Educação e a melhora da qualidade de vida. (tópico levantado pelo debatedor 2 (a favor) na fala (92))	O debatedor 2 (a favor) argumenta que o Brasil ficou entre os piores da educação e questiona as garantias que ela dá para melhorar a qualidade de vida das pessoas. Para ele há casos em que autorizar a criança trabalhar é uma necessidade por ser uma realidade do Brasil e que não se pode “caminhar” apenas no que está na lei.	Grau médio	Manutenção do tópico discursivo como estratégia de fortalecer argumentos.
	O debatedor D (contra) argumenta que a criança utiliza seu tempo livre para estudar e que ao usar esse tempo para trabalhar pode colocar em risco a sua saúde e até sua própria vida.	Grau médio	Manutenção do tópico discursivo como estratégia de fortalecer argumentos.

Fonte: Elaboração própria em 2019

Segunda parte – Apresentação das ideias e dos argumentos dos debatedores 5 (a favor) e A (contra). Vejamos.

103. Mediadora: o debatedor a... Eliel... e o debatedor dois/ ô... e o debatedor cinco Maria... apresentação de ideias e argumentos...

104. Debatedora 5 (a favor): bom... eu sou a favor da permissão de trabalho de menores de quatorze anos pra ajudar no sustento da família... só que é claro que é sob certas condições... como por exemplo... o trabalho supervisionado... não estou (me referindo) que o trabalho (da) criança tem que ser/ tem que ser necessariamente na roça... tem que ser necessariamente braçal... pode ser qualquer outro tipo de trabalho... eu não sei qual é... mas deve ter... ((risos da plateia)) eu não tô lembrando na verdade... um trabalho (para se especificar)... da mesma forma que eu não soube responder a pergunta dela... mas a criança poderia auxiliar a mãe... por exemplo... ((mediadora segura plaquinha pedindo silêncio)) ou então outra pessoa... como também... por exemplo... trabalhando com uma costureira... ela poderia pegar uma li:nha... ela poderia pegar uma agulha

((plateia inicia burburinho, em oposição ao que debatedora acaba de falar)) e etcetera... esse tipo de trabalho mesmo... que ela conseguisse alguma renda ((mediadora segura plaquinha pedindo silêncio)) porque VALE lembrar que ela é uma CRIANÇA... --não é isso que vocês estão dizendo?-- Então tem esse tipo de trabalho que ela pode trabalhar... então tipo assim... ela não vai ter uma renda melhor? enTÃ:o eu queria dizer... ninguém --ninguém mesmo-- deseja o trabalho infantil... ((mediadora segura plaquinha pedindo silêncio)) só que a questão aqui é a necessidade... a necessidade das pessoas... que elas têm de colocar os menores pra trabalhar... é uma questão de necessidade... e não de vontade própria e nem de obrigação...

105. *Debatedor A (contra)*: você falou que essas crianças poderiam trabalhar sob supervisão... mas que:/ quem iria ficar supervisionando? (o patrão ia pagar alguém pra ficar supervisionando) e seria mais um gasto... ou ele mesmo quem iria ficar lá? Se ele pagou a criança/ se ele contratou a criança pra trabalhar... ele ia ficar lá perdendo o tempo dele? é: e hoje são mais de três milhões de crianças que: trabalham em condições precárias de saúde e ilegais... é: alguns cargos nas profissões... é: --(ta aí vendendo drogas) e:/ é um estudo feito/ feito po::r/ há alguns anos atrás... mas ainda é bem válido...-- é:... considere que: os benefícios econômicos (com) a eliminação do trabalho infantil () (sete) vezes maiores que os gastos na saúde... ou seja... os benefícios que: a eliminação do trabalho infantil traria... é bem mais que os gastos na saúde... () exemplo... é: não podemos botar um balanço pesado em uma árvore pequena... é: exemplo não podemos pedir para uma criança que arque com o preço do trabalho sem () algum... ((poucos aplausos))

A debatedora 5 (a favor) defende a tese “*eu sou a favor da permissão de trabalho de menores de quatorze anos pra ajudar no sustento da família*” argumentando que somente na condição de um trabalho supervisionado, não sendo um trabalho braçal, mas um trabalho auxiliar que conseguisse alguma renda para ajudar nas necessidades básicas da família. Durante a fala dela é possível perceber o burburinho do auditório, ao citar os exemplos das funções que o menor poderia ocupar.

Consideramos que esse argumento possui um grau de complexidade médio por ser consistente, apresentar coerência ao defender a tese do grupo (a favor) que ela faz parte. Além disso, não cita leis que defendam esse posicionamento, e nem faz interpretação equivocada. Contudo é perceptível a dificuldade de concatenar as ideias até por questão de maturidade, e isso pode prejudicar a compreensão. Essa é uma dificuldade não apenas da debatedora em questão, mas da maior parte dos debatedores que aos poucos estão se adequando ao gênero formal público, em que vários fatores são levados em consideração no momento da produção oral, são, conforme Gomes (2007), os seguintes: ritmo de fala, altura, tom de voz e entonação, adequação ao interlocutor e ao contexto, bem como a linguagem corporal. Trabalhar esses fatores desde as séries iniciais até o ensino médio proporcionará ao aluno o desenvolvimento da oralidade.

Na defesa do ponto de vista do debatedor A (contra), ele inicia a sua fala questionando o ponto de vista do seu oponente sobre quem de fato iria ficar supervisionando o trabalho da criança ou do adolescente menor de quatorze anos. Segundo ele são mais de três milhões de crianças que trabalham em condições precárias e ilegais. Ao fazer menção desse número tão

grande de crianças que trabalham em condições precárias, o debatedor não faz menção da fonte da pesquisa para que as pessoas possam checar essa informação.

Em seguida cita um estudo, mas também não menciona a fonte “*um estudo feito/ feito po::r/ há alguns anos atrás... mas ainda é bem válido...-- é:... considere que: os benefícios econômicos (com) a eliminação do trabalho infantil () (sete) vezes maiores que os gastos na saúde... ou seja... os benefícios que: a eliminação do trabalho infantil traria... é bem mais que os gastos na saúde...*” Este exemplo não deixa claro a conclusão da sua ideia. Assim consideramos os argumentos apresentados por ele com um grau de complexidade baixo porque apresenta argumentos inconsistentes e confusão na exposição das ideias. De acordo com os nossos critérios elaborados para o que consideramos desvio e manutenção disponível na página 70, consideramos que os debatedores fizeram uso de argumentos na defesa da sua tese que mantém o tema do debate, mesmo que tenham apresentado grau de complexidade médio e baixo. Vejamos o quadro resumo.

Quadro 11 - Parte 2 do 6º bloco do debate “Deveria ser permitido o trabalho de crianças e adolescentes menores de 14 anos para ajudar no sustento da família?”

Tópico	Síntese dos argumentos	Grau de complexidade dos argumentos	Estratégias
<u>Trabalho supervisionado para menores de quatorze anos</u> (tópico levantado pela debatedora 5 (a favor) na fala (104))	A debatedora 5 (a favor) defende a tese de que é a favor da permissão do trabalho do menor de quatorze anos para ajudar no sustento da família, desde que seja supervisionado.	Grau médio	Manutenção do tópico discursivo como estratégia de fortalecer argumentos.
	O debatedor A (contra) questiona de que maneira o trabalho seria supervisionado. Segundo ele são mais de três milhões de crianças que trabalham em condições precárias e ilegais, mas não faz menção da referência da pesquisa.	Grau baixo	Manutenção do tópico discursivo como estratégia de fortalecer argumentos.

Fonte: Elaboração própria em 2019

7º Bloco do debate “Deveria ser permitido o trabalho de crianças e adolescentes menores de 14 anos para ajudar no sustento da família?”

O sétimo bloco é composto por pergunta, resposta, réplica e tréplica entre os debatedores 1 (a favor) e o E (contra). Para a análise deste bloco, selecionamos apenas as perguntas e respostas. Vejamos.

106. *Mediadora*: iremos agora para o sétimo bloco... onde o debatedor E Ana Maria... e o debatedor um... Rian... irão fazer perguntas alternadas com direito a réplica e a tréplica...

107. *Debatedor 1 (a favor)*: bem... () suponhamos que... em uma família com cinco pessoas... na qual... quatro delas são menores de quatorze anos... vivem exclusivamente da (agricultura) familiar... e necessitam da força de trabalho de todos... inclusive dos menores... para que dê para pagar todas as contas no final do mês... pois os programas sociais são incapazes de suprir todas as necessidades financeiras... qual seria a saída para que essa família não passe fome? Já que esse/ já que essa alternativa não é aprovada por vocês?

108. *Mediadora*: você tem dois minutos pra responder... ((fala para debatedora E))

109. *Debatedora E (contra)*: quantos?

110. *Mediadora*: dois minutos..((debatedora E faz sinal afirmativo com a cabeça, indicando que entendeu quanto tempo ela tem para responder as indagações de seu oponente))

111. *Debatedora E (contra)*: então... é: eu gostaria de ressaltar que... além de bolsas... --como já se falou de bolsa família... bolsa escola... também bolsas para deficientes debilitados--... também existe uma bolsa agrícola... que é pra famílias que dependem da agricultura e tiram seu sustento dela... se uma família tem cinco filhos... e eles sabiam que eles não iam conseguir sustentar... então por que que eles tiveram? é: uma pessoa do auditório disse que poderiam recorrer a adoção... é:... já que os métodos contraceptivos... às vezes não funcionam... então: por que que eles sabiam que não iam conseguir sustentar CINCO crianças... por que que eles tiveram essas cinco crianças?

122. *Mediadora*: agora tu vai perguntar pra ele...((fala direcionada a debatedora dez))

123. *Debatedora E (contra)*: é: eu gostaria de perguntar... de que forma o trabalho infantil... ele preveniria a marginalidade?

124. *Debatedor 1 (a favor)*: ele preveniria assim... porque:... a partir do momento em que... --(já dizia o ditado) “cabeça: vazi:a é:...-- ((debatedor balança cabeça, supondo que debatedora saberia o final da frase. Logo após, plateia interage com risadas e burburinho, e mediadora segura plaquinha pedindo silêncio)) a partir do momento que você ()... você tá proporcionando uma não... é:... optar pelos caminhos errados... ()

O debatedor 1 (a favor) formula sua pergunta com base em um exemplo hipotético, no qual cita uma família com cinco pessoas na qual quatro são menores de quatorze anos e vivem da agricultura familiar onde todos precisam trabalhar, pois os programas sociais não são suficientes para suprir todas as necessidades financeiras. Com isso o debatedor pergunta “qual seria a saída para que essa família não passe fome? Já que esse/ já que essa alternativa não é aprovada por vocês?”

O debatedor E (contra) responde a pergunta citando as diversas bolsas que muitas famílias podem receber do governo como, por exemplo, o bolsa agrícola que de acordo com ele é voltado para famílias que dependem da agricultura. O debatedor não cita a saída para que as famílias em situações precárias não passe fome, mas desvia parcialmente o tópico

argumentando que se os pais sabiam que não tinham condições para sustentar os filhos então por que tiveram? Após esse questionamento cita a adoção como solução e os métodos contraceptivos encerrando sua fala questionando mais uma vez “*então: por que que eles sabiam que não iam conseguir sustentar CINCO crianças... por que que eles tiveram essas cinco crianças?*” Esse argumento formado por subtópicos que possuem uma relação indireta com o tópico central desviam parcialmente o assunto debatido para tratar do controle da natalidade, sem considerar a falta de informação dos pais para evitar uma gravidez indesejada.

No momento da elaboração da pergunta ao seu oponente, ele muda o foco na fala (123) perguntando “*de que forma o trabalho infantil... ele preveniria a marginalidade?*” Sabemos que o ponto central do debate é saber se deveria ser permitido o trabalho de menores de quatorze anos para ajudar no sustento da família. Portanto acreditamos que ao fazer menção da marginalidade, o debate pode ser desviado para uma série de pontos que esse subtópico traz. Além disso, o debatedor E (contra) pode estar induzindo o seu oponente a mudar consequentemente o foco do debate para tratar do trabalho infantil como forma de prevenção da marginalidade.

Em resposta a pergunta formulada, o debatedor 1 (a favor) tenta argumentar na fala (124) que preveniria de tal forma, inicia um dito popular, mas não consegue completar o seu raciocínio. Percebemos que a pergunta elaborada pelo debatedor E (contra) na fala (123) prejudicou o debatedor 1 (a favor) pois ele não conseguiu argumentar sobre o subtópico marginalidade, e com isso enfraqueceu seu próprio argumento, não conseguindo a adesão do público ao tentar falar. Os argumentos apresentados pelos debatedores consideramos que possuem um grau de complexidade baixo pois apresentam argumentos inconsistentes, prolixidade, utilização frases e ditos populares, ausência de clareza na exposição das suas ideias.

Após a leitura e análise desses argumentos, consideramos importante ressaltar que a capacidade de preservação de face é uma habilidade social, Golfman (1967 apud PAIVA, 2008), e durante o momento da interação é imprescindível atentar para a proteção da nossa própria face e a do outro. Desse modo, em relação ao nosso contexto de análise, o debatedor deve manter a conduta a partir do que considera ser mais apropriado ao contexto comunicacional, refletindo e ponderando sobre os argumentos e questionamentos que serão apresentados, possibilitando que todos se ajudem, tanto no processo de defender sua própria face como a face do outro.

No quadro resumo apresentamos o grau de complexidade desses argumentos e as estratégias utilizadas.

Quadro 12 – 7º Bloco do debate “Deveria ser permitido o trabalho de crianças e adolescentes menores de 14 anos para ajudar no sustento da família?”

Tópico	Síntese dos argumentos	Grau de complexidade dos argumentos	Estratégias
O trabalho infantil e os programas sociais (tópico levantado pelo debatedor 1 (a favor) na fala (107))	O debatedor E (contra) responde a pergunta formulada argumentando que existem várias bolsas do governo, entre elas, o bolsa agrícola que poderia ajudar no sustento da família, porém desvia o tópico para tratar do controle da natalidade.	Grau baixo	Desvio do tópico central como estratégia de proteção de face.
Subtópico	Síntese dos argumentos	Grau de complexidade dos argumentos	Estratégias
O trabalho infantil e a marginalização Subtópico levantado pelo debatedor E (contra) na fala (123)	O debatedor 1 (a favor) ao ser questionado tenta argumentar que o trabalho infantil preveniria a marginalidade de tal forma, mas não consegue concluir seu raciocínio.	Grau baixo	Desvio do tópico central como estratégia de proteção de face

Fonte: Elaboração própria em 2019

8º Bloco do debate “Deveria ser permitido o trabalho de crianças e adolescentes menores de 14 anos para ajudar no sustento da família?”

Este último bloco é formado apenas pela apresentação das ideias e dos argumentos entre os debatedores C (contra) e 3 (a favor). Vejamos.

135. *Mediadora*: (acabou seu tempo também)... daremos início então... para finalização... o oitavo bloco para (a final) dos grupos... o debatedor C... Ruan... e:: o debatedor três... Cláudio... finalizarão com a apresentação de ideias e argumentos... terão três minutos para finalizar a participação de seus grupos... Professor: é o vídeo é?((longa pausa))
136. *Debatedor C (contra)*: ((debatedor fala, fazendo leitura de papel anexo em sua ficha de debate)) se pensarmos que os jovens devem pri::/ pri:o:ri:z:ar o trabalho em pleno período de estudos... é possível que o mesmo não tenha tempo para qualificação em ensino superior... pois não há notícias de que empregabilidade coloque o menor em condições trabalhistas legais...
137. *Debatedor 3 (a favor)*: ((grupo do debatedor um apresenta um vídeo, que fala sobre as dificuldades enfrentadas por crianças carentes. O vídeo inicia com o relato de uma mãe que manda seu filho para escola, esperando que lá ele tenha, pelo menos, uma refeição. Porém, no decorrer do vídeo, uma professora explica que a escola não serve merenda, e que às vezes esses alunos merendavam porque elas, as próprias professoras, compravam. O vídeo se encerra com o caso de uma menina que era abusada sexualmente para conseguir comida)) é: de acordo com as imagens (...) ((mediadora interrompe para verificar se já passaram os três minutos, após ser constatado que o debatedor um ainda possui tempo, ele retoma a fala)) é: de acordo com o desembargador nelson () “não tem outra ferramenta legal para socorrer uma família de baixa renda... a não ser autorizar o menor a trabalhar... e não há nada inconstitucional nisso”... ((aplausos e debatedor 3 sai))

O debatedor C (contra) finaliza a defesa do ponto de vista do grupo contra o trabalho de crianças e adolescentes para ajudar no sustento da família argumentando que se o jovem priorizar o trabalho em detrimento dos estudos, provavelmente ele não terá tempo para se qualificar no ensino superior, pois de acordo com ele “*não há notícias de que empregabilidade coloque o menor em condições trabalhistas legais...*”. Esse argumento do debatedor põem em evidência as diversas situações de vulnerabilidade em que muitas crianças e adolescentes passam nos locais de trabalho ilegais, pois sabemos que eles existem e ainda é uma realidade no Brasil. Assim, para o jovem como é citado pelo debatedor e entendemos como adolescentes, conseguir conciliar os estudos com o trabalho é uma tarefa que requer disciplina e esforço. O debatedor C (contra) faz uso de um argumento na defesa da sua tese que mantém o tema do debate. Esse argumento possui um grau de complexidade médio pois é consistente, coerente, utiliza uma linguagem coloquial e há a manutenção do tópico central. Ele usou a estratégia da manutenção do tópico discursivo como forma de fortalecer os argumentos.

Já o debatedor 3 (a favor) concluiu a defesa do ponto de vista do seu grupo (a favor) do trabalho de crianças e adolescentes para ajudar no sustento da família apresentando um vídeo que mostra a precariedade em que muitas famílias vivem, tendo na escola uma oportunidade para alimentar seus filhos. O vídeo termina mostrando a situação de uma menina que era abusada sexualmente para conseguir comida. Após a exibição do filme, o debatedor cita uma alegação do desembargador Nelson que diz *“não tem outra ferramenta legal para socorrer uma família de baixa renda... a não ser autorizar o menor a trabalhar... e não há nada inconstitucional nisso”*... Por fazer menção da opinião desse desembargador na apresentação dos seus argumentos, vemos que o debatedor 3 (a favor) reafirma o ponto de vista do seu grupo que é a favor do trabalho de menores de quatorze anos. Esse argumento possui um grau de complexidade médio pois mantém o tema do debate de forma coerente e consistente. A seguir, apresentaremos o quadro resumo.

Quadro 13 – 8º Bloco do debate “Deveria ser permitido o trabalho de crianças e adolescentes menores de 14 anos para ajudar no sustento da família?”

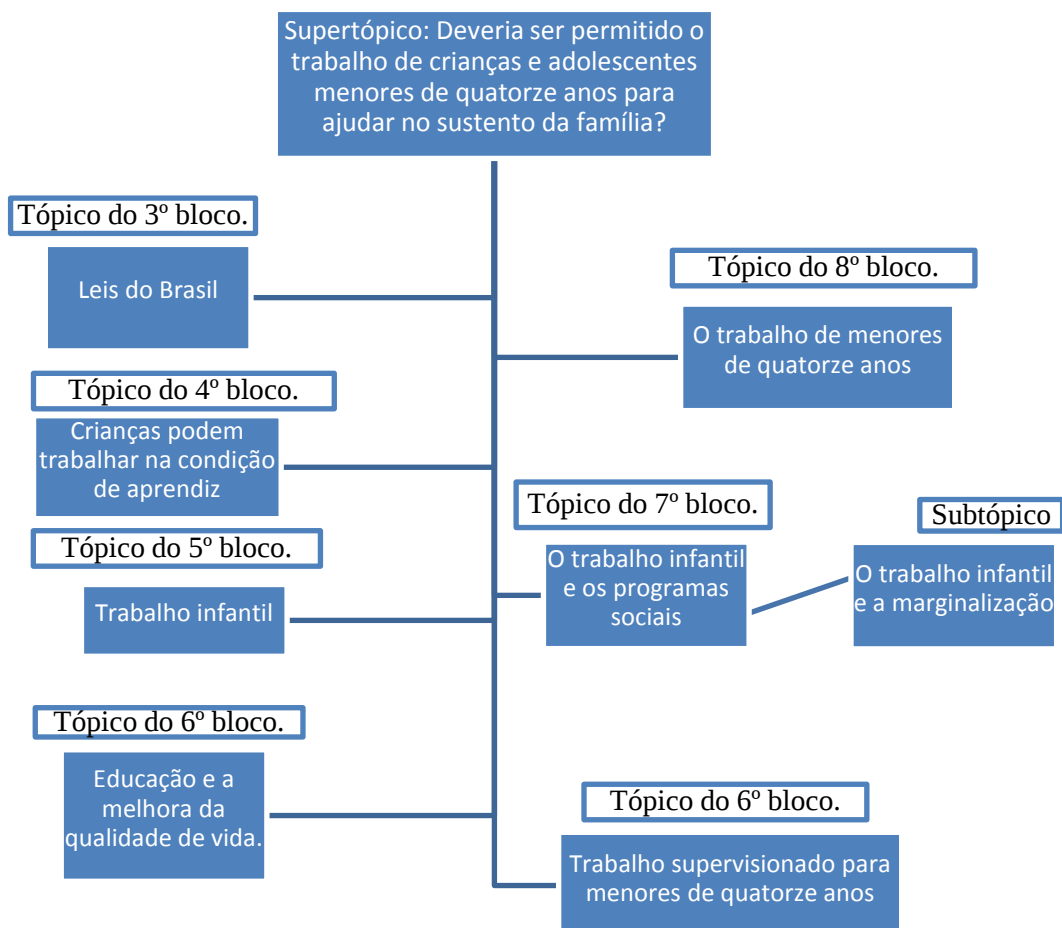
Tópico	Síntese dos argumentos	Grau de complexidade dos argumentos	Estratégias
<u>O trabalho de menores de quatorze anos</u> (tópico levantado pelo debatedor C (contra) na fala (136)).	O debatedor C (contra) argumenta que se o jovem priorizar o trabalho em detrimento dos estudos, provavelmente ele não terá tempo para se qualificar no ensino superior. Além disso, faz menção que não há registro de condições trabalhistas legais para atender o menor.	Grau médio	Manutenção do tópico discursivo como estratégia de fortalecer argumentos.
	O debatedor 3 (a favor) apresenta um vídeo e finaliza citando o posicionamento de um desembargador a favor da autorização do trabalho do menor como forma de ajuda para as famílias de baixa renda.	Grau médio	Manutenção do tópico discursivo como estratégia de fortalecer argumentos.

Fonte: Elaboração própria em 2019

Após este bloco foi encerrado o debate. O 9º bloco se trata do encerramento, onde dois alunos que já participaram do *projeto Polêmicas em Debate* tem a oportunidade de escolher os melhores debatedores daquele dia. Em seguida, o professor coordenador do projeto faz as considerações finais e os agradecimentos.

Apresentaremos abaixo a partir dos estudos de Fávero (1999), organização tópica dos tópicos discursivos realizados no primeiro debate. Esse organograma elaborado por nós teve como base os quadros tópicos (QTs) de Fávero (1999) como já mencionamos na página 18. Vejamos.

Figura 3 - Quadro tópico 1



Fonte: Elaboração própria em 2019

Esse primeiro debate teve a presença do supertópico “Deveria ser permitido o trabalho de crianças e adolescentes menores de quatorze anos para ajudar no sustento da família?” e de

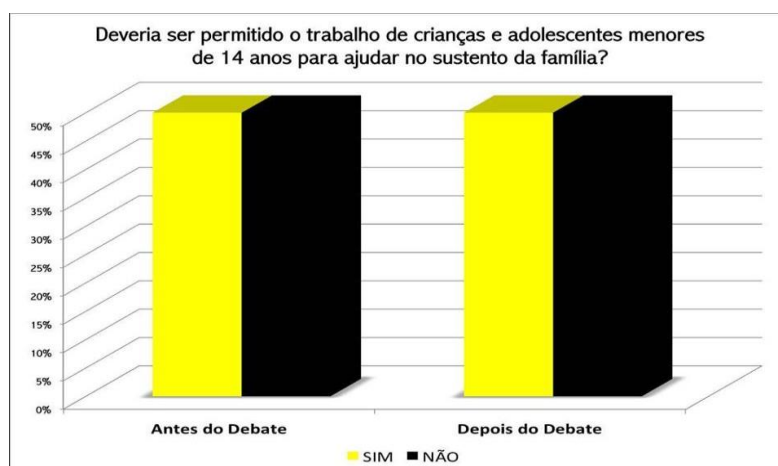
sete tópicos e um subtópico que foram surgindo no decorrer do debate. Como no 6º bloco dividimos a análise em duas partes, apresentamos também os tópicos de cada uma. Por isso consta no organograma ou quadros tópicos a presença de dois tópicos diferentes nesse bloco.

Por esse quadro tópico vemos que há uma coerência entre o supertópico e os tópicos introduzidos em cada bloco. A criação de quadros tópicos é importante para compreendermos o percurso que os debatedores fizeram durante o debate. Pelos quadros observamos que em determinados blocos mantiveram constantemente a relação direta com o tópico central ou supertópico do debate e em outros blocos o debatedor introduziu um novo tópico para desviar o tópico central, para falar sobre aquilo que ele gostaria por se sentir seguro ou por não querer mais falar da temática central do debate.

A temática desse debate, discutida no projeto, dividiu opiniões antes e depois do debate. De acordo com o professor coordenador do projeto, o debate tem enorme participação e interação dos alunos. Tanto do ponto de vista daqueles que estão mediando e debatendo e principalmente daqueles que estão na plateia. Os alunos interagem por meio de votação, via aplicativo, também interagem depois dos debates, nos grupos das redes sociais, no ônibus.

Para comprovar isso, apresentaremos abaixo o resultado de uma enquete realizada via aplicativo do próprio projeto em que os alunos puderam baixar e votar de acordo com o seu posicionamento. O resultado é divulgado na página do facebook do Polêmicas em Debate o qual veremos a seguir.

Figura 4 - Resultado da enquete: Deveria ser permitido o trabalho de crianças e adolescentes menores de 14 anos para ajudar no sustento da família?



Fonte: (POLÊMICAS ..., 2017 b)

Por esse resultado, vemos que o total das pessoas que são contra e a favor da permissão do trabalho de crianças e adolescentes menores de quatorze anos é o mesmo antes e depois da votação, sendo assim, acreditamos que não houve mudança de opinião das pessoas que votaram.

Ressaltamos que o resultado da enquete após o debate pode estar relacionado com o grau de complexidade dos argumentos apresentados pelos debatedores conforme a nossa classificação que se encontra na página 63. Num total de quatorze argumentos analisados, seis foram considerados com grau de complexidade baixo, seis considerados médio e apenas dois elevados. Isso mostra que os argumentos apresentados pelos dois grupos não fizeram com que as pessoas que participaram do debate, seja debatendo ou no auditório mudassem de opinião. Mas os argumentos apresentados mostram que os alunos estão cada vez mais se preparando para o debate, de modo que mesmo após os contra-argumentos do grupo contrário permaneceram firmes seguindo o ponto de vista do grupo. Em relação as estratégias utilizadas consideramos que houve três desvios e onze manutenções do tópico discursivo central. Compreendemos que a estratégia da manutenção do tópico como forma de fortalecer os argumentos teve uma recorrência maior.

A partir deste momento, daremos início à análise do segundo debate *O sistema de cotas pode tornar a sociedade mais justa?* Como o anterior tem a participação de um mediador e dez debatedores divididos em dois grupos. O grupo representado por letras são contra o sistema de cotas, e o grupo representado por números são a favor. Os debates que apresentaremos no primeiro e segundo blocos foram colocados na íntegra.

1º bloco do debate “O sistema de cotas pode tornar a sociedade mais justa?”

O primeiro bloco é composto por perguntas, argumentos, réplica e tréplica para ambos debatedores.

1. *Debatedor A (contra)* - oi boa noite...
[
((risos do público))
(bom) se/se as cotas (são impostas) então para que não haja discriminação por parte (de acordo com a sexualidade) porque não existe cota para homossexuais...
bissexuais...transexuais também já que existe tanta discriminação contra eles?
2. *Mediador* – agora o debatedor 5 irá responder a pergunta formulada
3. *Debatedor 5 (a favor)* – oi... primeiramente boa noite ((Público diz boa noite)) assim é:: as cotas elas tem um objetivo pra primeiramente ser criadas... e elas não são criadas do nada ... então acho que a partir do momento que/que as classes sociais são discriminadas é preciso sim criar um:: tipo criar cotas para pessoas assim mas como ainda não foi criado é só um:a maneira de pensar ou criar ... ainda não foi implementado mas pode ser no futuro
4. *Mediador* – agora o debatedor A está com direito a réplica

5. *Debatedor A (contra)* – bom mas: essas pessoas também elas sofrem () por pelo mesmo preconceito que os negros também sofrem elas também mas elas não têm esse direito que eles têm e as cotas elas são impostas... por que essas pessoas não têm esse direito de ter? ((risos do público))
6. *Mediador*: silêncio... agora o debatedor 5 está com direito a tréplica
7. *Debatedor 5 (a favor)*- é como eu disse
[
((risos))
eu: não crio as leis não... quem cria é eles
((risos e aplausos do público))
8. *Debatedor 5 (a favor)* ()
9. *Mediador* – agora o debatedor 5 irá formular sua pergunta
10. *Debatedor 5 (a favor)*- sabendo que a (rede) de cotas são oportunidade e que sem elas a desigualdade no Brasil só aumentará e o risco dessas pessoas continuarem nessa condição é enorme... então porque não ser a favor de uma política de inclusão que faz com que pessoas menos favorecidas tenham oportunidades/ tenham oportunidades na vida?
11. *Mediador*- agora o debatedor A irá responder a pergunta formulada.
12. *Debatedor A (contra)*: bom a maioria da população é negro e/ou pobre e as () seriam para essas pessoas mas como elas são a maioria não dá pra inserir todas então uma parte é inserido e outra incluído então isso é desigual não acha?
13. *Mediador* : o debatedor 5 está com direito a réplica
14. *Debatedor 5 (a favor)*: eu não acho isso porque se olharmos bem éh:: tem sempre uma concorrência... mas nosso sistema ele é por si só ele desfavorece muito muito a população pobre e as cotas estão aí pra ajudar essas pessoas... se essas pessoas não tiverem ajuda claro que não vão conseguir nunca éh:: como se diz ascender em postos de comando... no Brasil o que se percebe é que:: a maior parte das pessoas elas:: quer dizer a maioria da população ela é pobre e o:: como é ? e:: assim elas não tem condições de/de estudar em escolas de qualidade ... então se fizermos isso não vai ser muito:: dizer que é desigual porque tem concorrência em todo canto
15. *Mediador*: agora o debatedor cin agora o debatedor A está com direito a tréplica.
16. *Debatedor A (contra)*: bom mas a cota foi criada para inserir masisé/ será que todos... só recebe uma parte então a cota:: deixa a sociedade mais justa ? Eu creio que não ... então:: você apoia a cota mesmo ou ela torna a sociedade tecnicamente injusta? Pois ela só recebe uma parte não toda

O debatedor A (contra) o sistema de cotas iniciou a sua fala (1) com uma saudação ao público e formulou sua pergunta questionando ao seu oponente o porquê de as cotas não serem adotadas para a comunidade LGBTQI+ tendo em vista ser bastante discriminada na sociedade. Ele defende a tese de que deve haver cotas para gays, bissexuais, transexuais e para os demais pertencentes a comunidade por serem discriminados. Porém, não fez menção se essas cotas direcionadas a essa comunidade que ele acredita ser pertinente existir, seriam para a entrada em universidades ou para atividades profissionais, pois de acordo com uma pesquisa que fizemos para ter conhecimento do assunto do debate, o sistema de cotas é uma forma de reservar vagas para determinados grupos. Ele foi criado para dar acesso a negros, índios, deficientes, estudantes de escola pública e de baixa renda em universidades, concursos públicos e mercado de trabalho.

De acordo com essa informação pesquisada por nós, fica evidente que não são inclusos nos grupos cotas relacionadas à sexualidade das pessoas. Esse questionamento levantado pelo debatedor A (contra) é um argumento inconsistente, tratando-se de uma incoerência, pois faltou a ele o conhecimento da Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012, em que os membros da comunidade LGBTQI+ citada por ele já estariam inclusos, não apenas pela sua sexualidade, mas porque muitos se encaixam nos requisitos da lei anteriormente citada.

O debatedor 5 (a favor) inicia a sua fala com uma saudação ao público. Ele responde a pergunta do seu oponente mantendo o tópico que foi iniciado, argumentando que as cotas surgiram para atender às necessidades da população, com objetivos bem definidos. E a partir de outra necessidade acredita que poderá surgir cota para atender a outra parte da população. Na sua fala (3) deixa subentendido que concorda parcialmente com a opinião do debatedor A (contra) quando disse *“então acho que a partir do momento que/que as classes sociais são discriminadas é preciso sim criar um:: tipo criar cotas para pessoas (assim)”*. Assim conforme os nossos critérios previamente elaborados, acreditamos que esse argumento possui um grau de complexidade médio, pois é consistente, coerente e manteve o tópico discursivo “a criação de lei de cotas” levantado pelo debatedor A (contra), assim o debatedor 5 (a favor) utiliza tópicos que mantêm uma relação direta com o tópico central, logo usou como estratégia argumentativa a manutenção do tópico discursivo como meio de fortalecer seus argumentos.

O debatedor A (contra) utiliza o momento da réplica na fala (5) para defender seu ponto de vista com um argumento tênue ao comentar que essas pessoas se referindo à comunidade LGBTQI+ sofrem pelo mesmo preconceito que os negros, vemos que não se trata do mesmo preconceito, mas de outro. Assim consideramos baixo o grau de complexidade dos seus argumentos, pois é inconsistente, mas manteve o tema do debate. Como ele utilizou tópicos relacionados ao tema central do debate, ele utilizou como estratégia a manutenção do tópico para tentar fortalecer seus argumentos.

O debatedor 5 (a favor) na fala (10) formula sua pergunta defendendo inicialmente a tese *“cotas são oportunidade e que sem elas a desigualdade no Brasil só aumentará e o risco dessas pessoas continuarem nessa condição é enorme”* com base em argumentos consistentes, ele diz que as cotas trazem oportunidade para muitas pessoas, demonstrando assim, conhecimento do senso comum de que o Brasil é conhecido pelas suas desigualdades sociais, e com essas oportunidades amenizariam as desigualdades. Utiliza fatos como *“quer dizer a maioria da população ela é pobre”*, sabemos que essa ainda é uma realidade no Brasil. Ele finaliza com uma pergunta ao seu oponente instigando a argumentar o motivo pelo qual não

ser a favor de uma política de inclusão como as cotas. Assim o debatedor faz uso de argumentos na defesa da sua tese que mantêm o tema do debate.

Durante a transcrição deste bloco pudemos perceber que o debatedor 5 (a favor) consegue articular as palavras de forma mais clara para que o seu oponente e o público consigam compreender o posicionamento defendido por ele, além de expressar seus argumentos de forma coerente e consistente o que facilitou no momento da transcrição. Já o debatedor A (contra), nós tivemos mais dificuldade em compreender o seu posicionamento por ele falar rápido, não articulando devidamente as palavras, o que dificultou a compreensão, por isso na fala (1) algumas palavras aparecem dentro do parêntese. Na fala (5) e na fala (12) os parênteses estão vazios pois não conseguimos compreendê-lo.

A argumentação exige do sujeito que argumenta construir um ponto de vista lógico, uma explicação, buscando experiências individuais e coletivas a partir de um determinado lugar e tempo de uma situação com objetivo persuasivo (KOCH; ELIAS 2016). Vemos que os argumentos e questionamentos usados pelos debatedores acima se basearam em experiências individuais e coletivas, o que também é importante no momento da defesa de um ponto de vista, pois argumentar envolve a habilidade de dialogar e discutir assuntos que sejam do conhecimento das pessoas envolvidas. Isso mostra que o tema do debate faz parte do interesse e do conhecimento de mundo dos debatedores, o que contribuiu para o desenvolvimento do debate. Assim corroboramos da mesma ideia de Dolz, Schneuwly e De Pietro (2004) quando dizem que a escolha do tema a ser trabalhado com os alunos deve ser do interesse deles, que os permitam um progresso real, que corresponda a um contexto real e que pertença a um campo em que o aluno sinta que pode ser levado a intervir, o que foi um ponto significativo a escolha do tema do debate para a construção do conhecimento dos alunos envolvidos no projeto *Polêmicas em debate*.

O tema do primeiro debate que estamos analisando é “*O sistema de cotas pode tornar a sociedade mais justa?*”, que também se refere ao tópico discursivo principal do debate, porém, à medida que os debatedores vão tendo a oportunidade de fazer suas perguntas, um novo tópico vai surgindo. Em virtude disso e com o intuito de sintetizar a análise dos argumentos, elaboramos quadros resumo, para apresentar o tópico discursivo presente na discussão, a qualidade dos argumentos (consistentes ou inconsistentes) e as estratégias. Vejamos.

Quadro 14 – 1º Bloco do debate “*O sistema de cotas pode tornar a sociedade mais justa?*”

Tópico	Síntese dos argumentos	Grau de complexidade dos argumentos	Estratégias
Criação de leis de cotas (da fala 1 a 9). Tópico levantado pelo debatedor A (contra).	O debatedor A (contra) levanta o tópico sobre criação de leis de cotas através de uma pergunta (fala 1) direcionada ao seu oponente, utilizando o argumento de que é preciso criar cotas para a comunidade LGBTQI+ já que eles sofrem pelo mesmo preconceito que os negros.	Grau baixo	Manutenção do tópico discursivo como estratégia de fortalecer argumentos.
Subtópico	Síntese dos argumentos	Grau de complexidade dos argumentos	Estratégias
A lei de cotas como forma de amenizar as desigualdades (da fala 10 a 16). Subtópico levantado pelo debatedor 5 (a favor)	O debatedor 5 (a favor) levanta esse tópico através de uma pergunta direcionada ao seu oponente, utilizando o argumento a lei de cotas proporciona oportunidades que podem diminuir as desigualdades no país.	Grau médio	Manutenção do tópico discursivo como estratégia de fortalecer argumentos.

Fonte: Elaboração própria em 2019

2º Bloco do debate “*O sistema de cotas pode tornar a sociedade mais justa?*”

O segundo bloco é formado pela apresentação dos argumentos de ambos debatedores.

17. *Mediador*: agora eu convido o debatedor E e 1 para apresentarem as suas ideias e seus argumentos

(as duas debatedoras se aproximam da bancada)

18. *Mediador*: professor Pedro ... apresentação do vídeo. O debatedor E irá apresentar as suas ideias... os seus argumentos

19. *Debatedor E (contra)*: bom... primeiramente quem é a favor das cotas é contra a educação... esse sistema de cotas é mais para disfarçar a falta de investimento na educação do país por parte do governo ... essa lei é um tapa buraco da rede pública de

ensino que não investe na educação e usa meios para fingir que está fazendo algo pela população quando na verdade estão apenas restringindo certos direitos e benefícios na educação que a massa de estudantes deveria ter desde o começo ... olha veja em vez de investir em educação de base capacitar o sujeito desde a infância o governo empurra ele pra um falso ensino médio e ensino superior

20. *Mediador*: agora da mesma forma o debatedor 1 irá apresentar seus/seus argumentos ((o mediador e os debatedores esperam até que soltem o vídeo))
<https://www.youtube.com/watch?v=ASM8ovaSpro>

O vídeo apresentado pelo grupo a favor das cotas mostra uma criança de apenas 9 anos reclamando da falta de estrutura de uma escola pública do Maranhão. O vídeo foi gravado por alguém da escola e postado nas redes sociais. O caso ganhou repercussão e por isso um repórter de uma emissora foi verificar a situação. Durante a reportagem o garoto diz ao repórter que falta tudo: banheiro, merenda, água potável, uma boa escola, séries divididas em salas, tendo em vista que todos os alunos de diferentes idades estudam todos juntos em uma única sala, são alunos do 5º ano misturado com o 3º ano e assim sucessivamente, é uma escola multiseriada. Essa escola funciona em um casebre de palha sem as mínimas condições de funcionamento. Durante a reportagem o repórter também mostra outras escolas no mesmo estado do Maranhão que funcionam em casebres de chão de terra batida, com cadeiras em péssimo estado, sem banheiros etc. O repórter procurou o prefeito de Peritoró-MA, mas o mesmo não se encontrava na cidade. O secretário de educação da cidade apresentou uma solução para a escola do garoto. Disse que a proposta é colocar um ônibus para fazer o deslocamento dos alunos para outra escola mais próxima.

21. *Debatedor 1 (a favor)*- bem como podemos ver nesse vídeo mostra a indignação de uma criança de 9 anos porque sabemos que a qualidade do ensino público é precária no Brasil... então se eles fossem optar por melhorar a qualidade de ensino tipo:: demoraria anos então eles optaram por tipo procurar um sistema que fosse rápido e eficaz então eles optaram pelo sistema de cotas que faria com que essas pessoas elas tivessem oportunidades na vida coisa que se não houvesse o sistema de cotas tipo essa criança de 9 anos não teria ou você acha que essa criança não deve ter uma chance de ir pra alguma universidade ou algo do tipo?

Na abertura do segundo bloco, o debatedor E (contra) na fala (4) faz uma afirmação errônea quando diz “*quem é a favor das cotas é contra a educação...*” defende a tese que se houvesse uma educação igualitária para todas as pessoas desde as séries iniciais, não precisaria fazer uso das cotas. Ele considera as cotas como um remendo na educação brasileira. Na opinião do debatedor “*quem é a favor das cotas é contra a educação...*”, segundo ele a falta de investimento na educação permitiu o surgimento do sistema de cotas como “um tapa buraco”, ou seja, uma forma dos governantes dizerem a população que está investindo na educação. Porém se confunde ao fazer uso da lei como sendo da rede pública “*essa lei é um tapa buraco da rede pública de ensino*”, sabemos que se trata de um problema político e governamental. É de conhecimento comum à realidade educacional brasileira do ensino público e a constatação da qualidade de ensino de diversas instituições em detrimento de outras. Os argumentos apresentados para defender a tese apresentam uma confusão na exposição das ideias, prolixidade, utilização de frase do senso comum “*Essa lei é um tapa buraco*”, e inconsistência, logo esses argumentos possuem um grau de complexidade baixo.

Em relação aos nossos critérios para identificar se houve desvio ou a manutenção do tópico, consideramos que o debatedor fez uso de tópicos que mantêm relação com o tópico central.

O debatedor 1 (a favor) reitera concordando com a fala de seu oponente ao afirmar que “*a qualidade do ensino público é precária no Brasil...*” Mas se apresenta a favor do sistema de cotas por perceber que muitas pessoas que não tiveram um ensino público de qualidade seriam prejudicadas caso as cotas não existissem, assim as cotas surgem como oportunidades para quem deseja entrar na universidade ou no mercado de trabalho e se enquadra no perfil para concorrer a vagas pela lei de cotas. Utiliza fatos para defender seu ponto de vista ao citar o menino do vídeo (recurso utilizado pelo grupo a favor das cotas) “*bem como podemos ver nesse vídeo mostra a indignação de uma criança de 9 anos*”, se trata de um fato real conhecido pela sociedade. Ele encerra a defesa da sua tese questionando o seu oponente a partir do exemplo do garoto fazendo-o refletir sobre essa constatação do ensino público no Brasil. Então seus argumentos possuem consistência, a utilização de fatos; a manutenção do tópico cotas, e do tópico levantado pelo seu oponente, utilizando uma linguagem coloquial. Portanto, consideramos com grau de complexidade médio. Além disso, utilizou argumentos que mantêm relação direta com o tópico central, logo, utilizou a manutenção dos tópicos como estratégia para fortalecer seus argumentos.

Reforçamos o posicionamento de Leitão (2011) em relação ao papel do oponente no momento da defesa do seu argumento, de que é necessário trazer para o diálogo dúvidas, questões e afirmações que ponha em evidência os argumentos do proponente. É na formulação de resposta a contra-argumentos, pelo proponente, que novas possibilidades de entendimento do tópico discutido podem então ser geradas. Todos os questionamentos levantados pelos debatedores são significativos para o debate, pois faz o auditório refletir acerca de por menores que envolvem o tópico em questão. Abaixo veremos o resumo apresentado no quadro.

Quadro 15 – 2º Bloco do debate “*O sistema de cotas pode tornar a sociedade mais justa?*”

Tópico	Síntese dos argumentos	Grau de complexidade dos argumentos	Estratégias
A lei de cotas e a falta de investimento na educação Tópico levantado pelo debatedor E (contra) na fala (19).	O debatedor E (contra) levantou esse tópico para defender que a educação brasileira é precária e a falta de investimento ocasionou o surgimento da lei de cotas como uma forma dos governantes dizerem que estão investindo na educação.	Grau baixo	Manutenção do tópico discursivo levantado por seu oponente como estratégia de fortalecer argumentos.
	O debatedor 1 (a favor) argumenta que a qualidade no ensino público é precária no Brasil. Mas defende que as cotas trazem oportunidade para as pessoas que não tiveram acesso a uma educação de qualidade. Defende a criação das cotas por parte do governo como uma forma imediata de investir na educação que traz oportunidades a pessoas menos favorecidas.	Grau médio	Manutenção do tópico discursivo levantado por seu oponente como estratégia de fortalecer argumentos.

Fonte: Elaboração própria em 2019

3º Bloco do debate “O sistema de cotas pode tornar a sociedade mais justa?”

Para a análise do terceiro bloco fizemos dois recortes que foram divididos em duas partes: a primeira com pergunta, resposta, réplica e tréplica; e a segunda com apresentação de dois argumentos.

Primeira parte do debate

24. *Debatedor B (contra)* : bom o ministro Celso de Melo diz em sua justificativa ao seu voto a favor do sistema de cotas que a (adoção) de mecanismo compensatório fundados em políticas públicas de ações afirmativas tem por explícita finalidade contribuir para realização do plano material do princípio constitucional de igualdade além de revelar a extrema finalidade a exigência que é também constitucional de viabilizar a promoção do bem estar de todos... de erradicar a marginalização e de fazer respeitar o postulado da dignidade da pessoa humana... visto que o Brasil está (repleto) de desigualdade e que a maior parte da população não tem bem estar social como é um dado do IPE Instituto de pesquisa de economia aplicada que diz que cinquenta/porcen cinquenta milhões de habitantes do Brasil estão em extrema pobreza ... você ... você acha que a adoção de políticas de cotas em um país que não se preocupa com a educação pode amenizar a desigualdade social?
26. *Debatedor 4 (a favor)*: como:: como você disse éh:: a tem muita: a desigualdade no nosso país é muito grande e não vejo outra forma de mudar isso a não ser as cotas pois além de promover a inclusão éh: promove também a igualdade de oportunidades entreentre/ todos pois só vai concorrer tratando os iguais com os iguais e os desiguais com os desiguais ou você acharia justo éh: pessoas diferentes concorrendo a uma mesma: a uma mesma: ...
[
Vaga ((risos do público) ((público ajuda ao debatedor a completar seu raciocínio))
28. *Debater 4 (a favor)*: éh:: peraí ... deixe eu ver aqui ... e também dando igualdade de oportunidade e tratamento
30. *Debatedor B (contra)*: bom ... eu digo que não e vou éh: apresentar parece que o Brasil não se preocupa com a educação que a educação liberta quem tem educação não fica submetido a ser enganado por populistas e demagogos éh: o governo não investe em educação porque quem tem educação por que uma população educada é uma população que derruba o governo e sabemos muito bem que:: usando o vídeo de vocês que as crianças todas estão submetidas a péssima condições de ensino fundamental ... você acha mesmo que ela vai conseguir se manter no ensino superior que tem a finalidade de:: ...de::/ forma éh: de fazer cientistas e pesquisadores éh: no ensino superior não tem a função de::... de:: pre:: de:: éh:: de preparar a pessoa pra fora pro mercado de trabalho ela tem a função de oferecer mão de obra pra: pra sociedade então eu digo que não que só o sistema de cotas não vai deixar a sociedade mais igual nem causa inclusão social
32. *Debatedor 4 (a favor)* – bem:: ... agora o exemplo de:: pelo que o governo não faz ou deixa de fazer suas... cumprimentos dos seus deveres aí você acha que criancinhas como Thaylan vão ter que pagar por isso ? Thaylan vai pagar por isso se o governo não dá boa escola não dá uma estrutura boa de ensino aí ele/ele vai sofrer as consequências? bem como você pode assistir o vídeo ele tem/tem o português bom né ... fala direitinho sabe o que tá se passando naquela idade e eu acho assim que se ele chegar a ingressar na: na na universidade via cotas ele vai se sobressair e:: conseguir uma um diploma
((aplausos e gritos do público))

O debatedor B (contra), na sua fala (1) iniciou fazendo a citação do voto do ministro do Supremo Tribunal Federal Celso de Melo, que é a favor do sistema de cotas, reforçando com dados do IPEA (Instituto de pesquisa de economia aplicada) que informa que

“cinquenta/porcen cinquenta milhões/ de habitantes do Brasil estão em extrema pobreza...” e que por isso não possuem bem estar social. Ele encerra a sua fala questionando o seu oponente dizendo *“você acha que a adoção de políticas de cotas em um país que não se preocupa com a educação pode amenizar a desigualdade social?”*. Percebe-se a possibilidade de o debatedor utilizar como estratégia de debate o fornecimento de informações para que seu oponente siga determinada linha de raciocínio, para então contrapor na réplica ou defender seu posicionamento que é contra o sistema de cotas.

O debatedor 4 (a favor) na linha (2) responde concordando com a afirmação dele de que há muita desigualdade no país, mas defende que não há outra forma de mudar as desigualdades a não ser as cotas, pois segundo ele além de promover a inclusão, promove a igualdade de oportunidades entre todos. Consideramos que esse argumento possui um grau de complexidade médio, uma vez que é coerente, consistente, manteve o tema do tópico, e utiliza uma linguagem coloquial.

Porém, no momento da réplica na fala (4), o debatedor B (contra) argumenta de forma confusa, utilizando um argumento baseado em hipótese quando diz *“parece que o Brasil não se preocupa com a educação”*. Ao comparar o afirmado na fala (1) *“o país não se preocupa com a educação”* percebe-se uma flexibilização da fala. Ao utilizar o termo “parece” demonstra não ter certeza que o Brasil não se preocupa com a educação. Além disso, comete uma incoerência local ao dizer *“éh: no ensino superior não tem a função de::... de:: pre:: de:: éh:: de preparar a pessoa pra fora pro mercado de trabalho ela tem a função de oferecer mão de obra pra: pra sociedade”*. Esse argumento demonstra que não tem conhecimento da função do ensino superior. Após isso, encerra a sua fala defendendo o seu posicionamento *“o sistema de cotas não vai deixar a sociedade mais igual nem causa inclusão social”*. Os argumentos apresentados por esse debatedor possui um grau de complexidade baixo, pois há uma confusão na exposição de suas ideias, prolixidade e uma certa incoerência. Mesmo com todas as dificuldades manteve o tema do debate.

O debatedor 4 (a favor) na fala (5) citou no momento da tréplica o exemplo do menino Thaylan que aparece no vídeo que o grupo a favor levou para o debate, possivelmente como uma estratégia de argumentação já que o vídeo traz uma reportagem de um fato real que aconteceu no Maranhão. Segundo ele, o governo não cumpre com seus deveres e obrigações, e crianças como o menino Thaylan não podem pagar por isso. Reforça ao dizer *“Thaylan vai pagar por isso se o governo não dá boa escola não dá uma estrutura boa de ensino aí ele/ele vai sofrer as consequências?”*. Com esses questionamentos, defende que as pessoas que não tiveram acesso a uma educação de qualidade não podem pagar pelo descaso do governo,

sendo as cotas um benefício para essas pessoas que tem condições não só de entrar, mas de concluir a faculdade “*eu acho assim que se ele chegar a ingressar na: na na universidade via cotas ele vai se sobressair e:: conseguir uma um diploma*”. Na tréplica o debatedor manteve o tópico do debate e utilizou um argumento com utilização de fatos. Assim, utilizou a manutenção do tópico como estratégia de fortalecer seus argumentos. Vejamos o resumo.

Quadro 16 – Parte 1 do 3º bloco do debate “O sistema de cotas pode tornar a sociedade mais justa?”

Tópico	Síntese dos argumentos	Grau de complexidade dos argumentos	Estratégias
Desigualdade social	O debatedor B (contra) levantou esse tópico para defender que a maior parte da população vive em extrema pobreza e que por isso não tem bem estar social. Argumenta de forma confusa, utiliza um argumento baseado em hipótese quando diz “ <i>parece que o Brasil não se preocupa com a educação</i> ”.	Grau baixo	Manutenção do tópico discursivo como estratégia de fortalecer argumentos.
Tópico levantado pelo debatedor B (contra) na fala (24)	O debatedor 4 (a favor) argumenta que as cotas promovem a igualdade de oportunidade entre todos. Por isso é a única forma de amenizar as desigualdades.	Grau médio	Manutenção do tópico discursivo como estratégia de fortalecer argumentos.

Fonte: Elaboração própria em 2019

Segunda parte do debate

46. **Mediador** – agora eu convido os debatedores D e 2 para apresentarem suas ideias e seus argumentos

((os debatedores D e 2 se aproximam da bancada enquanto o público aplaude e fala))

47. **Mediador**: o debatedor D irá apresentar seus argumentos

48. **Debatedor D (contra)** – *éh:: primeiramente boa noite ... bem o percentual de vagas que foi reservado pelo sistema de cotas na ideia original a pessoa que estudava na escola pública que tem a uma renda inferior a um salário mínimo e meio e essa outra quantia de vagas é reservada a pessoas que tem uma renda superior a um salário mínimo e meio... bem ... se você reparar éh:: alunos que tem uma renda inferior são bem mais contemplados do que o aluno que tem uma renda superior e aí começa a (surgir) as cotas... éh:: bem*

...responsabilizar os brancos de hoje pelo que os brancos do passado fizeram isso é um absurdo ... não faz sentido... as cotas fazem com que um negro pobre tenham privilégios frente ao branco de mesmo nível social ... como todos os humanos cheios () pra vencer na vida... assim como o branco ele tem a capacidade e pode sim ser alguém na vida... superior até mesmo ao branco ... que tipo .. tem exemplos na universidade mesmo que superam que os cotistas superam os não cotistas... a () as cotas de certo modo procura acentuar esse direito ... mas foge do contexto público que deve () que não é a geradora do problema ... que a má qualidade da educação pública ... éh: então ... se os políticos populistas criaram essa lei para tapar o sol com a peneira e não ... e não ... cuidar das exigências da educação pública brasileira a própria lei pode se voltar contra eles e chamarem a atenção para a raiz do problema... as cotas são injustas () as cotas devem ser impostas (mas que não devem ser imposta) por causa de credo... raça ou sexualidade ... quem precisa de cota é deficiente físico... éh:: ela não justifica a injustiça... um coelho ele não acerta outro coelho... dois errados eles não fazem certo... a única cota que o Brasil precisa hoje é a cota de responsabilidade

[

((Aplausos e gritos do público))

49. **Debatedor D (contra):** a educação só se tornará de fato prioridade quando o seu principal agente o professor voltar a ter o respeito de toda sociedade ... tanto daqueles que pagam o seu salário como daqueles que assistem as suas aulas... e é nesse momento em que os melhores alunos desejarem ser professores e se tornarão grandes mestres... é como acontece na:: nos países em que a educação é realmente respeitada... obrigado
50. **Mediador :** da mesma forma o debatedor 2 irá apresentar seus argumentos
51. **Debatedor 2 (a favor):** bom... como você disse ... ninguém precisa ficar tratando o negro como coitadinho... e você também falou que existe que deveriam existir cotas pra deficientes só que eu não sei se você sabe mas existem sim cotas pra deficientes para empregos... como é que acontece? empresas com mais de cem funcionários precisam dedicar de 2 a 5% das sua vagas para deficientes é o que acontece... só que muitos desses empresários eles não:: não preferem ter essa/essa divisão dessas vagas para deficientes ...eles preferem pagar multa ao invés de adotar essa cota ... ninguém tá falando aqui que os brancos de hoje vão pagar pelos erros dos brancos do passado ... só que a desigualdade ela começa a partir do momento que você é preto ... a partir do momento que você começa a estudar na escola pública que não é de qualidade como a gente viu aqui ((fala apontando para o data show onde foi passado o vídeo do menino Thaylan que reclama da falta de estrutura da escola)) e a partir do momento que você não tem uma renda boa ... e as cotas elas vem pra combater asdesi/ as desigualdades sociais (históricas) a educação é um direito social previsto na constituição no artigo 6 ... então se nem toda população pode conseguir uma educação de qualidade porque ele deve competir no mesmo patamar? a (meritocracia) não dá pra falar em meritocracia quando as pessoas não competem... quando que as pessoas que competem não tá no mesmo patamar... ou seja... a gente não pode falar de uma pessoa que estudou a vida inteira ou a maior parte da sua vida estudando em uma escola par/privada que tem professor sempre ... que tem matérias de qualidade comparando com esse menino de hoje que a gente começou viu nesse vídeo que ele com 9 anos tem consciência que a educação que ele recebe não é a educação que ele deveria receber... a gente sabe ... a gente sabe que o Brasil tem um dos piores índices de educação pública e a gente sabe que precisamos melhorar ... só que se a gente for éh:: escolher entre melhorar a educação ou ah:: entre melhorar a educação ou adotar um sistema uma ação afirmativa para melho/menor inclusão de pessoa nas escolas e uma educação de qualidade e empregos é melhor e muito mais rápido e eficaz ad/adquirir as cotas... porque se a gente fosse melhorar a educação ia ser décadas e décadas... e com os recentes cortes e congelamentos... isso não tá previsto nem prapra daqui a décadas ... então como nosso presidente eu não vejo possibilidade de melhora na educação

O debatedor D (contra) defende na fala (3) os seus argumentos de forma confusa, baseado no senso comum utilizando uma linguagem popular com citações de ditos populares

como “*para tapar o sol com a peneira*”, “*um coelho ele não acerta outro coelho... dois errados eles não fazem certo...*”. Os exemplos são infundados baseados apenas em suposições, no que ouviu dizer “*tem exemplos na universidade mesmo que superam que os cotistas superam os não cotistas..*”. Percebe-se pela fala “*quem precisa de cota é deficiente físico...*” que desconhece a lei de cotas de número 12.711 de 29 de agosto de 2012, tendo em vista que os deficientes já estão contemplados na lei. Ao final da sua fala (4) desvia parcialmente o tópico o sistema de cotas para prioridade na educação como podemos ver “*a educação só se tornará de fato prioridade quando o seu principal agente o professor voltar a ter o respeito de toda sociedade ... tanto daqueles que pagam o seu salário como daqueles que assistem as suas aulas... e é nesse momento em que os melhores alunos desejarem ser professores e se tornarão grandes mestres... é como acontece na:: nos países em que a educação é realmente respeitada... obrigado*”. Portanto consideramos argumentos com baixo grau de complexidade, pois são inconsistentes, há prolixidade, utilização de ditos populares e frases do senso comum. Ao defender seu ponto de vista faz uso de tópicos que possuem uma relação indireta com o tópico central, desviando parcialmente o assunto debatido. Por isso utilizou a estratégia do desvio do tópico como forma de proteção de faces.

O debatedor 2 (a favor), na fala (6) inicia retomando o discurso do seu oponente concordando com ele que “*ninguém precisa ficar tratando o negro como coitadinho...*” e ao perceber que o seu oponente desconhece a lei do sistema de cotas, retoma esse discurso para confirmar que existem cotas para deficientes, apresenta dados e informações novas sobre a lei, exemplificando como se dá o sistema de cotas no mercado de trabalho, demonstrando conhecimento das dificuldades e resistência que muitas empresas têm para contratar um deficiente. Esse embasamento mostra que o debatedor pesquisou e estudou sobre o assunto para defender seus argumentos.

Ele ainda retoma o discurso do seu oponente quando diz “*ninguém tá falando aqui que os brancos de hoje vão pagar pelos erros dos brancos do passado*” com a intenção de contra argumentar, rebater e esclarecer sua afirmação “*só que a desigualdade ela começa a partir do momento que você é preto ... a partir do momento que você começa a estudar na escola pública que não é de qualidade*” e a partir do momento que você não tem uma renda boa”, nesse momento ele utiliza como recurso o vídeo que aborda a realidade de uma escola pública no Maranhão onde o menino Thaylan estuda. O uso desse argumento com a utilização de fatos contribui para reforçar que a educação no Brasil é precária e que as cotas surgiram para combater as desigualdades sociais e dar oportunidade para essas pessoas que não tem uma educação de qualidade. Fundamenta a sua defesa com base no artigo seis da constituição

“a educação é um direito social previsto na constituição no artigo 6”, ela argumenta dizendo que nem todos conseguem ter uma educação de qualidade, por isso justifica que não podem competir no mesmo patamar.

Além disso, vemos que demonstra conhecer as ações afirmativas ao argumentar “entre melhorar a educação ou adotar um sistema uma ação afirmativa para melho/menor inclusão de pessoa nas escolas e uma educação de qualidade e empregos é melhor e muito mais rápido e eficaz ad/adquirir as cotas...” Essas ações afirmativas citadas pelo debatedor são políticas públicas feitas pelo governo ou pela iniciativa privada com o objetivo de corrigir desigualdades raciais presentes na sociedade, acumuladas ao longo de anos. Ao defender seu posicionamento abordando as ações afirmativas ele fortalece seu argumento e mantém o tema do debate. Finaliza a sua fala dizendo que “com os recentes cortes e congelamentos... isso não tá previsto nem prapra daqui a décadas” mostra que ele estava atualizado com relação ao contexto político atual do Brasil. Portanto ao longo de toda discussão apresenta os argumentos de forma coerente e consistente fundamentado em fatos, faz uma apresentação clara e coesa, utiliza linguagem formal e pública e faz interpretação adequada da lei. Logo temos argumentos com grau elevado de complexidade. Além disso, vemos que ele utilizou como estratégia a manutenção do tópico como forma de fortalecer seus argumentos, pois utilizou tópicos que mantém uma relação direta com o tópico central. Abaixo apresentamos o quadro resumo.

Quadro 17 – Parte 2 do 3º bloco do debate “O sistema de cotas pode tornar a sociedade mais justa?”

Tópico	Síntese dos argumentos	Grau de complexidade dos argumentos	Estratégias
Criação de lei de cotas	O debatedor D (contra) levantou esses tópicos para defender que a criação da lei de cotas só é necessária para os deficientes. Logo após, desvia parcialmente o tópico central para falar sobre prioridade na educação.	Grau baixo	Desvio do tópico central como estratégia de proteção de face.
Tópico	O debatedor 4 (a favor) argumenta		Manutenção do tópico

levantado pelo debatedor D (contra) na fala (48)	que as cotas surgiram para combater as desigualdades sociais e dar oportunidade para as pessoas que não tem ou tiveram uma educação de qualidade.	Grau elevado	discursivo como estratégia de fortalecer argumentos.
--	---	--------------	--

Fonte: Elaboração própria em 2019

4º bloco do debate: “O sistema de cotas pode tornar a sociedade mais justa?”

Para a análise do quarto bloco fizemos dois recortes que foram divididos em duas partes, assim como apresentamos no terceiro bloco acima, por apresentarem quatro debatedores diferentes. Desta vez o quarto bloco é iniciado com os debatedores C (contra) e o 3 (a favor), ambos têm direito a pergunta, réplica e tréplica, mas destacaremos apenas as perguntas e respostas. Na segunda parte analisaremos os debatedores B (contra) e o 4 (a favor) que também tem direito a pergunta, réplica e tréplica.

Primeira parte do debate

56. *Debatedor C (contra): se uma pessoa opta pelo sistema de cotas isso induz que sua educação de base é de certa forma precária ... já que as cotas dão acesso as pessoas menos favorecidas na educação ... não seria mais justo existir cotas para o ensino de base ao invés de existir apenas quando a pessoa já está ingressando no ensino superior ou técnico?*

57. *Mediador: o debatedor 3 irá responde a pergunta formulada*

58. *Debatedor 3 (a favor): primeiramente boa noite...eu acho que quando:: vai começar o ensino fundamental eles não vão concorrer com alunos por uma vaga e sim vão concorrer quando for entrar numa universidade ou coisa assim ... no caso éh: um aluno que não tem uma boa estrutura ... uma estrutura de ensino não vai competir com o aluno que sempre:: tem todas as matérias como podemos ver a realidade ... tem escolas que não oferece professores da matéria ... da matéria específica ... e com isso eles não vão ter uma base para competir com esses alunos*

63. *Mediador: agora o debatedor 3 irá formular a sua pergunta*

64. *Debatedor 3 (a favor): como o debatedor antes falou que as pessoas só não estudam se não quiser ...então como você viu no vídeo um menino Thaylan de 9 anos ele não estuda se ele não quiser?*

65. *Mediador: agora o debatedor C irá responder a pergunta ((aplausos do público))*

66. *Debatedor C (contra): bom éh: o problema não está na escola em si ... está no governo .. segundo o plano de governo lançado em 2014 ... 10% do PIB do nosso país vai ser investido na educação ...bem os vinte anos de congelamento de investimento na educação éh: eu creio que se o governo deixasse de la ... abrisse os olhos para a educação aqueles meninos daquele vídeo que a gente viu eles estariam em condições melhores ...porque o nosso país ele é o 8º PIB do mundo ...éh:: a gente tem dinheiro não é uma quantia alta mas é uma quantia que dá pra modificar nossa educação*

O debatedor C (contra) na sua fala (56) inicia defendendo a tese de que a pessoa que opta pelas cotas teve uma educação precária. O seu argumento para defender essa tese é de que as cotas dão acesso aos menos favorecidos na educação. Após isso formula sua pergunta ao seu oponente, se não seria mais justo existir cotas para o ensino de base, ao invés de existir

somente na universidade ou no ensino técnico. Entendemos pela tese do debatedor que as pessoas beneficiadas pelas cotas, são pessoas que não tiveram direito a um ensino de qualidade. Consideramos o argumento utilizado pelo debatedor com baixo grau de complexidade, pois é inconsistente, há uma incoerência ao afirmar de forma generalizada que as cotas dão acesso as pessoas menos favorecidas na educação. Acreditamos que esse acesso, mencionado por ele se refere à entrada nas universidades e ensino técnico.

Assim, entendemos que o objetivo das cotas não é só dar acesso as pessoas menos favorecidas que não tiveram uma educação de qualidade, mas de corrigir as injustiças históricas provocadas pela escravidão na sociedade brasileira, onde negros e índios tinham menos oportunidades de acesso à educação superior e, conseqüentemente, ao mercado de trabalho. Por isso consideramos esse argumento inconsistente, por apresentar uma incoerência.

O debatedor 3 (a favor) responde na fala (58) a pergunta: *“não seria mais justo existir cotas para o ensino de base ao invés de existir apenas quando a pessoa já está ingressando no ensino superior ou técnico?”* dizendo, em outras palavras, que não existe concorrência no ensino fundamental, mas sim em universidade, por isso não existe cotas para ter acesso a educação básica. Esse argumento se sustenta, pois está na constituição federal de 1988, que todos têm direito a educação básica. Logo consideramos um argumento com médio grau de complexidade pois é consistente, coerente, manteve o tópico levantado pelo seu oponente e utiliza uma linguagem coloquial. Além disso, o debatedor faz uso de argumentos que mantêm o tema do debate. Por isso utilizou como estratégia a manutenção do tópico como forma de fortalecer seus argumentos.

Na fala (64) o debatedor 3 (a favor) utilizou o seu momento de elaboração da pergunta utilizando inicialmente um argumento de outro debatedor (contra) que disse que as pessoas só não estudam se não quiserem. Após isso, utilizou o vídeo do seu grupo a favor das cotas que foi passado no terceiro bloco para fazer a pergunta: *“então como você viu no vídeo um menino Thaylan de 9 anos ele não estuda se ele não quiser.”* Essa retomada do discurso do outro no seu próprio discurso, representa uma habilidade que está sendo desenvolvida através do gênero debate. Gênero esse marcado pela refutação e retomada dos argumentos.

O debatedor C (contra) na fala (66) responde a pergunta formulada, argumentando que o problema da educação não está na escola em si, mas no governo que não investe. Continua dizendo *“segundo o plano de governo lançado em 2014 ... 10% do PIB do nosso país vai ser investido na educação”*, porém não prova a veracidade dessa informação. Cita a proposta de congelamento de investimento na educação, depois retoma para o que foi apresentado no

vídeo “do menino Thaylan” dizendo que se o governo “*abrisse os olhos para a educação aqueles meninos daquele vídeo que a gente viu eles estariam em condições melhores.*” Retorna a falar do PIB argumentando que o Brasil é o oitavo PIB do mundo e que por isso tem condições de investir na educação.

Percebemos que o debatedor nesse momento não consegue manter apenas uma linha de raciocínio, com isso solta informações sem desenvolvê-las e sem provar a veracidade delas, pois não cita de onde são essas informações que poderiam dar mais respaldo e credibilidade ao seu argumento. Apesar de apresentar um baixo grau de complexidade dos argumentos ele mantém o tema central do debate “O sistema de cotas” como pudemos observar. Por isso consideramos que houve a estratégia da manutenção do tópico para fortalecer seus argumentos.

Podemos destacar o que diz Abreu (2009) sobre a quarta condição da argumentação que se refere a agir de forma ética, ou seja, argumentar de forma clara e honesta, pois quando argumentamos honestamente adquirimos uma característica importante em um processo argumentativo: a credibilidade. Por isso é necessário o cuidado com as informações que são retiradas de sites noticiários, e do google para que não possam ser ditas sem mencionar a fonte e nem de forma distorcida.

Desse modo, argumentar é tentar persuadir o interlocutor por meio de argumentos organizados em ideias claras com raciocínio bem estruturado para que possa se defender um ponto de vista. “Quanto mais os argumentos forem sustentados em provas que podem ser fatos, exemplos, opiniões relatadas, dados estatísticos, mais chances temos de ser bem sucedidos em nosso intento” (KOCH; ELIAS, 2016, p. 34).

Em seguida apresentamos o quadro resumo referente a primeira parte do quarto bloco que foi analisado acima.

Quadro 18 – Parte 1 do 4º bloco do debate “O sistema de cotas pode tornar a sociedade mais justa?”

Tópico	Síntese dos argumentos	Grau de complexidade dos argumentos	Estratégias

A lei de cotas para o ensino básico Tópico levantado pelo debatedor C (contra) na fala (56)	O debatedor C (contra) levantou o primeiro subtópico através de uma pergunta na fala (56) para defender que as cotas devem existir no ensino básico e não na universidade. Para responder o segundo subtópico, ele defendeu na fala (66) a tese de que o problema não está na escola, mas no governo. Cita o PIB para justificar que o Brasil tem dinheiro e poderia investir na educação.	Grau baixo	Manutenção do tópico discursivo como estratégia de fortalecer argumentos.
--	--	------------	---

(Continua...)

(Continuação)

Subtópico	Síntese dos argumentos	Qualidade dos argumentos	Estratégias
Não estuda quem não quer Subtópico levantado pelo debatedor 3 (a favor) na fala (64)	O debatedor 3 (a favor) argumenta na fala (58) que não existe concorrência por vagas no ensino básico, visto que todos tem direito ao acesso a educação básica, por isso não é necessário as cotas. Ele utiliza o momento da sua pergunta, fala (64), utilizando a tese defendida pelo grupo contra que disse que não estuda quem não quer para se referir a situação do menino Thaylan.	Grau médio	Manutenção do tópico discursivo como estratégia de fortalecer argumentos.

Fonte: Elaboração própria em 2019

Segunda parte do debate

A segunda parte do quarto bloco é constituído apenas por apresentação dos argumentos dos debatedores B (contra) e do 4 (a favor), vejamos.

71. *Mediador:* agora convido o debatedor B e 4 para apresentarem suas ideias e seus argumentos
 72. *Mediador :* o debatedor B irá apresentar seus argumentos
 73. *Debatedor B (contra):* eu acredito que o sistema de cotas só existe porque a população ricos ou pobres não dão ...não deem a devida importância a educação ...éh::: não é prioridade nem da classe política nem da sociedade em geral ...segundo dados ... segundo o IBOPE ...Instituto Brasileiro

de Opinião Pública e estatística... 62% da população apoia cotas para negros...pobres... e alunos de escola pública ... e é exatamente isso que o governo quer que a população se convença de que a cota é uma política que ajuda a população e que o nosso governo se importa com a educação do nosso país ...mas isso não é o que acontece... eu posso dar um exemplo do caso da Coreia do Sul que estava abaixo do Brasil () há mais ou menos... mais de 50 anos atrás estava devastado devido a guerras que vem acontecendo no país... o governo resolveu investir na educação ... e o seu ... e a sua economia ((neste momento a debatedora verifica se o microfone está funcionando)) e a sua economia agora aumentou muito por causa desse investimento... então eu acredito que é:: fazendo uso...do que o colega falou ... que eu fale/eu disse que o governo ... que o governo não investe porque a população derruba o governo... mas o Supremo Tribunal Federal costuma falar tanto em constitucionalidade ... (então) está na constituição que todos nós temos direitos a educação de qualidade e ao bem estar social ... então porque não ir atrás desse direito ao invés de ficar ... éh: de ficar escondido atrás de cotas e achando que o Brasil vai pra frente por causa dessa política

74. **Mediador:** dá mesma forma o debatedor 4 irá apresentar seus argumentos

((o debatedor 4 verifica se o microfone está funcionando e troca com o mediador por outro))

75. **Debatedor 4 (a favor):** bem estamos falando aqui de:: uma desigualdade que::vem historicamente acumulada (não é de hoje) e o governo em que estamos... na situação em que estamos hoje investir na educação () não pode ser comparado a uma sociedade a um país como Coreia ((nesse momento a debatedora B fala para o debatedor 4 alguma coisa sobre o assunto sem fazer uso do microfone)) pois é mas não tem o mesmo ladrão que tem aqui não

((risos e aplausos do público))

((o mediador pede silêncio utilizando uma placa))

76. **Debatedor 4 (a favor):** e quando:: quando os membros da sociedade (acentua) as diferenças entre si ...ah ... uh... os indivíduos que são marginalizados só ... a tendência é só crescer de vantagens entre elas ... então podemos (está fazendo essa relação)

Então podemos ver que o debatedor B (contra) defende a tese de que as cotas só existem porque a população, sejam ricos ou pobres, não valorizam a educação. Para defender essa tese ele argumenta que a educação não é prioridade da classe política, nem da sociedade. Aponta uma pesquisa realizada pelo IBOPE (Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística) para comprovar que uma parte da população apoia o sistema de cotas e com isso argumenta que essa satisfação dos brasileiros corrobora com o desejo do governo de fazer com que a população se convença de que esse sistema é uma política de ajuda a população e que ele valoriza a educação.

O debatedor continua argumentando, dessa vez através de um exemplo da Coreia do Sul a “Coreia do Sul que estava abaixo do Brasil estava dois lugares abaixo do Brasil () há mais ou menos... mais de 50 anos atrás estava devastado devido a guerras que vem acontecendo no país... o governo resolveu investir na educação e a sua economia agora aumentou muito por causa desse investimento. Esse exemplo que compara a Coreia do Sul com o Brasil não informa do que se trata esses dois lugares abaixo do Brasil, se era na educação ou economia. Segundo o debatedor com esse investimento na educação o país melhorou a sua economia. Para ele o governo brasileiro não investe porque a população ao obter conhecimento e educação de qualidade enfrentará o governo, não aceitando as propostas

sem contestar. Esse é o nosso entendimento quando o debatedor diz “*que o governo não investe porque a população derruba o governo*”. Para finalizar a apresentação do seu argumento, cita o Supremo Tribunal Federal, para dizer que está na constituição que todos têm direito a educação de qualidade e ao bem estar social, porém não faz menção do artigo que encontra essa informação, para que quem não conhece possa saber desse direito que pertence a todos. Encerra indagando porque não ir atrás desse direito ao invés de “ficar escondido” atrás das cotas confiando que o Brasil vai melhorar.

O debatedor B (contra) apresenta ideias e argumentos incoerentes, pois ele entende o sistema de cotas como uma política de valorização da educação, mas se trata de uma ação afirmativa que busca corrigir injustiças que vêm acontecendo ao longo de anos, décadas e séculos, também combate a desigualdade de oportunidade entre brancos e negros, pobres e ricos, possibilitando acesso a negros, índios, deficientes, estudantes de escola pública e de baixa renda em universidades, concursos públicos e mercado de trabalho. Ao citar o exemplo da Coreia do sul ele desvia do tópico central e dá início a um novo tópico, dessa vez sobre investimento na educação. Consideramos investimento na educação: a melhoria da infraestrutura das escolas, valorização dos docentes, melhoria do material didático e recursos pedagógicos, o que não é objetivo do sistema de cotas. O debatedor continua fazendo uma “confusão” entre o objetivo do sistema de cotas e os direitos garantidos a todos na constituição, demonstrando assim, falta de conhecimento e discernimento sobre os tópicos levantados por ele. Portanto, consideramos os argumentos apresentados com um baixo grau de complexidade, pois há inconsistência, incoerência, confusão na exposição das ideias, prolixidade e utilização de frases do senso comum. Também utiliza os tópicos “desvalorização e investimento na educação” que possuem uma relação indireta com o tópico central “O sistema de cotas”. Por isso utilizou como estratégia argumentativa o desvio parcial do tópico para a proteção de face.

O debatedor 4 (a favor) contra argumenta dizendo que estão falando de uma desigualdade que vem historicamente acumulada e a situação em que se encontra o país, investir na educação é algo difícil. Por isso diz que o Brasil não pode ser comparado a Coreia, pois no nosso país tem muita corrupção. Esse foi o nosso entendimento do que o debatedor disse, pois como ele não desenvolve de forma satisfatória os argumentos, sentimos dificuldade em compreendê-lo. Portanto esse argumento do debatedor 4 (a favor) consideramos com um baixo grau de complexidade, pois é inconsistente, incoerente, argumenta de forma sucinta sem desenvolver suas ideias e utiliza frases do senso comum. Ele desvia o tópico central para falar de diferenças que são acentuadas, os indivíduos que são

marginalizados, mas não cita que diferenças são essas, que como ele disse, a tendência é só crescer. Assim, faz uso da estratégia do desvio do tópico para proteção de face.

Destacamos neste momento o que disse Leitão (2011, p. 15) que o conhecimento é essencial para o desenvolvimento significativo dos argumentos na prática escolar. Vemos através dos debates analisados até aqui a ênfase que foi dada para adquirir conhecimento através do acesso às informações, pois os debatedores mesmo com suas dificuldades e limitações buscaram entender o sistema de cotas e exemplificar através de fatos, dados e estatísticas o que compreenderam desse tema. E assim poder responder a dúvidas, pontos de vista contrários às suas próprias posições (contra-argumentos). Esse conhecimento que está sendo construído enriquece o debate e desenvolve a habilidade de argumentar e contra argumentar. Apresentaremos em seguida o quadro que resume os argumentos apresentados acima.

Quadro 19 – Parte 2 do 4º bloco do debate “O sistema de cotas pode tornar a sociedade mais justa?”

Tópico	Síntese dos argumentos	Grau de complexidade dos argumentos	Estratégias
Desvalorização da educação	O debatedor B (contra) levantou esses tópicos para defender a tese de que as cotas só existem porque as classes sociais e o governo não valorizam a educação.	Grau baixo	Desvio do tópico central como estratégia de proteção de face.
Tópico levantado pelo debatedor B (contra) na fala (73)	O debatedor 4 (a favor) argumenta que a situação em que se encontra o país, investir na educação é algo difícil.	Grau baixo	Desvio do tópico central como estratégia de proteção de face.

Fonte: Elaboração própria em 2019

5º bloco do debate: “O sistema de cotas pode tornar a sociedade mais justa?”

O quinto bloco é composto pela participação do auditório fazendo perguntas e apresentando os seus argumentos sobre o tópico em questão. Neste bloco, os debatedores de

ambos os grupos (a favor e contra) podem se defender respondendo as perguntas, apresentando seus argumentos. Como não é nosso objetivo analisar os argumentos do auditório, fizemos um recorte de apenas dois argumentos dos debatedores D (contra) e o 4 (a favor) que após a exposição do argumento de um participante da plateia apoiador de um grupo, os debatedores apresentaram seus argumentos como uma forma de defender o seu posicionamento.

Após ser facultada a oportunidade ao auditório, um participante da plateia apresenta seu argumento a favor do sistema de cotas dizendo que a desigualdade social se faz presente no nosso país e que para amenizá-la, é necessária a utilização do sistema de cotas. Reitera dizendo que as cotas não tornam a sociedade mais justa, mas ameniza as desigualdades. Diante dessa colocação os debatedores D (contra) e 4 (a favor) defenderam seus posicionamentos. Vejamos:

78. Debatedor D (contra): éh bem ... você falou né ? que não torna a sociedade mais justa... não estamos aqui pra debater se as cotas sociais são injustasse as cotas raciais são justas ... estamos aqui pra falar sobre o sistema e ele sim é falho ... e então... se um negro ele tem um privilégio () frente ao branco de mesmo nível social ...então não estamos aqui só pra falar se ela é boa ou se ela é ruim... ela tem seu lado bom mas ela tem seu lado ruim... então você está iludido com o sistema de cotas que ele veio pra isso ...ele distrai a sociedade das causas do problema e a causa é a má qualidade da educação pública

((aplausos do público))

((o debatedor 4 tem a oportunidade de colocar o seu ponto de vista em relação ao que foi colocado pelo participante 1))

79. Debatedor 4 (a favor): as cotas vai sim.. oh preste atenção... veja bem...vamos aqui comigo ... a soieda/aqui no Brasil éh onde reside a maior população de negros éh fora de países africanos do continente africano ... éh ...uma pesquisa feita pelo governo federal mostrou em 2004 que nos:: serviços públicos ...servidores públicos tinham vinte e dois por cento de negros... em 2013 uma nova pesquisa mostrou que ela...aumentou para trinta por cento já com as cotas e: vem aumentando essa inclusão de negros... por exemplo ... no... no ...na área do mercado de trabalho ... então vai continuar a mesma coisa ? num vai... tá sim havendo a mobilidade social ... tem alguma parte da população que de certa forma ou pouco está ascendendo socialmente.

Podemos perceber na fala (78) que o debatedor D (contra) faz uma confusão na exposição das ideias dizendo que não estão debatendo se as cotas são justas ou injusta, mas estão debatendo sobre o sistema, mas ele não especifica a que sistema se refere, se é ao um sistema político ou ao sistema educacional, por exemplo. Ele comenta que as cotas têm seu lado bom e ruim, e que as pessoas estão iludidas com elas, e não estão focando no real problema da educação. Pudemos perceber que esse debatedor apresenta argumentos com baixo grau de complexidade, pois apresenta inconsistência, apesar de manter o tópico central.

Já o debatedor 4 (a favor) argumenta que as cotas vão amenizar as desigualdades, pois de acordo com uma pesquisa realizada segundo ele pelo governo federal, as cotas estão possibilitando a inserção de negros no serviço público, permitindo um aumento na mobilidade

social. Apesar dele não fazer uso adequado da referência da pesquisa, consideramos que seu argumento possui grau médio de complexidade pois foi coerente, utilizou uma linguagem coloquial e manteve o tópico do debate. Vejamos o quadro resumo.

Quadro 20 – 5º Bloco do debate “O sistema de cotas pode tornar a sociedade mais justa?”

Tópico	Síntese dos argumentos	Grau de complexidade dos argumentos	Estratégias
O sistema de cotas como forma de amenizar as desigualdades	O debatedor D (contra) argumenta que não estão debatendo se as cotas tornam a sociedade mais justa, mas estão debatendo sobre o sistema que é falho.	Grau baixo	Manutenção do tópico discursivo como estratégia de fortalecer seus argumentos.
(Tópico levantado por um participante do auditório)	O debatedor 4 (a favor) argumenta que as cotas vão amenizar as desigualdades, tendo em vista que as cotas estão possibilitando a inserção de negros no serviço público.	Grau médio	Manutenção do tópico discursivo como estratégia de fortalecer seus argumentos.

Fonte: Elaboração própria em 2019

Ao analisar este bloco que oportunizou a participação do auditório, nos fez refletir sobre a terceira condição da argumentação abordada por Abreu (2009) que se refere ao contato positivo com o auditório. Essa condição se refere a coordenar a relação com o outro, saber ouvi-lo respeitando seu posicionamento, seu turno, usando o bom senso e a ética. Sabemos que isso não é uma tarefa fácil, pois tendemos a querer nos sobressair diante daquilo que acreditamos sem muitas vezes ao menos ouvir o que o outro tem a nos dizer. Por isso é tão importante o diálogo e o trabalho desde as séries iniciais com o gênero oral debate.

6º bloco do debate: O sistema de cotas pode tornar a sociedade mais justa?

Após a participação do auditório no quinto bloco, passaremos a analisar o sexto bloco que é formado por perguntas, respostas ou defesas do posicionamento, réplica e tréplica e também por dois argumentos de debatedores opostos. A análise desse bloco será dividida em duas partes. Para a primeira selecionamos uma pergunta formulada pelo debatedor 2 (a favor), a resposta ou defesa do posicionamento do debatedor D (contra) e a réplica do debatedor 2 (a favor). Na segunda parte analisaremos os outros dois argumentos como mencionado. Vejamos.

Primeira parte

109. *Mediador*: o debatedor 2 irá formular sua pergunta

110. *Debatedor 2 (a favor)*: (debatedor formula a sua pergunta e o mediador pede para repeti-la)

112. *Debatedor 2 (a favor)*: “em todo país 6,2% da população possui pelo menos um tipo de deficiência seja ela física...intelectual... auditiva ou visual” de acordo com a pesquisa nacional de saúde pns do ibge e do ministério da saúde de 2015 como eu já falei anteriormente... uma empresa que tem mais de cem funcionário ela deve reservar dois a cinco por cento das suas vagas a funcionários reabilitados ou com deficiência já que vocês dizem que o sistema de cotas torna a sociedade tão injusta com a atual crise de desemprego que vivemos no país e tantas outras crises que a gente sabe que acontece vocês não acham que a exclusão dessas pessoas só aumentaria e ficaria cada vez mais difícil sobreviver numa sociedade tão preconceituosa limitada e falha? tendo em vista quÊ a maioria dos empresários eles preferem pagar uma multa a obedecer a lei que é reservar essas vagas que é pra ()

113. *Mediador*: agora o debatedor D irá responder a pergunta formulada

114. *Debatedor D (contra)*: éh::: bem eu concordo com o que você falou mas só que é como eu falei anteriormente quando eu fui quando eu vim apresentar meu argumento eu falei que as que as únicas pessoas que deveriam ter cotas eram os deficientes físicos independentemente da raça do credo e da sexualidade enfim eu acho que:: as cotas elas servem só pra te iludir porque de maneira como ela ilude te leva pra longe do foco real do problema que é a má qualidade da educação publica então se você faz um sistema que consegue iludir a população que nem o cara ali falou que tipo ele só (inibe) de todos os seus benefícios e pra te colocar num benefício pra te colocar numa universidade eu acho que isso não tem nada a ver em seu argumento então eu acho que as cotas pra deficientes elas devem existir de fato porque eles não nasceram igual a todos eu não to falando que eles não são iguais eles são iguais ele tipo... um deficiente ele tem que ser ele tem que ser incluído sim na sociedade mas essa forma de (incluirmento) não é a melhor forma que tem outros projetos e vinculados com ongs incluem melhor do que o sistema de cotas porque tu mesmo falou que as empresas elas preferem pagar multas para ter aquelas pessoas na no seu no seu mercado de trabalho nas empresas enfim é para negros é do mesmo jeito tem um percentual tipo estatuto da igualdade de (nascimento) de 2010 tem algumas coisas que não entraram nesse estatuto foi a cota racial e a (previa) de vinte por cento de impostos para empresas que colocasse vinte por cento pelo menos vinte por cento de negros na sua empresa então eu acho que tipo colocar uma pessoa lá só porque ela tem uma deficiência ou por causa da sua cor é... consiste uns pior racismo que existe

115. *Mediador*: o debatedor 2 está com direito a réplica

((palmas da plateia))

116. *Debatedor 2 (a favor)*: Alan a gente tem que entender que a nossa sociedade nossa sociedade é preconceituosa se mesmo com essas políticas públicas de inclusão dessas pessoas os empresários e as pessoas preferem pagar multas ao invés de incluir essas pessoas nos seus lugares então o preconceito está muito mais avançado do que a gente imagina o preconceito ele nasce quando você é deficiente até tu mesmo falou que que acha melhor ter cotas pra deficientes então eu não entendo porque o sistema de cotas em geral... eu não to falando só pra universidade como você disse... to falando do sistema de cotas em geral pode ser injusto se é um sistema de exclusão/de inclusão perdão se é um sistema de inclusão como um sistema de inclusão pode excluir alguém de algum meio?

Neste bloco, o debatedor 2 (a favor) antes de formular sua pergunta, cita uma pesquisa nacional de saúde PNS do IBGE e do ministério da saúde de 2015 que traz a informação de que “em todo país 6,2% da população possui pelo menos um tipo de deficiência seja ela física... intelectual... auditiva ou visual” depois retoma uma informação proferida por ele em outro bloco, sobre a reserva de vagas do sistema de cotas que são destinadas aos deficientes.

Comenta que o Brasil passa por muitas crises e uma delas é o desemprego. Com base nisso formula sua pergunta *“vocês não acham que a exclusão dessas pessoas só aumentaria e ficaria cada vez mais difícil sobreviver numa sociedade tão preconceituosa limitada e falha?”* Entendemos, pelo contexto que a pergunta foi formulada, que o debatedor acha que seria mais difícil sem as cotas pelo fato de que mesmo sendo um número pequeno de reserva de vagas pelo sistema de cotas para deficientes, ainda assim, muitos empresários preferem pagar multas a contratá-los.

Ao tentar responder a pergunta feita pelo seu oponente, o debatedor D (contra) concorda com a opinião dele e fala mais uma vez que o sistema de cotas é ilusão, que faz a pessoa não focar no real problema que segundo ele é a má qualidade na educação. Tenta argumentar que as cotas só servem para deficiente, no entanto, é infeliz ao dizer que eles não são iguais as outras pessoas, depois tenta se corrigir, mas diz que o sistema de cotas não é a melhor forma de incluí-los, pois existem ONGs, que incluem melhor, e que até as empresas preferem pagar multas. Depois fala que em relação aos negros é a mesma coisa, e finaliza dizendo que colocar uma pessoa no mercado de trabalho só porque é deficiente e pela cor da sua pele, para ele consiste no pior racismo que existe.

Vemos que o debatedor D (contra) não desenvolve as ideias e seus argumentos de forma clara, não é coerente sua fala, há prolixidade, mas tenta manter o tema do debate e por isso consideramos seus argumentos com baixo grau de complexidade. Em relação ao momento da réplica (116), o debatedor 2 (a favor), argumenta que a sociedade é preconceituosa mesmo com a política de inclusão, fala se referindo ao sistema de cotas, pois reitera que muitos empresários se negam a contratar os deficientes, preferindo pagar multa. Encerra a sua fala questionando como o sistema de cotas pode ser injusto, e como uma política de inclusão pode excluir alguém. Esse argumento está relacionado com o que o debatedor havia dito na fala (112) no momento em que foi oportunizada para formular a sua pergunta. Percebemos que o mesmo, não desviou o tema central *“eu não entendo porque sistema de cotas em geral pode ser injusto se é um sistema de exclusão perdão se é um sistema de inclusão”*, continuou mantendo o tópico levantado por ele.

Então os dois argumentos da fala (112) e (116) consideramos que possuem um grau médio de complexidade, pois são consistentes, com a utilização da manutenção do tópico discursivo como estratégia de fortalecer argumentos em debates. Vemos através da defesa do seu ponto de vista que o debatedor 2 (a favor) usou essa estratégia como uma possibilidade de ter controle do debate, por se sentir mais preparado para persuadir o interlocutor.

Quadro 21 – Parte 1 do 6º bloco do debate “O sistema de cotas pode tornar a sociedade mais justa?”

Tópico	Síntese dos argumentos	Grau de complexidade dos argumentos	Estratégias
O sistema de cotas como forma de inclusão Tópico levantado pelo debatedor 2 a favor na fala (112)	O debatedor 2 (a favor) argumenta que não consegue entender como o sistema de cotas pode ser considerado injusto, se ele contribui para a inclusão.	Grau médio	Manutenção do tópico discursivo como estratégia de fortalecer seus argumentos.
	O debatedor D (contra) argumenta que é a favor do sistema de cotas apenas para deficientes. Para ele as cotas iludem as pessoas que passam a não ver o foco do problema que é a má qualidade da educação.	Grau baixo	Manutenção do tópico discursivo como estratégia de fortalecer seus argumentos.

Fonte: Elaboração própria em 2019

Segunda parte

Abordamos na primeira parte do sexto bloco do debate uma pergunta, resposta e réplica de debatedores que pertenciam a grupos opostos. Passaremos a analisar a segunda parte desse bloco que é constituído por dois argumentos: o primeiro do debatedor A (contra) e o segundo do debatedor 5 (a favor).

119. Mediador: seu tempo acabou ... (os dois debatedores se retiram) convido os debatedores A e 5 para apresentarem seus argumentos... (os dois novos debatedores se aproximam)

120. Mediador: o debatedor A irá apresentar seus argumentos

121. Debatedor A (contra): oi ((testando o microfone)) bom eu até entendo o que minha amiga (Elen) disse... ela disse que ée:: cinquenta por cento é pra cota e cinquenta por cento é pra ampla concorrência bom vamos aqui tem 100 vagas cinquenta por cento vai para quem tem uma boa educação uma boa renda os outros cinquenta vai para todas as outras... ou seja os deficientes... quem não tem uma boa renda eles ficam juntos aqui nos cinquenta por cento além dos cinquenta por cento entre eles ainda divide mais um pouco deixa menos vagas ainda para eles e os outros cinquenta por cento para as escolas particulares (tá de boa) então muito obrigada Elen por ter falado isso... bom eu queria dar um exemplo sobre a cota de deficiente por exemplo a cota de deficiente ajuda a pessoa a entrar mas nem sempre onde ela vai entrar seja trabalho ou escola está preparado... para receber por

exemplo a cota de cadeirante ela não é de hoje e só agora que vieram botar um negócio no ônibus para que os cadeirantes possam subir e a falta de () porque tinha que usar um eles conseguiram entrar mas há essas falhas que não ajudam a ter o mesmo rendimento que nós temos... então nós temos que lutar pelos direitos de todos não só de uma parte as cotas ajudam de uma forma não adianta ajudar algumas pessoas se não vão ajudar todo mundo ou seja não é justo ajudar a uns e não ajudar a outros

((Palmas da plateia))

122. Mediador: o debatedor cinco irá apresentar seus argumentos

123. Debatedor 5 (a favor): o sistema de cotas ele (precisa envolver ou precisa resolver) barreiras informacionais que impedem o acesso de certos grupos a universidade ou no mercado de trabalho e segundo artigo() publicado no ano de 2007 as cotas incentivam organizações a agirem a fim de favorecer pessoas de seguimentos sociais discriminados a ter oportunidade de (receberem postos em comum ou postos de comando) como eu já falei e torno a falar as cotas elas são medidas provisórias elas são criadas de forma que vá beneficiar pessoas que são discriminadas ou que sofre é preconceito com alguma coisa elas não são garantia de um futuro melhor... mas assim citar um exemplo interiorzim do lado do meu é bem pequeninim tem uma escola fundamental tem vários alunos que estuda:: na mesma sala tudin primeira segunda série terceira quarta tudo junto e esses alunos provavelmente eles...esses alunos... não conhece nada não conhece cota não conhece nada tão lá só pra brincar aí eles um dia vão vir pra universidade (com um alvo) eles provavelmente não vão fazer a inscrição deles porque não sabe não conhece igual eu não conhecia também mas assim se ele não não sabem nem usam então assim pode até ser que que essas pessoas elas não entendam muito bem porque a educação delas foi falha a educação teve algumas brechas algumas coisas que impediram elas de de saber de conhecer realmente a realidade hoje aqui no Brasil mas as cotas como já falamos são o caminho provisório que dá a essas pessoas a oportunidade de estudar numa escola de qualidade e como muitos já citaram exemplos aqui é num num diminui a qualidade do ensino porque muitos aqui estudam o ensino fundamental estudam o ensino médio e com certeza vão passar para universidade e com certeza vão chegar lá e vão se e vão ter a mesma educação não vão ser rebaixados a nada então assim as cotas elas tornam sim a sociedade mais justa porque sem elas como eu já citei o exemplo do menino sem elas aquele menino não ia nem chegar aqui um dia tá estudando aqui nem nada obrigado

((Aplaudos da plateia))

Vemos na defesa do ponto de vista do debatedor A (contra) que ele faz uso de sua compreensão em relação a explicação sobre a divisão do sistema de cotas que foi citada por seu oponente: o debatedor 2 (a favor). Segundo ele, os cinquenta por cento destinados as pessoas de baixa renda são ainda divididos entre os deficientes, ficando um número reduzido de vagas para cada grupo. Ele faz uma quebra desse raciocínio para falar apenas das cotas para deficientes, que para ele ajuda a entrar, mas ressalta que muitos dos lugares que podem recebê-los não são preparados, no sentido de adaptados e por isso não conseguem ter o mesmo rendimento que as outras pessoas sem deficiência. Cita as dificuldades de acessibilidade enfrentadas por essas pessoas que usam o transporte público e finaliza argumentando que todos devem lutar pelos seus direitos, diz que as cotas só ajudam a uma parte da população que para ele “*não é justo ajudar a uns e não ajudar a outros*”. Consideramos que esses argumentos possuem um baixo grau de complexidade, pois são

inconsistentes, há prolixidade, interpretação inadequada da lei de cotas, mas tenta manter o tópico central do debate, porém faz uma confusão entre os conceitos de acessibilidade e cotas para deficientes.

Já o debatedor 5 (a favor) defende a tese de que *“o sistema de cotas ele (precisa resolver) barreiras informacionais que impedem o acesso de certos grupos a universidade ou no mercado de trabalho”*. Para defender essa tese ele cita um artigo publicado no ano de 2007, no qual não foi possível compreender pelo áudio do vídeo sobre qual artigo se refere, mas aborda sobre as cotas que, de acordo com esse artigo, elas incentivam organizações a agirem de modo a proporcionar as pessoas menos favorecidas oportunidades na vida. No entanto, sabemos que nem sempre essas organizações como instituições de ensino e empresas, elas deliberadamente dispõe de cotas para beneficiar pessoas, mas sim de cumprir o que está na lei para que não possam ser prejudicadas. Entendemos a palavra organizações nesse contexto como instituição de ensino técnico e superior, e empresas.

Outro argumento que ele utiliza é o fato das cotas serem medidas provisórias que foram criadas para beneficiar pessoas que sofrem discriminação na sociedade, complementa dizendo que não são garantia de um futuro melhor. Em seguida cita como exemplo uma escola de ensino fundamental no interior em que todas as crianças de idades e séries diferentes estudam numa mesma sala. Segundo ele, os alunos não sabem de nada e estão lá só para brincar, mas um dia vão vir para a universidade. Reitera dizendo que as cotas são o caminho provisório. Elas dão oportunidade às pessoas menos favorecidas a conseguir uma boa educação igualitária, onde nenhum será “rebaixado a nada”. Finaliza argumentando que *“as cotas elas tornam sim a sociedade mais justa porque sem elas como eu já citei o exemplo do menino sem elas aquele menino não ia nem chegar aqui um dia tá estudando aqui nem nada”*.

Esses argumentos apesar de terem certa persuasão por apresentarem as ideias iniciais de forma clara, são viáveis e interessante para um debate onde o debatedor se trata de um adolescente que faz o ensino médio desenvolvendo bem o seu raciocínio, porém numa perspectiva mais madura do assunto para um nível acadêmico, por exemplo, sabemos que não temos como provar que as cotas são provisórias e que as empresas e instituições de ensino fazem isso para beneficiar pessoas discriminadas na sociedade. Além disso, cita um exemplo no final da sua fala de forma confusa fazendo referência a um menino que não havia sido citado anteriormente, como se seu interlocutor soubesse de quem se tratava. Mas tenta manter o tema do debate, argumenta de forma coerente, utiliza uma linguagem coloquial, por isso, consideramos esse argumento com médio grau de complexidade.

Quadro 22 – Parte 2 do 6º bloco do debate “O sistema de cotas pode tornar a sociedade mais justa?”

Tópico	Síntese dos argumentos	Grau de complexidade dos argumentos	Estratégias
Divisão do sistema de cotas	O debatedor A (contra) argumenta sobre a divisão das cotas e depois faz referência apenas aos deficientes fazendo uma confusão entre os conceitos de acessibilidade e o sistema de cotas.	Grau baixo	Manutenção do tópico discursivo como estratégia de fortalecer seus argumentos.
Tópico levantado pelo debatedor A (contra) na fala (121)	O debatedor 5 (a favor) defende a tese de que as cotas precisam vencer as barreiras informacionais e que elas incentivam as organizações a fim de favorecer as pessoas discriminadas. Ressalta que as cotas são o caminho provisório.	Grau médio	Manutenção do tópico discursivo como estratégia de fortalecer seus argumentos.

Fonte: Elaboração própria em 2019

7º bloco do debate: O sistema de cotas pode tornar a sociedade mais justa?

Este bloco é constituído por um debate entre os debatedores E (contra) e o 1 (a favor) eles fazem perguntas, têm direto a resposta, réplica e tréplica. Vale ressaltar que colocamos a transcrição deste bloco na íntegra, pois se trata de um bloco curto não necessitando de cortes. Vejamos.

124. Mediador: Daremos início ao sétimo encontro (sendo este) são apenas um debate convidado só os debatedores E e 1... o debatedor E irá formular a sua pergunta...

125. Debatedor E (contra): ainda gera bastantes dúvidas questionamentos ao que diz respeito aos itens cor e etnia tanto que se referem/tanto no que se referem a definições como também em relação aos indivíduos que se enquadram nessas categorias então como você acha que essa lei pode trazer igualdade já que qualquer pessoa pode se autodeclarar negra... parda ou indígena? Mostra assim as falhas desse sistema

126. Mediador: o debatedor 1 irá responder a pergunta formulada

127. *Debatedor 1 (a favor)*: bem eu gostaria de dizer que torna sim a sociedade mais justa e que ele proporciona uma igualdade sim e que não é qualquer pessoa que pode só chegar e simplesmente se autodeclarar negra... parda ou indígena ela simplesmente vai ter que comprovar que ela é que ela é negra levando tipo de acordo com o senso do ibge porque não adianta eu só chegar no local e dizer tipo eu passar e dizer que eu sou negro se não for comprovado

128. *Mediador*: o debatedor E está com direito a réplica

129. *Debatedor E (contra)*: bom... mas tem muitas pessoas que usam dessa lei para se beneficiar ou entrando nas escolas porque têm muitas escolas municipais elas não tão nem aí em correr atrás das escolas antigas das famílias pra saber se são negros... indígenas... elas não tão nem aí elas só colocam lá pra cumprir isso ou seja muitas pessoas podem simplesmente entrar dizendo que é negro... indígena... pardo e as universidades não vão correr atrás disso dificilmente correm atrás

130. *Mediador*: o debatedor 1 está com direito a tréplica

131. *Debatedor 1 (a favor)*: bem eu digo que não porque então a partir do momento que a pessoa passa ela vai ter que comprovar que é realmente negra... parda ou indígena algo do tipo porque se ela não se ela não ela vai ter tipo ela vai perder a vaga dela na universidade a vaga que ela conseguiu na universidade

132. *Mediador*: agora o debatedor 1 irá formular a sua pergunta

133. *Debatedor 1 (a favor)*: bem eu queria falar a minha pergunta voltada pra o que Mateus falou o Mateus falou que o desenvolvimento dos cotistas éh:: dos alunos cotistas eles não são igual aos dos alunos não cotistas... “estudos realizados pela universidade estadual do Rio de Janeiro e pela UNICAMP mostram que alunos cotistas têm apresentado desenvolvimento igual ou até mesmo superior aos alunos que entram pela ampla concorrência vocês acabaram de falar que os alunos cotistas não conseguem ter o mesmo desenvolvimento que os alunos que entram por ampla concorrência então como vocês explicam essas pesquisas realizadas pela universidade estadual do Rio de Janeiro e pela UNICAMP que são universidades referência em educação no Brasil?

134. *Mediador*: agora o debatedor E irá responder a pergunta formulada ...

135. *Debatedor E (contra)*: bom cê falou que os cotistas eles têm rendimentos maior igual ou maior certo? Bom já que eles têm essa capacidade de ter esse rendimento igual ou maior que os não cotistas então eles poderiam muito bem estudar correr atrás pra não precisar ficar entrando em escolas e universidades com cotas já que eles tem essa capacidade toda eles são autossuficiente pra estudar correr atrás porque a gente mesmo a gente assiste aula e a gente não fica só por ali a gente vai atrás a gente pesquisar pra ampliar os nossos conhecimentos então eles podem muito bem criar esse conhecimento estudar correr atrás pra poder entrar nas universidades e escolas sem precisar desse empurrão das cotas

136. *Mediador*: o debatedor 1 está com direito a réplica

137. *Debatedor 1 (a favor)*: bem eu gostaria de dizer que como todos nós sabemos estamos no Brasil tipo assim as capacidades são todo mundo tem capacidade igual as capacidades são as mesmas porém as oportunidades

138. *Mediador*: agora o debatedor E está com direito a tréplica

139. *Debatedor E (contra)*: estamos no Brasil certo? Pois é aa:: educação é precária a saúde é precária tudo é precário porque será o governo o pessoal que tá lá em cima eles fazem o que fazem e a gente só aceita a gente não impõe os nossos direitos a gente não vai atrás dos nossos direitos a gente simplesmente aceita o que eles o que eles impõe pra gente então tipo porque a gente fica aceitando essas coisas que eles fazem se a gente não vai atrás dos nossos direitos cara? (...)

140. *Mediador*: silêncio por favor

141. *Debatedor E (contra)*: cara vamo correr atrás dos nossos direitos por favor né porque só ficar aceitando o que o povo lá de cima o que os governantes governantes que a gente colocou né porque sinceramente e olha tava né a gente colocou eles lá e eles são bons não então a gente tem que rever e repensar na hora de colocar esses governantes lá porque são eles que tão usufruindo de todos os nossos direitos e nós nada nós tamos aqui

((Aplausos da plateia))

O início do bloco sempre começa pelo mediador que organiza os blocos e a ordem de fala dos debatedores. O debatedor E (contra) teve a oportunidade de iniciar o debate apresentando a sua pergunta. Para isso inicia sua fala afirmando que ainda geram bastantes dúvidas no que se refere a definição de cor e etnia e quem se encaixa em cada grupo, seja negros, brancos, pardos, indígenas entre outros. Então ele pergunta como o seu oponente considera que essa lei pode trazer igualdade, se qualquer pessoa pode se autodeclarar pertencente a um desses grupos.

O debatedor 1 (a favor) inicia sua fala defendendo o posicionamento do seu grupo no debate. Diz que as cotas tornam a sociedade mais justa e proporcionam a igualdade. Para ele as pessoas não podem se auto declarar pertencente a um grupo étnico sem provar.

No momento da réplica o debatedor E (contra) argumenta que muitas pessoas usam a lei de cotas para se beneficiar, uma vez que as universidades não procuram saber se a etnia do aluno é verdadeira. No desenvolver do seu argumento percebemos uma ideia que não foi colocada de forma coerente, pois inicialmente ele fala especificamente sobre as escolas municipais quando o debatedor diz “*muitas escolas municipais elas não tão nem ai em correr atrás das escolas antigas das famílias pra saber se são negros... indígenas elas não tão nem ai elas só colocam lá pra cumprir isso*”, depois trata da universidade. Consideramos esse argumento com baixo grau de complexidade, pois é inconsistente, há confusão na exposição das ideias, interpretação inadequada da lei de cotas, mas tenta manter o tema central do debate.

Na tréplica, o debatedor 1 (a favor) reafirma a sua posição argumentando que para entrar na universidade é preciso comprovar a etnia, caso contrário perde a vaga. Consideramos os argumentos do debatedor 1 (a favor) com grau médio de complexidade, pois são consistentes, houve a manutenção do tópico e a coerência, e utilização da linguagem coloquial. Sabemos que a coerência textual na interação verbal e o compartilhamento de conhecimentos são fundamentais para o desenvolvimento do debate e consequentemente para a manutenção do tópico discursivo.

Ao ter a oportunidade de fazer a sua pergunta, esse debatedor formula seu questionamento com base no que um debatedor do grupo contrário falou em outro bloco, a respeito do desenvolvimento dos alunos cotistas e não cotistas que considera não ser igual. Para defender que os alunos cotistas possuem um bom rendimento na universidade, o debatedor cita uma pesquisa realizada pela UERJ e pela UNICAMP que diz que os alunos cotistas tem desenvolvimento igual ou até mesmo superior aos não cotistas. Ele retoma o discurso do grupo contrário ao dizer “*vocês acabaram de falar que os alunos cotistas não*

conseguem ter o mesmo desenvolvimento que os alunos que entram por ampla concorrência” para então questioná-los como eles explicam essas pesquisas realizadas por instituições renomadas no Brasil.

O debatedor E (contra) responde a pergunta argumentando que se os alunos cotistas tem rendimento maior ou igual aos não cotistas, poderiam então estudar para não precisar entrar nas universidades e escolas através das cotas.

Na réplica, o debatedor 1 (a favor) argumenta que todos tem capacidade, mas nem todos tem oportunidade. O debatedor ao defender a sua tese faz uso de subtópicos que mantêm uma relação direta com o tópico central, como é o caso do tópico “oportunidade”.

O debatedor E (contra) finaliza o bloco, argumentando no momento da réplica que no Brasil tudo é precário, saúde e educação, de acordo com ele as pessoas aceitam as propostas do governo passivamente e não vão em busca dos seus direitos. Ele incentiva aos que estão participando do debate a buscar os direitos *“cara vamo correr atrás dos nossos direitos por favor né porque só ficar aceitando o que o povo lá de cima o que os governantes/governantes que a gente colocou”*, argumenta que todos devem pensar bem antes de votar, pois segundo ele os governantes estão usufruindo dos nossos direitos e a população ficando sem nada.

O debatedor E (contra) ao defender o seu ponto de vista faz uso de subtópico que não possui relação direta com o tópico central e assim desvia totalmente o tópico central do debate. Como foi discutido no segundo capítulo, o desvio do tópico discursivo pode acontecer por diversas razões, uma delas pode ser pela ênfase em subtópicos, conduzindo o foco dos seus argumentos para outro ponto que não seja o do tema central do tópico discursivo, essa estratégia pode contribuir para a preservação de face. Assim acreditamos que ao longo do debate, novos subtópicos vão surgindo e com isso, às vezes de forma inconsciente, os debatedores vão conduzindo o foco dos argumentos para outro tema que não seja o tema central.

Quadro 23 – 7º Bloco do debate “O sistema de cotas pode tornar a sociedade mais justa?”

Tópico	Síntese dos argumentos	Grau de complexidade dos argumentos	Estratégias

Autodeclaração em relação a definição de cor e etnia	O debatedor E (contra) levanta o tópico sobre autodeclaração em relação a definição de cor e etnia através de uma pergunta (fala 125) direcionada ao seu oponente, utilizando o argumento de que qualquer pessoa pode se autodeclarar negra, parda ou indígena, sendo a lei de cotas não justa. Além disso, apresenta um exemplo confuso relacionado às escolas municipais.	Grau baixo	Manutenção do tópico discursivo como estratégia de fortalecer argumentos.
Tópico levantado pelo debatedor E (contra) na fala (125)	O debatedor 1 (a favor) mantém o tópico levantado por seu oponente argumentando que para entrar na universidade é preciso comprovar a etnia, caso contrário perde a vaga.	Grau médio	Manutenção do tópico discursivo como estratégia de fortalecer argumentos.
Subtópico	Síntese dos argumentos	Grau de complexidade dos argumentos	Estratégias
O desenvolvimento dos alunos cotistas	O debatedor 1 (a favor) levanta esse tópico através de uma pergunta direcionada ao seu oponente, defendendo a tese, baseada em uma pesquisa, de que os alunos cotista possuem o mesmo desenvolvimento que os não cotista.	Grau médio	Manutenção do tópico discursivo como estratégia de fortalecer argumentos.
Tópico levantado pelo debatedor 1 (a favor) na fala (113)	O debatedor E (contra) argumenta que já que os cotistas possuem o mesmo desenvolvimento que os não cotistas poderiam estudar e não precisar de cotas. Na tréplica desvia o tópico para tratar das questões políticas e defender que a população não luta pelos seus direitos.	Grau baixo	Desvio do tópico central para proteção de faces.

Fonte: Elaboração própria em 2019

8º Bloco do debate “O sistema de cotas pode tornar a sociedade mais justa?”

142. Mediador: agora daremos início ao 8º bloco sendo este a palavra final () convido agora os debatedores C e 3 para apresentar seus argumentos ... silêncio por favor o debatedor C irá apresentar seus argumentos (...)

143. Debatedor C (contra): segundo uma pesquisa feita pelo IBGE publicada no site da UOL numa quinta-feira sete de novembro de dois mil e treze às sete e quarenta e quatro... setenta e seis vírgula sete por cento da população da Bahia é negra ou parda enquanto apenas vinte e três vírgula sete por cento da população é branca bom éé:: nessa região não faz sentido existir cotas porque mais da maioria segundo o IBGE ela é negra ou negra ou parda e essa minoria esses vinte e três vírgula sete por cento eles fizeram estimativa que um terço da população éé:: tem a renda baixa enquanto mais da metade tem acima de trinta anos então nesse lugar não faz sentido existir cotas... quanto a questão das cotas para deficientes o IBGE estima que quatro vírgula dois por centos das escolas de nosso país não têm uma estrutura adequada para ser instituições públicas de ensino éé:: se a gente for fazer uma margem levando ao pé da letra e tirando os requisitos que eles apontam como laboratório... bibliotecas.. ar condicionados e cadeiras em perfeito estado éé:: eu acho que apenas vinte por cento das escolas do nosso país seguem os critérios para ser uma instituição de ensino adequada e quem garante que essas vinte por cento dessas instituição éé:: podem fornecer para as pessoas deficientes uma estrutura adequada para o ensino delas?

144. Mediador: da mesma forma o debatedor 3 irá apresentar seus argumentos

145. Debatedor 3 (a favor): éé:: no caso a lei de cotas vem pra tentar amenizar essa essa entrada dos cotistas na universidade onde eles buscam tipo almejar uma vaga de emprego maior com isso (...) e no caso sem as cotas é difícil... não... com as cotas é difícil imagine sem as cotas.. por outro lado quatro por cento das escolas não oferecem um um sistema adequado você já parou pra pensar nos alunos que estudam nessas escolas o direito que elas vão ter de concorrer com esses vinte por cento das escolas que oferecem bons estudos ee:: a questão doo:: dass:: cotas pra deficiente vem é pra vir do governo mas só que o governo não oferece ou seja tem que implantar na escola rampas para os deficientes éé:: piso adequado para deficientes visuais porque caso desejam ingressar na tal escola e é isso

146. Mediador: iremos dar início ao último bloco que sendo esse encerramento e considerações finais pode sentar por favor. Agradecemos ao laboratório de produção textual na pessoa do professor José Ribamar Lopes Batista Junior pela oportunidade de participar de mais uma edição do polêmicas em debate tendo em vista que esta é uma boa iniciativa que nos possibilita a discutir e compartilhar ideias enriquecendo o nosso repertório com cidadãos mais críticos e atraentes agradecemos a presença de todos e de todas e a comissão organizadora deste evento tenham todos uma boa noite. ((aplausos da plateia))

O debatedor C (contra) inicia a sua fala citando uma pesquisa feita pelo IBGE que diz que 76,7% da população da Bahia é negra ou parda, e 23, 7% são brancos. Logo, $76,7 + 23,7 = 100,4\%$. Cita essa pesquisa do IBGE para justificar que na Bahia não haveria necessidade para cotas por cor. Entretanto, a somatória das percentagens da pesquisa ultrapassam os 100%. Em seguida afirma que segundo esta mesma pesquisa 1/3 da população tem baixa renda, mas não deixa claro se é toda a população da Bahia ou apenas 1/3 dos 23,7% da população “branca”. Sobre as cotas para deficientes o debatedor alega que segundo o IBGE 4,2% das escolas brasileiras não tem condições de serem instituições de ensino público. Após generalizar, ele retoma o tópico cotas para deficientes debatido no quinto bloco, dizendo que

muitas escolas não têm uma estrutura adequada para ser instituição de ensino e que as que têm não sabe se garantem uma estrutura adequada as pessoas com deficiência. Diante disso, consideramos o argumento desse debatedor com baixo grau de complexidade, pois é inconsistente por apresentar argumento baseado em hipótese “*eu acho que apenas vinte por cento das escolas do nosso país seguem os critérios para ser uma instituição de ensino adequada*” não apresentando a fonte dos dados da pesquisa, subentendendo que foi baseado no senso comum, o que prejudica a credibilidade do debatedor. Também apresentou uma pesquisa do IBGE para justificar a não necessidade de cotas na Bahia, e em seguida falou apenas das cotas para deficientes o que provocou uma prolixidade. No entanto, mesmo usando argumentos inconsistentes o debatedor utiliza o tópico “o sistema de cotas na Bahia” que se relaciona ao tópico central do debate. Por isso utiliza como estratégia a manutenção do tópico discursivo como forma de fortalecer seus argumentos.

O debatedor 3 (a favor) argumenta que as cotas vêm pra amenizar a entrada dos cotistas nas universidades. Esse argumento não deixa claro o que de fato será amenizado. Assim, faz uma confusão ao declarar que a lei de cotas busca amenizar a entrada de cotistas na universidade e em sequência afirmar que “... *se com cotas é difícil, imagine sem cotas*”. Pelo seu argumento, entendemos que muitas pessoas buscam através das cotas uma oportunidade de ter uma formação e, com isso, conseguir emprego “*eles buscam tipo almejar uma vaga de emprego maior com isso (...)*”. Cita que 4% das escolas não oferecem um sistema adequado e busca induzir a plateia a imaginar esses alunos oriundos dos 4% das escolas concorrendo com os alunos dos 20% das escolas que oferecem bons estudos. Logo gera a seguinte dúvida e o restante dos 76% das escolas são o quê? Ensino regular?

No que concerne à questão dos deficientes, o debatedor causa confusão entre os termos sistema de cotas para deficientes e a acessibilidade, por isso cita a responsabilidade do governo de providenciar a acessibilidade a esses estudantes especiais. Consideramos esse argumento com baixo grau de complexidade, pois é inconsistente por apresentar uma lacuna na compreensão dos dados (percentagem) e por não informar a referência desses dados, o que prejudica na veracidade dos fatos apresentados e causa uma incoerência em relação à diferença de termos importantes para a clareza dos argumentos. Apesar disso o debatedor tenta manter o tema do debate.

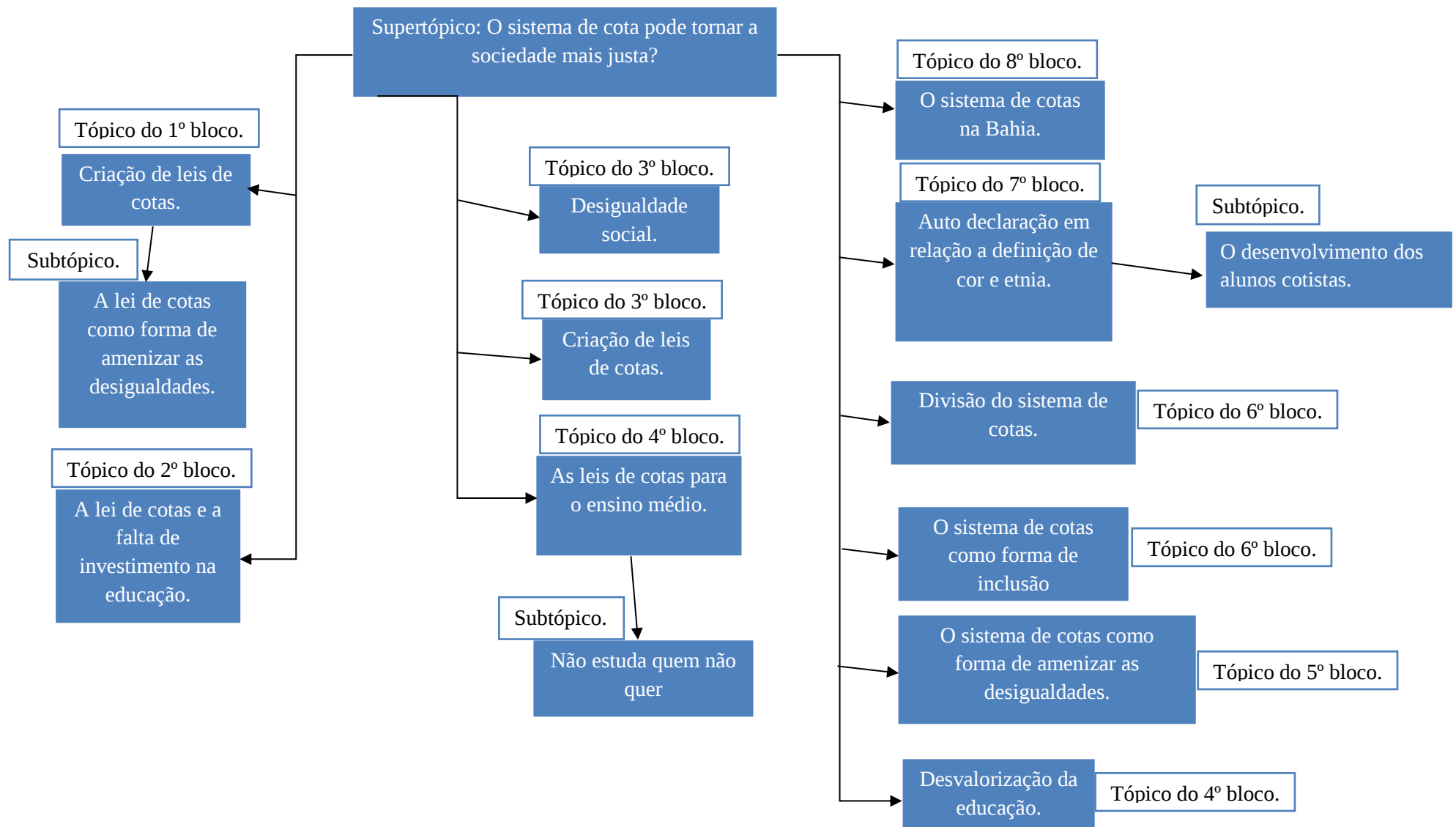
Tópico	Síntese dos argumentos	Grau de complexidade dos argumentos	Estratégias
Sistema de cotas na Bahia	O debatedor C (contra) argumenta não há necessidade de cotas na Bahia porque boa parte da população é negro ou parda. Também argumenta sobre a questão das cotas para deficientes dizendo que as escolas não tem estrutura para recebê-los.	Grau baixo	Manutenção do tópico discursivo como estratégia de fortalecer argumentos.
(tópico levantado pelo debatedor C (contra) na fala (143))	O debatedor 3 (a favor) argumenta que as cotas vem pra amenizar a entrada dos cotistas nas universidades. Cita a responsabilidade do governo de providenciar a acessibilidade a esses estudantes especiais.	Grau baixo	Manutenção do tópico discursivo como estratégia de fortalecer argumentos.

Fonte: elaboração própria em 2019

Após a apresentação dos argumentos desses dois debatedores, foi encerrado o debate. O 9º bloco se trata do encerramento, onde dois alunos que já participaram do *projeto Polêmicas em Debate* têm a oportunidade de escolher os melhores debatedores daquele dia. Em seguida, o professor coordenador do projeto faz as considerações finais e os agradecimentos.

Apresentaremos abaixo, a partir dos estudos de Fávero (1999), a organização tópica dos tópicos discursivos realizados no segundo debate analisado. Esse organograma elaborado por nós teve como base os quadros tópicos (QTs) de Fávero (1999) como já mencionamos na página 18. Vejamos.

Figura 5 - Quadro Tópico 2



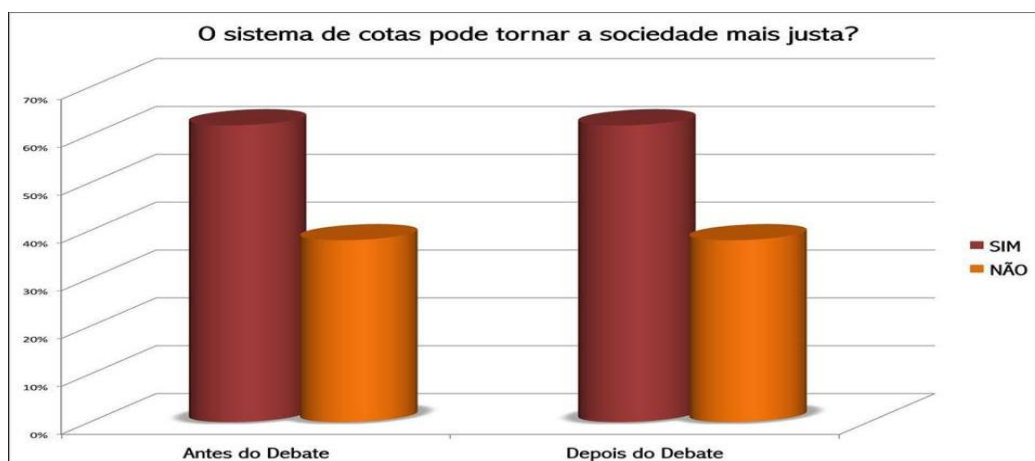
Fonte: Elaboração própria em 2019

Esse segundo debate teve a presença do supertópico “O sistema de cotas pode tornar a sociedade mais justa?” e de onze tópicos e três subtópicos que foram surgindo no decorrer do debate. Como no 3º e no 6º bloco dividimos a análise em duas partes, apresentamos também os tópicos de cada uma. Por isso, consta no organograma ou quadros tópicos a presença de dois tópicos diferentes nesse bloco.

Por esse quadro tópico, vemos que há uma coerência entre o supertópico e os tópicos introduzidos em cada bloco. A criação de quadros tópicos é importante para compreendermos o percurso que os debatedores fizeram durante o debate. Pelos quadros observamos que em determinados blocos mantiveram constantemente a relação direta com o tópico central ou supertópico do debate e em outros blocos o debatedor introduziu um novo tópico para desviar o tópico central, para falar sobre aquilo que ele gostaria por se sentir seguro ou por não querer mais falar da temática central do debate.

A temática desse debate, discutida no projeto, dividiu opiniões antes e depois do debate, isso porque o professor realizou uma enquete via aplicativo do próprio projeto em que os alunos podem baixar e votar de acordo com o seu posicionamento. O resultado é divulgado na página do facebook do Polêmicas em debate o qual veremos a seguir.

Figura 6 – Resultado da enquete: O sistema de cotas pode tornar a sociedade mais justa?



Fonte: (POLÊMICAS ..., 2017c)

Esse resultado da enquete mostra que as opiniões divergem em proporções diferentes, pois antes do debate 60% das pessoas que constitui a comunidade escolar votaram “sim”, ou seja, que o sistema de cotas pode tornar a sociedade mais justa, enquanto que pouco mais de 30% votaram que “não”, que o sistema de cotas não torna a sociedade mais justa.

Após o debate, toda a comunidade é convidada a votar mais uma vez. Essa votação antes e depois do debate tem o objetivo de identificar se as opiniões mudaram ou

permaneceram as mesmas. Se mudaram significa que foram persuadidas pelos argumentos apresentados pelos debatedores. Com o resultado da última enquete, vimos que as pessoas mantiveram sua opinião em relação ao sistema de cotas ser ou não justo.

Esse resultado após o debate pode estar relacionado com o grau de complexidade dos argumentos apresentados pelos debatedores conforme a nossa classificação que se encontra na página 63. Num total de vinte e quatro argumentos analisados, quatorze foram considerados com baixo grau de complexidade, nove com médio grau e apenas um considerado com grau elevado. Isso mostra que os argumentos apresentados pelos dois grupos não fizeram com que as pessoas que participaram do debate, seja debatendo ou no auditório mudassem de opinião. Em relação as estratégias utilizadas consideramos que houve quatro desvios e vinte manutenções do tópico discursivo central. Compreendemos que a estratégia da manutenção do tópico como forma de fortalecer os argumentos teve uma recorrência maior.

Persuadir o interlocutor não é uma tarefa fácil, mas a habilidade de argumentar sobre um determinado tópico discursivo pode ser desenvolvida com a prática e a maturidade dos debatedores, bem como com a organização das ideias apresentadas de forma coerente e clara para a compreensão do interlocutor.

Apesar do número de argumentos que consideramos inconsistente ser maior, não diminui o esforço dos alunos em debater sobre um assunto polêmico que ainda há muito que discutir e esclarecer sobre a Lei nº 12.711/2012, criada para ser uma das principais ferramentas de ampliação das oportunidades sociais e educacionais no Brasil, objetivando mudanças significativas na democratização do acesso ao ensino superior e na redução da desigualdade social no país. Entretanto, algumas pessoas discordam disso e encontram motivos para acreditar que as cotas não são justas e não reduzem a desigualdade. Debater com pessoas de diversas opiniões só enriquece o conhecimento e amplia a visão de mundo para aquilo que só passamos a enxergar após a opinião do outro.

De acordo com o professor coordenador do projeto Polêmicas em Debate, os objetivos do projeto são totalmente atingidos, pois conseguem fazer debates que são extremamente produtivos. Com isso, os alunos se empenham e estudam. O Polêmicas faz com que os alunos consigam ter outro olhar sobre o mundo, então, eles conseguem sair da visão do senso comum; o projeto também proporciona o amadurecimento, pois tem o processo de exposição pelo fato de o evento acontecer no auditório da escola; aprimora a maneira de falar, de argumentar e de construir textos orais; e consegue envolver toda a comunidade.

Após participar desse projeto, na série seguinte, os alunos conseguem discutir melhor os temas da redação do ENEM, refletindo e pensando criticamente sobre as coisas, e

melhoram também na sua escrita. A maior dificuldade que o professor percebe está na elaboração das perguntas que eles precisam fazer para o dia do debate.

Com esse depoimento do professor, obtido por meio de uma entrevista, comprovamos que esse projeto desenvolve habilidades que são essenciais aos alunos do ensino médio, por promover o protagonismo e a autonomia do educando que está em processo de aprendizagem e precisa agir como autor da sua própria história, seja em ambiente profissional ou na sociedade de forma geral exercendo seu papel na cidadania.

5.2 UMA PROPOSTA PARA O ENSINO

Os estudos apresentados até aqui sobre o tópico discursivo, argumentação, oralidade e debate nos instigaram a refletir sobre como esses assuntos podem ser aplicados nas aulas de língua portuguesa do ensino médio. Sabemos que o trabalho com um gênero oral no ambiente escolar não é tarefa fácil, sobretudo a análise de um debate para que, a partir dele, se dê o ensino do tópico discursivo como estratégia argumentativa.

Com isso, intentamos nesta seção propor atividades que possibilitem um pouco o conhecimento sobre os assuntos tratados durante este trabalho, que promovam o desenvolvimento de habilidade como raciocínio lógico, oralidade, escuta do outro, uso das estratégias argumentativas entre outras. Após conhecermos o *Projeto Polêmicas em Debate*, vimos que é possível trabalhar o gênero debate na escola e, a partir dele, ensinar outros conteúdos relacionados que ampliem a capacidade do aluno e o seu desenvolvimento pleno seja na compreensão ou na produção de um gênero oral ou escrito.

Apresentaremos propostas de atividades que podem ser trabalhadas em sequência. São propostas flexíveis a mudanças correspondendo à necessidade de cada turma e professor. O público alvo da nossa proposta de ensino são os alunos do ensino médio, especificamente da segunda série, por serem mais maduros e estarem adaptados ao nível médio. Além disso, por ser também a série em que é desenvolvido o *Projeto Polêmicas em Debate*. Todas as atividades foram elaboradas com objetivos relacionados ao estudo que fizemos para fundamentar esta pesquisa. Passaremos a primeira proposta.

Primeira proposta de atividade: conhecimento das características do debate de fundo controverso

Trabalharemos o conhecimento desse gênero, tendo em vista que proporemos em uma das atividades o ensino do tópico discursivo como estratégia argumentativa a partir do debate. Então, na nossa proposta, o professor iniciará instigando os alunos sobre a definição desse

gênero, *a estrutura composicional, a função e o estilo*. Para isso, o professor pode consultar a nossa seção “Os gêneros debates” da página 50 a 56, que servirá como material de apoio.

Como exemplo de debate de fundo controverso, a nossa sugestão é a exibição de dois blocos de um dos debates do projeto *Polêmicas em Debate* realizados no ano de 2018 que estão disponíveis no youtube.com sobre as seguintes temáticas:

1º debate: O voto deveria ser facultativo?

Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=rWCIAuDk47U>

2º debate: A liberação do porte de armas diminuiria a criminalidade?

Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=aGdtXKENEkM>

3º debate: O serviço militar deveria ser obrigatório para as mulheres?

Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=n8sClRii4gU>

4º debate: O Estado deveria cobrar impostos das igrejas?

Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=-kfq7zvdagg>

Após a escolha de um dos debates que deve ser feita pelos alunos conforme a temática do interesse deles, o professor pode exibir apenas os dois primeiros blocos para identificar neles as características do debate de fundo controverso, observando a sua organização.

Segunda proposta de atividade: debatendo e argumentando

Nesta atividade que será realizada após conhecer as características do gênero debate de fundo controverso, terá como objetivo ampliar o conhecimento dos alunos sobre argumentação e estratégia argumentativa, já que esse gênero é marcado pela argumentação. Para esta atividade, é importante discutir sobre os termos comuns durante o processo de argumentar que são: refutação e retomada.

Para esta aula, é importante que o professor utilize como material de apoio o nosso capítulo 2 que traz alguns estudos sobre a argumentação. É possível nesta atividade falar das estratégias, da manutenção e do desvio do tópico, e mostrar como elas podem se apresentar durante o debate. Neste momento, o professor pode introduzir a explicação sobre tópico, já que será falado sobre o desvio e a manutenção do tópico discursivo e depois disso apresentar aos alunos quando há desvio e manutenção e qual o propósito dessas estratégias durante o debate.

Para isso, o professor pode usar o material da nossa análise em que apresenta os desvios como estratégia de proteção de face e a manutenção como estratégia de fortalecer argumentos no debate, ou utilizar a exibição do debate do *Projeto Polêmicas em Debate* do ano de 2018 iniciado na atividade anterior. Na sequência, serão exibidos os blocos 3 e 4 do debate escolhido pelos alunos.

Essa exibição dos blocos do debate será para que o aluno analise o desempenho, os argumentos e as estratégias argumentativas utilizadas pelos debatedores. Assim, estaremos trabalhando no ensino de linguagens conforme propõe a BNCC (2017) quando diz que os estudantes do ensino médio precisam analisar, em textos argumentativos, os posicionamentos assumidos, os movimentos argumentativos de sustentação, refutação, contra-argumentação e negociação e os argumentos utilizados para sustentá-los.

Terceira proposta de atividade: a elaboração de quadros tópicos

Esta terceira atividade será desenvolvida após o conhecimento dos alunos sobre debate de fundo controverso e suas características sobre a argumentação e análise das estratégias argumentativas. Antes de propor aos alunos a elaboração de quadros tópicos, o professor continuará a explicação, iniciada na atividade anterior, sobre o tópico discursivo, explicando para os alunos que existe no debate um tópico central e a partir das perguntas e apresentação dos argumentos um novo tópico poderá surgir dentro do bloco, bem como subtópicos. Como material de apoio para o professor, sugerimos a leitura do capítulo 2 e a análise dos debates no capítulo 5 deste trabalho.

Em seguida, o professor pode apresentar aos alunos um quadro tópico já elaborado para servir de exemplo, pode usar os nossos quadros da página que são didáticos e de fácil entendimento, e na sequência dividir a turma em grupos, para que cada grupo elabore seu quadro tópico de apenas um bloco do debate do *Projeto Polêmicas em debate* do ano de 2018 que já foi trabalhado nas atividades anteriores. Ressaltamos que o debate constitui-se por oito blocos, assim cada grupo elaborará um quadro tópico de um debate e, no final, a turma toda terá assistido ao debate e elaborado um quadro tópico geral que o professor pode socializar com os alunos, através de slide mostrando o resultado desse quadro tópico final.

Quarta proposta de atividade: produção do gênero debate de fundo controverso

A quarta atividade será desenvolvida após o trabalho realizado nas atividades anteriores. Esta atividade tem por objetivo desenvolver a oralidade e habilidades como

raciocínio lógico, escuta do outro e das estratégias argumentativas que foram tão mencionadas durante este trabalho. Assim, como propõe a BNCC (BRASIL, 2017, p. 509), outra habilidade a ser desenvolvida é a produção de textos orais, onde os alunos selecionem informações, dados e argumentos em fontes confiáveis, para utilizá-los de forma referenciada, e por isso buscaremos aqui sugerir uma atividade que contemple o desenvolvimento dessas habilidades.

Neste trabalho, apresentamos o projeto *Polêmicas em debate*, como um projeto bem sucedido que mostra que é possível realizar, de acordo com as possibilidades de cada escola, um trabalho como esse que visa ao desenvolvimento de todas essas habilidades mencionadas anteriormente. Então, pedimos licença ao professor coordenador para que o formato desse projeto possa ser desenvolvido em outras escolas, seja na própria sala de aula, no pátio ou no auditório dependendo da disponibilidade de cada instituição.

Com isso, sugerimos que o professor leve para sala de aula alguns temas polêmicos que estão em circulação na sociedade para que os alunos possam debater um assunto do interesse deles. Em seguida, o professor irá selecionar o mediador e dez debatedores, cinco a favor e cinco contra, que apresentarão suas ideias e seus argumentos sobre um determinado assunto.

Antes de realizar o debate, é necessária a fase de planejamento, onde cada grupo poderá se reunir para discutir sobre o assunto, anotar as justificativas que consideram mais fortes para sustentar sua posição, apresentar as pesquisas que fizeram, anotar os argumentos e as estratégias que irão utilizar no dia do debate.

O mediador também deve saber qual o seu papel e suas atribuições no debate, como: apresentar o assunto a ser debatido, justificar a importância da polêmica, marcar o tempo da fala de cada debatedor, interromper o tempo do debatedor com gentileza caso ele ultrapasse o tempo previsto, dirigir os debatedores para que façam suas perguntas um ao outro e apresente seus argumentos e organizar a participação dos demais alunos com tempo estabelecido a quem desejar participar, questionando os debatedores. E no dia determinado pelo professor devem estar prontos para realizar o debate, seguindo as orientações feitas por ele, como: ouvir e respeitar as opiniões diferentes das suas; e escolher bem as palavras para expor as ideias com clareza, indo direto ao assunto.

As atividades propostas aqui foram planejadas para serem desenvolvidas nas aulas de língua portuguesa do Ensino Médio, especificamente com os alunos da segunda série. São atividades simples, mas requerem do professor um tempo dedicado ao estudo das temáticas apresentadas neste trabalho e a ousadia para ir em busca de novas formas de trabalhar os gêneros orais, a argumentação e inserir no ensino o estudo do tópico discursivo. Para

sistematizar as sugestões acima, apresentaremos um quadro resumo das propostas de atividades.

Quadro 25 - Propostas de atividades

ATIVIDADE	PROPOSTA	OBJETIVO
Atividade 1 <i>Conhecimento das características do debate de fundo controverso</i>	Trabalhar as características do gênero debate de fundo controverso, no que diz respeito à estrutura composicional, estilo e função. Exibir um dos debates realizados no projeto Polêmicas em debate do ano de 2018 como exemplo.	Conhecer as características do gênero debate de fundo controverso.
Atividade 2 <i>Debatendo e argumentando</i>	Trabalhar as estratégias de manutenção e de desvio do tópico discursivo para mostrar qual o propósito dessas estratégias durante o debate. Exibir a continuação de um dos debates projeto Polêmicas em debate do ano de 2018 para exemplificar essas estratégias.	Ampliar o conhecimento dos alunos sobre argumentação e estratégia argumentativa.
Atividade 3 <i>Elaboração de quadros tópicos</i>	Explicar o tópico discursivo para a elaboração de quadros tópicos a partir de um dos debates realizados no projeto Polêmicas em debate do ano de 2018.	Identificar o tópico central e os subtópicos no debate para compreender o conteúdo abordado.
Atividade 4 <i>Produção do gênero debate de fundo controverso</i>	Produzir um debate de fundo controverso com a presença de um mediador e de dez debatedores a partir de um tema polêmico de interesse dos alunos.	Desenvolver a oralidade, as estratégias argumentativas, o respeito ao turno e escuta do outro.

Fonte: Elaboração própria em 2019

De acordo com a BNCC, atividades como essas podem desenvolver habilidades como posicionamento crítico diante de questões polêmicas de relevância social, produção e análise de textos orais, análise de textos argumentativos, os movimentos argumentativos (sustentação, refutação/contra-argumentação e negociação) e os argumentos utilizados para sustentá-los.

Portanto, objetivamos contribuir para o ensino de língua portuguesa através dessas sequências de atividades que devem ser realizadas na sala de aula de acordo com a necessidade da turma, ou seja, ela é flexível a mudanças ou adaptações. É sempre muito importante introduzir no ensino novas práticas que possam despertar o interesse dos alunos e desenvolver habilidades essenciais para a vida pessoal, profissional e cidadã dos jovens estudantes do ensino médio.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste momento, teceremos algumas considerações relacionadas a este trabalho desenvolvido em dois anos e meio, considerado um trabalho concluído que abre perspectivas para novas pesquisas na área do ensino. Para o entendimento dos nossos resultados, vimos a necessidade de retomar de forma sintética os objetivos da pesquisa.

Desse modo, tínhamos como objetivo geral investigar como se dão as estratégias argumentativas no debate de fundo controverso realizado no *Projeto Polêmicas em Debate*, considerando o desvio e a manutenção do tópico discursivo. E para que fosse alcançado, este objetivo desdobrou-se em dois outros específicos que foram: identificar como o desvio do tópico discursivo pode se configurar como estratégia argumentativa de proteção de face dos participantes do debate; e analisar como a manutenção do tópico discursivo pode ser um meio de fortalecer os argumentos apresentados pelos debatedores.

Com o intuito de alcançar o que propomos no primeiro e no segundo objetivos específicos, definimos nosso universo da pesquisa, o *Projeto Polêmicas em debate*, realizado em uma escola pública federal no Piauí e delimitamos o *corpus* como sendo dois debates realizados no ano de 2017, que foram gravados e disponibilizados no youtube.com. Fizemos os estudos das temáticas que cercam o objeto da nossa pesquisa que se refere ao ensino do tópico discursivo como estratégia argumentativa a partir do debate e realizamos os procedimentos de análise.

Para que chegássemos aos dados, fizemos a transcrição dos debates conforme as normas do NURC e selecionamos quatro critérios para estabelecer o que consideraríamos como desvio e como manutenção, além disso analisamos o grau de complexidade dos argumentos, dividindo-os em três níveis: baixo, médio e elevado.

Durante a análise dos argumentos dos debatedores, identificamos a presença de elementos da argumentação como a defesa da tese, refutação e retomada por meio de estratégias argumentativas. Assim, constatamos, através dos dois debates, a presença da manutenção como estratégia de fortalecer os argumentos apresentados pelos debatedores quando faziam uso de argumentos e tópicos que mantinham relação direta com o tópico central do debate; e constatamos a presença do desvio do tópico como estratégia de proteção de face quando o debatedor fazia uso de tópicos que possuíam uma relação parcial (indireta) ou uso de tópicos não mantinham relação direta com o tópico central.

Com isso, percebemos que a identificação do tópico discursivo é essencial para a compreensão, pois evita possíveis ambiguidades e incoerências durante a defesa do ponto de

vista. Além disso, ao utilizar a estratégia da manutenção do tópico, alguns debatedores usaram argumentos com grau de complexidade médio e elevado, pois tiveram a possibilidade de fortalecer seus argumentos e persuadir o oponente no debate, usando argumentos consistentes, coerentes, fundamentados em fatos ou exemplos, com a utilização da linguagem formal e pública, fazendo interpretações adequadas das leis, de notícias e de dados estatísticos. Dessa forma, eles conseguiram manter o controle do debate e enfraquecer os fundamentos trazidos ao debate por seu oponente, pois estavam mais preparados para persuadi-lo. Logo, constatamos que quando o aluno possui conhecimento dessas duas estratégias, ele pode construir seus argumentos como considerar mais adequado à situação, aos seus objetivos, ao público alvo, ao contexto, podendo desviar ou manter o tópico discursivo.

Contudo, ao usarem a estratégia do desvio do tópico discursivo para proteção de face, alguns debatedores utilizaram argumentos com grau de complexidade baixo, pois usaram argumentos inconsistentes, com incoerência, confusão na exposição das ideias, prolixidade e interpretação inadequada das leis, de notícias e de dados estatísticos. Percebemos que alguns optaram por essa estratégia, mesmo que de forma inconsciente, por não terem feito o estudo adequado do conteúdo que permeava o tema do debate, com isso não foram felizes na interpretação das informações, que por vezes não souberam colocar no momento da pergunta ou na defesa da sua tese o seu ponto de vista de forma significativa.

Acreditamos que, com essa experiência e maturidade, os alunos terão mais discernimento para planejar melhor os argumentos que serão apresentados e defendidos por eles em um próximo debate. São alunos de Ensino Médio em processo de crescimento intelectual e o fato de participarem de um projeto como o *Polêmicas em Debate* traz para eles um novo modo de enxergar o mundo através do diálogo e do respeito à vez e à voz do outro.

Através desse projeto, que é desenvolvido por um professor de redação, constatamos que é possível trabalhar o estudo do tópico discursivo e da argumentação através do gênero oral debate e que este gênero permite o desenvolvimento da língua oral e do raciocínio lógico, bem como das estratégias argumentativas, seja nas aulas de língua portuguesa ou de redação.

Portanto, os estudos sobre as temáticas abordadas neste trabalho e o conhecimento do desenvolvimento do projeto *Polêmicas em Debate* nos motivou a planejar uma proposta de ensino que fosse prática e que a nossa pesquisa pudesse servir diretamente como material de apoio para o professor adquirir conhecimentos e tirar da análise exemplos para serem trabalhados em sala de aula. Assim, desenvolvemos a nossa proposta de ensino reunida em uma sequência de quatro atividades que visam contribuir para a ampliação de habilidades necessárias ao processo de ensino aprendizagem.

Chegamos ao final desta dissertação e sabemos que ainda há muito que ser estudado e pesquisado no que diz respeito ao tópico discursivo, às estratégias argumentativas, bem como ao ensino da oralidade e dos gêneros orais, mas que através do nosso trabalho deixamos uma pequena contribuição para as futuras pesquisas no campo do ensino. Por mais que seja difícil a realização de atividades com o gênero debate e a inserção de novos conteúdos e formas de trabalhar com o tópico discursivo como estratégia argumentativa, continuaremos na tentativa de contribuir para a construção do ensino de linguagens que proporcione aos estudantes o desenvolvimento pleno para exercer o seu papel na cidadania.

REFERÊNCIAS

ABREU, Antônio Suárez. **A Arte de Argumentar: Gerenciando Razão e Emoção**. 8. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.

ANTUNES, Irandé. **Aula de português: encontro e interação**. 2 ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

ARAÚJO, Denise L de; RAFAEL, Edmilson L; AMORIM, Karine V. Estudos Lingüísticos e oralidade: uma visão do objeto de estudo e de ensino em cursos de Letras da Paraíba. *In*: ARAÚJO, Denise Lino de; SILVA, Williany Miranda (org.) **A oralidade em foco: conceitos, descrição e experiências de ensino**. 2.ed. Campinas: Pontes Editores, 2016. p. ??-??

BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. *In*: BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais(PCN): Língua Portuguesa**. Ensino Fundamental. Terceiro e quarto ciclos. Brasília,DF: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2017.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1990]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 3 de set. 2018.

BRASIL. **Lei 10.097, de 19 de dezembro de 2000**. Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Brasília, DF: Presidência da República, [2000]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L10097.htm. Acesso em: 10 de set. 2018.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília,DF: Presidência da República, [2012]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 17 de set. 2018.

BRETON, Philippe. **A argumentação na comunicação**. Tradução de Viviane Ribeiro. 2. ed. Bauru: EDUSC, 2003.

BUENO, L. Gêneros orais na escola: necessidades e dificuldades de um trabalho efetivo. **Instrumento: Revista de Estudo e Pesquisa em Educação**, Juiz de Fora, v. 11, n. 1, p. ?-?, jan./jun. 2009.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães. **Os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2012. 176 p.

DOLZ, J.; SCHNEUWLY, B. O oral como texto: como construir um objeto de ensino. In: SCHNEUWLY, B.; DOLZ, J. (colab). **Gêneros orais e escritos na escola**. Tradução e organização de Roxane Rojo e Glaís Sales Cordeiro. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2004, p.149-185

DOLZ, J.; SCHNEUWLY, B.; DE PIETRO, J.F., 2004. **Relato da elaboração de uma sequência: o debate público**. In: SCHNEUWLY, B; DOLZ, J. Gêneros orais e escritos na escola. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2004, 247 - 278.

DOLZ, J.; SCHNEUWLY, B. NOVERRAZ, Michelle, 2004. **Sequência didática para o oral e a escrita: apresentação de um procedimento**. In: SCHNEUWLY, B; DOLZ, J. Gêneros orais e escritos na escola. Campinas: Mercado de Letras, 2004, 81 - 108.

FÁVERO, L. L. O tópico discursivo. In: PRETI, Dino (org.). *Análise de Textos Orais*. 4. ed. São Paulo, 1999. p. 33-54.

FERREIRA, Hilma Ribeiro de Mendonça. **A polidez linguística nos textos dos contratos de planos de saúde: uma estratégia de manipulação do enunciatário**. Palimpsesto. nº 9. ano 8. 2009 estudos (1) p. 1 -16. Rio de Janeiro.

FIORIN. José Luiz. **Argumentação**. 1. d.. São Paulo: Contexto, 2017.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UECE, 2002. Apostila.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Maria Lúcia de Castro. **Metodologia do ensino de língua portuguesa**. Curitiba: Ibpex, 2007.

JUBRAN, C. C.A.S. Revisitando a noção de tópico discursivo. **Cad.Est.Ling.**, Campinas, v. 48, n. 1, p. 33-41, 2006

JUBRAN, C. C. A. S. *et al*. Organização tópica da conversação. In: ILARI, R. (Org.). **Gramática do português falado**. Campinas: UNICAMP: São Paulo: FAPESP, 1993. v. 2.

KOCH, I. V.; ELIAS, V.M. **Escrever e argumentar**. São Paulo: Contexto, 2016.

LEITÃO, Selma. O lugar da argumentação na construção do conhecimento em sala de aula. In: LEITÃO, Selma; DAMIANOVIC, Maria Cristina (Ed.). **Argumentação na escola: o conhecimento em construção**. Campinas: Pontes. 2011. p. 13-46

MARCUSCHI, L. A. **Oralidade e letramento como práticas sociais**. In: MARCUSCHI, L. A.; DIONÍSIO, A. P. Fala e escrita. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

MARCUSCHI, L. A. **Da fala para escrita, atividades de retextualização**. 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MARCUSCHI, L. A. **Análise da conversação**. 5. ed. Série Princípios. São Paulo: Ática, 2003.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. *In*: DIONÍSIO, Ângela Paiva; MACHADO, Ana Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora (org.) **Gêneros textuais e ensino**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

MINAYO, M. C. de L. (Org.) **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 19. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MONTEIRO-PLATIN, R. S. **O Ensino da Oralidade Centrado no Processo de Produção de Textos**. *In*: PONTES, Antônio Luciano e COSTA, Maria Aurora R. (org.) Ensino de Língua Materna na Perspectiva do Discurso. Fortaleza-CE: Edições Demócrito Rocha. 2008.

NASCIMENTO, Simone Maria Barbosa Nery. O tópico discursivo: uma perspectiva de organização textual-interativa na análise da conversação. **Temporis (ação)**, Goiânia: v. 12, n. 1, p. 93 - 111, jan./dez. 2012

PAIVA, Georgia Maria Feitosa e. **A polidez lingüística em sala de bate-papo na internet**. Dissertação (Mestrado em linguística) - Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2008.

PEREIRA, Bruno Alves; SILVA, Williany Miranda da. O debate no espaço escolar: objeto de ensino ou estratégia metodológica? *In*: ARAÚJO, Denise Lino de; SILVA, Williany Miranda (org.) **A oralidade em foco**: conceitos, descrição e experiências de ensino. 2. ed. Campinas: Pontes Editores, 2016

PERELMAN, Chaim; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação**: a nova retórica. 3. ed. Tradução Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani César de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013. E-book.

POLÊMICAS em debate. Floriano, 2017. Facebook: PROGRAMAÇÃO 2017a. Contamos com sua presença. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo?fbid=1251638158274067&set=a.245788885525671> Acesso em: 5 de nov. 2018.

POLÊMICAS em debate. Floriano, 2017. Facebook: Resultado da enquete realizada antes e depois do debate do dia 25 de novembro de 2017b. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo?fbid=1296539557117260&set=a.245788885525671> Acesso em: 5 de nov. 2018.

POLÊMICAS em debate. Floriano, 2017. Facebook: Resultado da enquete realizada antes e depois do debate do dia 27 de novembro de 2017c. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo?fbid=1301082316662984&set=a.245788885525671>. Acesso em: 5 de nov. 2018.

RIBEIRO, Josélia. **A sequência argumentativa e as categorias de argumentos no**

texto escolar nos níveis de ensino fundamental e médio. 2012. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012

RIBEIRO, R. M. **A construção da argumentação oral no contexto de ensino.** São Paulo: Cortez, 2009.

SACKS, H.; SCHEGLOFF, E. A.; JEFFERSON, G. Sistemática elementar para a organização da tomada de turnos para a conversa. **Veredas - Revista de Estudos Linguísticos**, Juiz de Fora, v.7, n.1/2, p.9-73, jan./dez. 2003.

SILVA, Williany Miranda da. A aula debate como fonte de mobilização de saberes. *In*: ARAÚJO, Denise Lino de; SILVA, Williany Miranda (Orgs.) **A oralidade em foco: conceitos, descrição e experiências de ensino.** 2. ed. Campinas: Pontes Editores, 2016.

SILVEIRA, D. T.; CÓRDOVA, F. P.; A pesquisa científica. *In*: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo.(org.). **Métodos de pesquisa.** Porto Alegre: UFRGS, 2009. p 31-42. (Série Educação a Distância).

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICE A – Carta de anuência

Eu, Ricardo de Castro Ribeiro Santos, CPF nº 810.171.973-34, representante legal do Colégio Técnico de Floriano, localizada no endereço: BR 343 Km 3,5 Meladão – Floriano/PI – CEP: 64808-605, venho através deste documento, conceder a anuência para a realização da pesquisa intitulada: O debate na escola: estudo do tópico discursivo como estratégia argumentativa no projeto Polêmicas em debate, tal como foi submetida à Plataforma Brasil, sob a orientação do Prof. Dra. Elaine Forte Ferreira, vinculado a Universidade Federal Rural do Semi-Árido - UFERSA a ser realizada no local Colégio Técnico de Floriano.

Declaro conhecer e cumprir as resoluções Éticas Brasileiras, em especial a resolução 466/12 e suas complementares.

Esta instituição está ciente de suas responsabilidades, como instituição coparticipante do presente projeto de pesquisa e de seu cumprimento no resguardo da segurança e bem-estar dos participantes de pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

Ciente dos objetivos, métodos e técnicas que serão usados nesta pesquisa, concordo em fornecer todos os subsídios para seu desenvolvimento, desde que seja assegurado o que segue abaixo:

- 1) O cumprimento das determinações éticas da Resolução 466/12 CNS/MS;
- 2) A garantia do participante em solicitar e receber esclarecimentos antes, durante e depois do desenvolvimento da pesquisa;
- 3) Liberdade do participante de retirar a anuência a qualquer momento da pesquisa sem penalidade ou prejuízos.

Antes de iniciar a coleta de dados o/a pesquisador/a deverá apresentar a esta Instituição o Parecer Consubstanciado devidamente aprovado, emitido por Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, credenciado ao Sistema CEP/CONEP.

Floriano/PI, 31 de outubro de 2018.


Ricardo de Castro R. Santos
Diretor do CTF
CNPJ 25.161.204/0001-01

RICARDO DE CASTRO RIBEIRO SANTOS
Diretor da Instituição

APÊNDICE B – Normas para transcrição de textos orais

Normas para transcrição de entrevistas gravadas

Ocorrências	Sinais	Exemplificação
Incompreensão de palavras ou segmentos	()	Do nives de rensa () nível de renda nominal
Hipótese do que se ouviu	(hipótese)	(estou) meio preocupado (com o gravador)
Truncamento (havendo homografia, usa-se acento indicativo da tônica e/ou timbre)	/	E comé/e reinicia
Entonação enfática	Maiúscula	Porque as pessoas reTEM moeda
Prolongamento de vogal e consoante (como s, r)	:: podendo aumentar para ::::: ou mais	Ao emprestarmos éh::: ... dinheiro
Silabação	-	Por motivo tran-sa-ção
Interrogação	?	E o Banco... Central... certo?
Qualquer pausa	...	São três motivos... ou três razões ... que fazem com que se retenha moeda ... existe uma ... retenção
Comentários descritivos do transcritor	((minúscula))	((tossiu))
Comentários que quebram a sequência temática da exposição: desvio temático	-- --	... a demanda de moeda -- vamos dar casa essa notação -- demanda de moeda por motivo ...
Superposição, simultaneidade de vozes	Ligando as linhas	a. na casa de sua irmã b. [sexta-feira? a. fazem LÁ b. [cozinham lá
Indicação de que a fala foi tomada ou interrompida em determinado ponto. Não no seu início, por exemplo.	(...)	(...) nós vimos que existem...
Citações literais de textos, durante a gravação	“entre aspas”	Pedro Lima ... ah escreve na ocasião.. “ O cinema falado em língua estrangeira não precisa de nenhuma baRRElra entre nós”...
1. Iniciais maiúsculas : só para nomes próprios ou para siglas (USP etc) 2. Fáticos: ah, éh, ahn, ehn, uhn, tá (não por <i>está</i> : tá? Você <i>está</i> brava?) 3. Nomes de obras ou nomes comuns estrangeiros são grifados. 4. Números por extenso. 5. Não se indica o ponto de exclamação (frase exclamativa) 6. Não se anota o <i>cadenciamento da frase</i> . 7. Podem-se combinar sinais. Por exemplo: oh::: (alongamento e pausa) 8. Não se utilizam sinais de pausa, típicas da língua escrita, como ponto e vírgula, ponto final, dois pontos, vírgula. As reticências marcam qualquer tipo de pausa.		

Exemplos retirados dos inquéritos NURC/SP no. 338 EF e 331 D2.

PRETI D. (org) *O discurso oral culto* 2ª. ed. São Paulo: Humanitas Publicações – FFLCH/USP, 1999 – (Projetos Paralelos. V.2) 224p.

APÊNDICE C – Normas do Projeto Polêmicas em debate



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
COLÉGIO TÉCNICO DE FLORIANO
LABORATÓRIO DE LEITURA E PRODUÇÃO TEXTUAL
PROJETO POLÊMICAS EM DEBATE**



Estabelece normas referentes aos debates durante a execução da 7ª edição do projeto Polêmicas em Debate do Laboratório de Leitura e Produção Textual do Colégio Técnico de Floriano/UFPI.

TÍTULO I – REGRAS GERAIS

O objetivo do debate é exclusivamente apresentar e defender as ideias sobre cada tema abordado. Todos os grupos terão as mesmas condições de tempo e exposição.

A Comissão Organizadora deverá organizar, ou delegar, a logística dos debates por dia. A estrutura física demandada para tal evento requer a instalação de um projetor multimídia, juntamente com caixas amplificadas de som, para que todos possam acompanhar o debate, sem perder os detalhes.

TÍTULO II – COMPOSIÇÃO DO DEBATE

I – Mediador/a:

Caberá ao/à mediador/a:

- a) conduzir todas as etapas do debate;
- b) evitar alterações entre os grupos e entre a plateia e vice-versa;
- c) censurar o uso de expressões injuriosas e depreciativas; aplicando, quando necessária, a supressão da fala no bloco em que houver a ofensa;
- d) solicitar da plenária contenção em manifestações consideradas inoportunas;
- e) interferir na condução dos trabalhos, podendo cassar a palavra;
- f) retirar **30 segundos** do tempo de resposta caso algum componente do grupo desrespeite o grupo oponente, desobedecendo as normas.

II – Debatedor/a:

- a) Cada grupo será formado por cinco debatedores/as.
- b) Os/as debatedores do grupo **NÃO** serão identificados por letras (debatedor/a **A**, debatedor/a **B**, debatedor/a **C**, debatedor/a **D**, debatedor/a **E**);
- c) Os/as debatedores do grupo **SIM** serão identificados por números (debatedor/a **1**, debatedor/a **2**, debatedor/a **3**, debatedor/a **4**, debatedor/a **5**);
- d) Durante o debate, os/as debatedores/as não poderão:

- Realizar qualquer espécie de consulta ou comunicar-se com pessoas fora do grupo;
- Portar livros, manuais, impressos e quaisquer dispositivos eletrônicos, tais como: agendas eletrônicas ou similares, telefones celulares, smartphones, tablets, ipods, mp3 ou similar, gravadores, fones de ouvido ou qualquer transmissor, gravador ou receptor de dados, imagens, vídeos e mensagens;
- Utilizar óculos escuros e artigos de chapelaria, tais como: boné, chapéu, viseira, gorro ou similares.

e) O único material permitido para os/as debatedores é ficha para anotações entregue 12h antes do debate;

f) Caso o grupo tenha interesse fazer projeção de slides, vídeo ou áudio, deverá entregar o material no dia do debate, das 12h às 14h, na sala 11 do Colégio Técnico de Floriano.

TITULO III – ORGANIZAÇÃO DOS BLOCOS

1º Bloco: Apresentação da temática e dos argumentos

O/a mediador/a iniciará o debate, apresentando o tema e os grupos, bem como reforçando as regras do debate.

Logo após será realizado um sorteio, no qual irá decidir a ordem em que os/as debatedores/as irão se pronunciar (debater). Para realizar todo esse processo, serão disponibilizados **10 minutos**.

2º Bloco: Debate e apresentação dos argumentos (Parte 1)

O/a debatedor/a A fará uma pergunta para debatedor/a 5. A pergunta deverá ser formulada em 1 minuto ao oponente, que deverá ser respondida em 2 minutos com direito à réplica em 1 minuto e tréplica em 1 minuto.

Em seguida, o/a debatedor/a 5 fará pergunta para debatedor/a B. A pergunta também deverá ser formulada em 1 minuto ao oponente, que deverá também ser respondida em 2 minutos com direito à réplica em 1 minuto e tréplica em 1 minuto.

Para encerrar o bloco, os/as debatedores/as E e 1 apresentarão suas ideias e argumentos, alternadamente, em 3 minutos.

Total: 16 minutos.

3º Bloco: Debate e apresentação dos argumentos (Parte 2)

O/a debatedor/a B fará uma pergunta para debatedor/a 4. A pergunta deverá ser formulada em 1 minuto ao oponente, que deverá ser respondida em 2 minutos com direito à réplica em 1 minuto e tréplica em 1 minuto.

Em seguida, o/a debatedor/a 4 fará pergunta para debatedor/a C. A pergunta também deverá ser formulada em 1 minuto ao oponente, que deverá também ser respondida em 2 minutos com direito à réplica em 1 minuto e tréplica em 1 minuto.

Para encerrar o bloco, os/as debatedores/as D e 2 apresentarão suas ideias e argumentos, alternadamente, em 3 minutos.

Total: 16 minutos.

4º Bloco: Debate e apresentação dos argumentos (Parte 3)

O/a debatedor/a C fará uma pergunta para debatedor/a 3. A pergunta deverá ser formulada em 1 minuto ao oponente, que deverá ser respondida em 2 minutos com direito à réplica em 1 minuto e tréplica em 1 minuto.

Em seguida, o/a debatedor/a 3 fará pergunta para debatedor/a D. A pergunta também deverá ser formulada em 1 minuto ao oponente, que deverá também ser respondida em 2 minutos com direito à réplica em 1 minuto e tréplica em 1 minuto.

Para encerrar o bloco, os/as debatedores/as A e 5 apresentarão suas ideias e argumentos, alternadamente, em 3 minutos.

Total: 16 minutos.

5º Bloco: Perguntas e participação da plenária

Os membros da Comissão Organizadora serão responsáveis por recolher as perguntas escritas antes da realização deste bloco. O/a mediador/a verificará a pertinência, propriedade e finalidade da pergunta, sendo que as perguntas consideradas dúbias ou ofensivas serão descartadas. Serão selecionadas apenas 4 perguntas da plateia sobre os temas, sendo que serão duas perguntas para cada grupo, que poderão respondidas por qualquer membro de cada grupo. Além disso, a plateia pode fazer interferências ou perguntas, oralmente. O/a mediador/a também pode optar pela livre manifestação da plenária, respeitando o tempo total do bloco.

Cada grupo terá 2 minutos para responder cada pergunta com direito à réplica em 2 minutos.

Total: 30 minutos.

6º Bloco: Debate e apresentação dos argumentos (Parte 4)

O/a debatedor/a D fará uma pergunta para debatedor/a 2. A pergunta deverá ser formulada em 1 minuto ao oponente, que deverá ser respondida em 2 minutos com direito à réplica em 1 minuto e tréplica em 1 minuto.

Em seguida, o/a debatedor/a 2 fará pergunta para debatedor/a E. A pergunta também deverá ser formulada em 1 minuto ao oponente, que deverá também ser respondida em 2 minutos com direito à réplica em 1 minuto e tréplica em 1 minuto.

Para encerrar o bloco, os/as debatedores/as B e 3 apresentarão suas ideias e argumentos, alternadamente, em 3 minutos.

Total: 16 minutos.

7º Bloco: Debate (Parte 5)

O/a debatedor/a E fará uma pergunta para debatedor/a 1. A pergunta deverá ser formulada em 1 minuto ao oponente, que deverá ser respondida em 2 minutos com direito à réplica em 1 minuto e tréplica em 1 minuto.

Em seguida, o/a debatedor/a 1 fará pergunta para debatedor/a A. A pergunta também deverá ser formulada em 1 minuto ao oponente, que deverá também ser respondida em 2 minutos com direito à réplica em 1 minuto e tréplica em 1 minuto.

Total: 10 minutos

8º Bloco: Palavra final dos grupos

Serão disponibilizados 3 minutos para os/as debatedores/as C e 4 finalizarem a participação da equipe. **Total: 6 minutos.**

9º Bloco: Encerramento

O/a mediador/a finalizará o debate, agradecendo a participação dos/as debatedores/as e do público, bem como fará o anúncio do/a melhor/a debatedor/a de cada grupo. **Total: 15 minutos**

TITULO III – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora.

O tempo estimado total do debate será de 135 minutos. O tempo apresentado é bruto, em que está sendo considerado apenas o tempo das apresentações dos argumentos, perguntas da plateia e exposição final das ideias.

COMISSÃO ORGANIZADORA

Coordenação do Laboratório de Leitura e Produção Textual